

ANTIGOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DE LAGES

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

Resumo: *Relação alfabética dos senhores das antigas propriedades rurais em Lages, desde antes de 1771, ano em que foi elevada à categoria de vila da então Capitania de São Paulo, até o ano de 1820, ano em que passou, definitivamente, a pertencer (ao atual Estado de) Santa Catarina.*

Abstract: *Alphabetical relation of owners to ancient rural properties in Lages, since before 1771- year in which it was raised to the category of village of what was known then as São Paulo Capitaincy, up until the year of 1820, when it definitly became part of nowadays' Santa Catarina State.*

Muitas vezes fui indagado sobre a razão de pesquisar tão intensamente a história da cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, e a genealogia dos seus primeiros habitantes. Esse meu interesse surgiu já na primeira viagem que para lá fiz, por volta de 1990, com a finalidade de identificar em seus arquivos a presença de paulistas que foram e voltaram e dos que foram e ficaram. Surpreendeu-me, já naquela ocasião, o fato de que muitos lageanos ignoravam essa presença e, mais ainda, o imaginário de pertencerem a um povo com identidade comum aos gaúchos, o que se configurou para mim como uma falta de memória programática e uma ingratidão¹ para com São Paulo. Isto apesar de reconhecer que o clima particularmente diferenciado do restante do país, predominantemente mais frio no Sul, envolvendo os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná, confere características próprias aos seus habitantes, em especial nos usos e costumes.

Afinal, Lages prende-se a raízes paulistas, gaúchas ou catarinenses? Senti que precisava estudar melhor os seus primórdios para emitir um parecer mais sério. O que para mim não seria de todo difícil, uma vez que grande parte da sua antiga história, em especial nas áreas administrativa, militar e religiosa, encontra-se na cidade de São Paulo, onde resido, espalhada pelos acervos do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP) e do Arquivo do Estado de São Paulo, oficialmente designado por Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo (DAESP).

¹ Escrevo *ingratidão* porque São Paulo descobriu, fundou, povoou e lutou por Lages. Não recebeu nenhuma indenização quando este território passou para Santa Catarina. Deveria merecer, pelo menos, o reconhecimento por parte dos lageanos atuais.

Da perplexidade passei à ação. Escolhi um lageano da maior relevância no cenário político nacional, o Presidente da República Nereu Ramos, para levantar a sua árvore genealógica e demonstrar ² que em suas veias pulsava abundantemente o sangue paulista. E agora, neste trabalho, pretende-se não apenas estudar a pátria de origem dos primeiros proprietários rurais de Lages, mas especialmente publicar extratos de documentos inéditos sobre eles e suas propriedades, existentes antes do seu desmembramento de São Paulo.

Ao se olhar o mapa do Brasil pode parecer estranho que algum dia Lages fizesse parte de São Paulo, não somente pela distância, mas pelo fato de entre um ponto e outro se encontrar o Estado do Paraná. Vale a pena lembrar que, no passado, as dimensões territoriais de São Paulo eram muito mais extensas do que as atuais e que o Paraná deixou de ser paulista apenas em 1853, ao tornar-se autônomo. A origem histórica de Lages é semelhante a de muitas cidades paulistas surgidas à mesma época, citando apenas Apiaí, Atibaia, Campinas, Itapetininga, Itapeva, Mogi Mirim e Piracicaba. Faz parte da história paulista desde o ano de 1766, quando foi mandada fundar pelo Morgado de Mateus, até o alvará régio de 9 de setembro de 1820, quando passou a pertencer à Província (hoje Estado) de Santa Catarina. Essa desanexação se deu principalmente pela grande distância entre Lages e São Paulo e porque, pouco antes, abrira-se um caminho entre Lages e Desterro (atual Florianópolis), capital de Santa Catarina.

No foro da Justiça, ainda em 1820, Lages incorporou-se à comarca de Desterro, desligando-se da comarca de Paranaguá e Curitiba; esta última havia sido criada por provisão régia a 13 de fevereiro de 1812 e antes tinha sede na vila de Paranaguá, criada desde 10 de fevereiro de 1725, quando se separou da de São Paulo. Na esfera eclesiástica a paróquia de Lages fez parte do bispado de São Paulo até 27 de abril de 1892, quando se incorporou ao bispado de Curitiba e depois, a 13 de março de 1908, ao bispado de Florianópolis. Finalmente, a 17 de janeiro de 1927, foi criada a diocese de Lages.

Independentemente desses desmembramentos e separações administrativas, percebe-se, pela documentação existente, que o povo lageano permaneceu ligado a São Paulo por laços familiares, econômicos e sociais ainda, pelo menos, por mais meio século.

Dedico este artigo ao povo lageano, de ontem e de hoje. Aos heróis conhecidos e anônimos. Oxalá ele possa ser de interesse para uma melhor compreensão do seu passado e das suas origens. Ficarei recompensado se ele puder facilitar a tarefa dos que se propuserem a escrever mais detalhadamente sobre a sua história e a sua gente. Parece-me ser esta a melhor contribuição que um paulista, como eu, poderia dar!

² Revista da ASBRAP nº 2, pp. 177-255.

A questão jurídica na concessão e ocupação de terras³

Foi intuito deste trabalho, também, estudar como se deram as primitivas ocupações de terras em Lages (que hoje engloba vários municípios), em termos jurídicos, que originaram as propriedades rurais. Para tanto farei a seguir um retrospecto histórico da legislação pertinente à época.

As terras brasileiras pertenciam, por direito, à Ordem de Cristo, da qual era representante a Coroa Portuguesa. De acordo com as Ordenações do Reino, legislação corrente no Brasil, eram consideradas propriedades juridicamente válidas apenas as terras confirmadas pelo Rei de Portugal. Ao longo do tempo, e cada lugar com especificidade própria, o rei delegou a atribuição de concessão aos governadores e, por procuração destes, para a Câmara e para os capitães mores das vilas. Mas sempre deveria haver a confirmação do rei. Os sesmeiros, além de pagar dízimos para a Coroa, tinham a obrigação de cultivar a terra e caso não o fizessem, estariam sujeitos a perderem-na.

A distribuição de terras no Brasil despertava preocupação constante no governo português, a julgar pelas várias alterações procedidas nas leis de sesmarias. O Estado Português não tinha pleno conhecimento como se dava a repartição de terras em seus domínios, especialmente no Brasil, em função da sua extensão e dos seus sertões pouco explorados. Muito tardiamente e aparentemente sem resultado prático algum, houve uma tentativa, como se depreende do aviso régio, reproduzido parcialmente a seguir: A 20 de setembro de 1702, da cidade do Rio de Janeiro, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro e da Repartição do Sul, D. Álvaro da Silveira de Albuquerque, dando cumprimento à ordem real endereçada para todo o Brasil, lançou um edital⁴ para a capitania de São Paulo e São Vicente para que

“...Todas as pessoas de qualquer qualidade que forem que assistem dentro do distrito da capitania de São Paulo e São Vicente e tiverem datas de terras de donatários, ou forem sesmeiros delas apresentem dentro em seis meses na Secretaria do Governo do Rio de Janeiro as confirmações e cartas que tiverem das ditas terras para se verem se estão correntes, e as que se nada acharem nesta forma, por este se hão por notificadas, para que dentro em dois anos as demarquem sem falta alguma perante o Ministro que se lhe há de nomear sendo entretanto conservados na posse em que estão pelas justiças da dita capitania em cominação que as ditas pessoas que não apresentarem os títulos das ditas terras e fizerem medições ao tempo que lhes é assinado ficarão privados delas para Sua Magestade que Deus guarde as

³ SANGLARD, Pedro Elias Erthal. *Origem e Evolução Histórica da Propriedade Rural no Brasil*. In: *Revista da ASBRAP* nº 3, p. 95-98.

⁴ Arquivo Nacional (do Rio de Janeiro), Cartas dos Governadores, código 77, volume 13 (cópia), anos de 1702 a 1703, fls. 42-v a 43.

poder dar a quem for servido pois assim o manda por ordem sua de três de março deste presente ano.”

Esta ordem despertou profunda inquietação nos moradores de São Paulo que, em sessão da câmara⁵ de 3 de novembro do mesmo ano de 1702, seus oficiais expediram correspondência ao governador, solicitando, com extraordinária audácia, que se suspendesse a ordem real, muito embora expressassem obediência. Além do capitão mor e de membros do Senado da Câmara, vêem-se nomes representativos da nobreza da terra.

Imediatamente, a 5 de dezembro, D. Álvaro da Silveira mandou novo ofício⁶ aos membros da Câmara paulistana, conclamando os paulistas a obedecerem a ordem, mesmo porque

“Sua Magestade não tira as terras a quem as tem mas só quer saber como as possuem, porque aqueles que as não tiverem justamente as não devem possuir, e para este efeito lhes nomeia tempo conveniente, dando seis meses aos donatários para apresentarem os seus títulos, e dois anos para as demarcarem, e entanto se conservam nas terras as pessoas que as tiverem.”

E, a 4 de janeiro de 1703, da cidade do Rio de Janeiro, D. Álvaro enviou mais um ofício⁷, agora para o capitão mor da Capitania de São Vicente e São Paulo, Tomás da Costa Barbosa, elogiando as providências tomadas por ele quanto às sobreditas ordens, manifestando opinião que se elas causaram inquietação nos oficiais da câmara e em seus moradores, era porque eles não as haviam entendido plenamente. Desconhecem-se os efeitos práticos dessa medida, se é que houve. Teria ficado o dito pelo não dito... Igual impressão, a de que não teria alcançado o objetivo almejado, teve Lígia Osório Silva, ao analisar em seu interessante estudo⁸ os efeitos dessa mesma Ordem Régia na Bahia, região de São Francisco e Pernambuco.

Tantas foram as mudanças nas leis das sesmarias que confundiu o próprio governo português. É fácil de imaginar as dúvidas no povo em geral. Comprovando essa afirmativa, há uma ordem régia, já no ocaso do século XVIII, a 30 de julho de 1796, quando a Rainha D. Maria de Portugal encaminhou para o governador da Capitania de São Paulo nova ordem⁹ sobre as sesmarias:

⁵ Atas da Câmara de São Paulo, volume VIII, p. 37 e 38.

⁶ Arquivo Nacional (do Rio de Janeiro), Cartas dos Governadores, código 77, volume 13 (cópia), anos de 1702 a 1703, fls. 74-v a 76.

⁷ Idem, fls. 85-v a 86.

⁸ SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 61.

⁹ Documentos Interessantes, volume XXV, p. 171-172.

Dona Maria por graça de Deus Rainha de Portugal e dos Algarves d'aquém, e d'além mar, em África, Senhora de Guiné, etc. — Faço saber a vós Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo: Que eu sou servida remetais ao Meu Conselho Ultramarino, uma cópia do Regimento ou Regimentos da vossa respectiva Capitania com todas as Ordens que os tenham alterado, ampliado, ou restringido, praticando-o assim, com uma circunstanciada Informação, e parecer sobre cada um dos seus artigos, presentemente praticáveis, ou impraticáveis, em benefício do Real Serviço, e dos Povos, de sorte que por ele a vista das ordens, e do mais que ocorrer, se possam formalizar de novo, analisar e corrigir os antigos Regimentos, que existem nessa Capitania, procedendo-se a outros que se acomodem, e tenham uso segundo a vicissitude dos tempos; cuja remessa fareis com toda a possível brevidade, por Eu o haver assim resoluto em vinte de Junho do presente ano, Ordenando uma geral reforma de todos os sobreditos Regimentos; e porque nesta Capitania possa suceder não haja Regimento, no caso que assim se verifique, remetais por cópia as ordens, que respeitarem a este fim, e objeto, para se vos dar de novo particular Regimento para o governo dela, Informando com o vosso parecer. A Rainha Nossa Senhora o Mandou pelos Ministros abaixo assinados do seu Conselho e do Ultramar. José Antônio Gaspar a fez em Lisboa a trinta de Julho de mil setecentos noventa e seis. O Conselheiro Francisco da Silva Corte Real a fez escrever. — José Xavier da Cunha d' Eça Telles de Menezes Carvalho e Silva. — Francisco da Silva Corte Real.

Fica claro que a máquina administrativa portuguesa, de tão notória burocracia com seus efeitos imobilizantes, não sabia mais o que fazer ou mesmo como agir. Um parecer do Conselho Ultramarino, alegando impossibilidade de demarcar as sesmarias, recomendou a suspensão (essa decisão foi logo revogada) da concessão de sesmarias no Brasil. Não se percebera ainda que quanto maior o número de leis, mais complexa e inexecutável se tornaria a sua plena execução. Este foi o decreto¹⁰ de Sua Magestade de 10 de dezembro de 1796, suspendendo a Lei de Sesmarias:

Dona Maria por graça de Deus Rainha de Portugal e dos Algarves d'aquém e dalém mar em África Senhora de Guine, etc. — Faço saber a vós Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo: Que tendo-me sido presentes os embaraços e inconvenientes, que podem resultar da imediata execução da sábia Lei das Sesmarias, mandada publicar pelo Meu Conselho de Ultramar, seja porque nas circunstâncias atuais não é o momento mais próprio para dar um seguro estabelecimento às vastas Propriedades de Meus Vassallos nas províncias do Brasil, seja pela falta que aí há de Geômetros, que possam fixar Medições seguras, e ligadas inalteravel-

¹⁰ Documentos Interessantes, volume XXV, p. 173-174.

mente com Medidas Trigonométricas, e Astronômicas, que só podem dar-lhes a devida estabilidade, seja finalmente pelo muitos Processos, e causas que poderiam excitar-se, querendo pôr em execução tão saudáveis princípios, e estabelecimentos sem primeiro haver preparado tudo o que é indispensável para que eles tenham uma inteira e útil realização: Houve por bem determinar que o Conselho Ultramarino, suspendesse por hora a execução de efeitos desta Lei, e remetendo-a a todos os Governadores das Capitânicas do Estado do Brasil, os encarregasse de informarem com a maior prontidão, sobre o modo com que mais fácil, e comodamente, evitando-se novas questões e Processos, se poderia pôr em prática o que ali se achava estabelecido, e colher-se o bem esperado fruto, sem que se experimentasse inconveniente algum, ou concussão que se fizesse sensível. Pelo que vos Ordeno que nesta conformidade informeis com o vosso parecer, pela parte que vos toca, e se vos remete um exemplar impresso da sobredita Lei. A Rainha Nossa Senhora o Mandou por seu Real Decreto pelos Ministros abaixo assinados do seu Conselho e do Ultramar. Mateus Rodrigues Viana a fez em Lisboa a sete de Janeiro de mil setecentos e noventa e sete – O conselheiro Francisco da Silva Corte Real a fez escrever – José Xavier da Cunha d’Eça Telles de Menezes Carvalho e Silva – Francisco da Silva Corte Real – Por Decreto de Sua Magestade de dez de Dezembro de 1796.

A questão das demarcações de terras que eram datadas de sesmaria acabou sendo regulamentada através de um alvará régio, com força de lei, a 25 de janeiro de 1809. No caso de Lages, após ser ouvida a câmara dessa vila, foram providos no emprego de piloto e de juiz das Demarcações das terras, respectivamente Pedro da Silva Ribeiro e o Capitão Manuel Cavalheiro Leitão. Essas provisões¹¹ foram passadas a 10 de dezembro de 1811 pelo governador o Marquês de Alegrete e os nomeados exerceriam a função pelo prazo de três anos sem vencer ordenado algum.

Finalmente, agora com o propósito de avaliar de vez a questão rural no Reino do Brasil, o Rei D. João VI mandou promover um levantamento minucioso de todas propriedades rurais existentes, através do aviso régio de 21 de outubro de 1817, encaminhado aos governadores das províncias. O governo interino da província de São Paulo reencaminhou essa ordem aos comandantes das ordenanças das vilas, recomendando que se empenhassem em bem cumprir a real ordem. A Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo conserva uma via, a segunda, catalogada como *Tombamento dos Bens Rústicos*¹². Certamente esse estudo serviu de subsídio para a

¹¹ DAESP, nº de ordem 375, Lº nº 39 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 8 e 8-v (de Pedro José Ribeiro) e fls. 8-v e 9 (do Capitão Manuel Cavalheiro Leitão).

¹² DAESP, nºs de ordem CO 9868 e CO 9869.

decisão que foi tomada, tempos depois, a 17 de julho de 1822, quando foi promulgada a lei que extinguiu a doação de sesmarias. Segue, na íntegra, o Aviso Régio¹³:

El Rei Nosso Senhor foi servido ordenar que se remetesse sem demora a esta Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra relação exata de todas as pessoas que por qualquer título de compra, herança, posse ou sesmaria tiverem qualquer porção de terrenos em cada um dos distritos tanto desta Província do Rio de Janeiro como de todas as mais deste Reino do Brasil, declarando-se nesta relação a freguesia a que pertence, o nome da pessoa que possui, o nome da fazenda, a sua extensão com o número de braças de testada e de fundo. Se está ou não com cultura. Quantos escravos se acham nelas empregados, onde reside o dono, bastando para estas declarações os comandantes dos respectivos distritos ou os oficiais empregados nesta delegacia o informe com o mesmo dono do terreno sem que dele se exija a apresentação de títulos ou documentos estando pelas declarações que fizer e na sua ausência com os seus administradores, feitores, rendeiros ou agregados, convindo porém para maior exatidão que seja nestas relações a ordem em que se acham situados, passando sucessivamente dos confrontantes, de cada terreno ou seja grande ou pequeno com expressa especificação, etc.. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1817. João Paula Bezerra. Conde de Palma.

O tempo estudado neste trabalho é anterior ao confuso período entre o fim da doação de sesmarias e a Lei de Terras de 1850, quando não havia legislação específica sobre concessão de terras no Brasil e por este motivo é considerado um período de grande arbitrariedade e anarquia. Período em que a posse passou a ser a única maneira pela qual os pequenos lavradores poderiam obter terras para as suas necessidades e que se ampliavam de zona a zona, à medida em que a civilização dilatava a sua expansão geográfica. Período também em que os chamados *coronéis regionais* invadiram, de forma às vezes violenta, extensas áreas, devolutas ou não, muitas vezes superiores a das próprias sesmarias, o que provocou a formação de grandes latifúndios rurais no Brasil, de tão tristes memórias.

Enfim, este estudo mostra de forma minuciosa as origens da formação das propriedades rurais de Lages e apesar de ter a pretensão de apenas abordar a história regional, poderá servir para compreender a matéria em termos de macro-história. Ou seja, as lições aprendidas em Lages podem perfeitamente se aplicadas a qualquer outra região do Brasil no período em questão.

¹³ AGUIRRA, João Batista de Campos. *Tombamento de 1817: Propriedades Rurais na Capitania de São Paulo*. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, 1935, v. X, pp. 57-64.

Período de decadência em Lages

Pode-se fazer um corte na história de Lages: antes e depois do Capitão Mor Regente Antônio Corrêa Pinto de Macedo. Após a sua morte¹⁴, a 28 de setembro de 1783, a administração da sua vila ficou temporariamente sem um responsável direto, não apenas por uma discussão sucessória, mas também por culpa da burocracia governamental. Lages experimentou uma fase de grande decadência, motivada ainda pelo abandono por parte de seus moradores, temerosos de ataques indígenas e pelo receio, quicá fantasioso, de uma iminente invasão espanhola. Já ia longe o tempo em que o Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, governador da Capitania de São Paulo, devotava a Lages grande parte de seu tempo e especial atenção. Em um ofício¹⁵ encaminhado ao Sargento Mor Antônio Rodrigues de Oliveira, então seu comandante, expedido pelo governador da Capitania de São Paulo, o General Francisco da Cunha Menezes, a 1º de setembro de 1784 da cidade de São Paulo, enfatizou a necessidade de se impedir a deserção dos seus moradores por causa do gentio e mandava ordem para a câmara lageana para que se nomeassem os oficiais necessários para completar o quadro das ordenanças. Em outro ofício¹⁶, este datado de 7 de maio de 1785, Francisco da Cunha Menezes deu licença para que Antônio Rodrigues retornasse para São Paulo, deixando em seu lugar, como comandante, o Capitão Bento do Amaral Gurgel Annes.

Pelos maços de população¹⁷ da vila de Lages, verdadeiros recenseamentos com fins militares, depositados no Arquivo do Estado de São Paulo, fica visível a diminuição da sua população. Assim, no ano de 1777 contaram-se 667 habitantes e, doze anos depois, em 1789, apenas 563, com uma redução de 15,6%. Esses números praticamente não se alteraram nos anos de 1790 (530), 1792 (585). Curiosamente, no ano de 1794 o número saltou para 825, caindo, já em 1796 para 612 e, sucessivamente, em 1797 para 566.

O documento¹⁸, a seguir transcrito, relata de forma detalhada esse declínio, em um ofício escrito a 26 de setembro de 1791 de Lages pelo seu então capitão mor regente, Bento do Amaral Gurgel Annes, e encaminhado ao governador da Capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena:

¹⁴ ACDL, Lº 1º de óbitos da matriz de Lages, fls. 16-v a 17-v.

¹⁵ Documentos Interessantes, volume 85, p. 130.

¹⁶ Documentos Interessantes, volume 85, p. 158.

¹⁷ O Sr. Benedito Marcondes, antigo e dedicado funcionário da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, publicou diversas listas das ordenanças de Lages, em especial nas revistas do Instituto Genealógico Brasileiro e do Museu Paulista. À disposição dos pesquisadores se acha disponível em microfilme, desde o ano de 1776 até o de 1818.

¹⁸ DAESP, nº de ordem 257, pasta 8-A: Militares, Juizes e Câmaras de Lages, Laguna e São Francisco (1721-1822). Vai transcrito de acordo com as normas paleográficas.

“Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor,

Sendo a criação d’esta villa erigida a 22 annos so compõe-se athe o presente com 16 cazas, das quaes 9 se achão com moradores, e 7 estão feixadas. E da certidão do Reverendo Paroco desta Villa Vossa Excelência verâ, que entre mulheres, escravos, agregados, velhos, adultos, e Meninos So se achão 456 pessoas de confição; e que os adultos são somente 125; dos quaes nunca pude prontificar quarenta Pessoas capazes para as deligencias de Rebater os Gentios, quando nos assaltão. E pela falta, que ha, de gente servem os cargos de Juizes, e vereadores huns parentes dos outros. E alguns ja tem servido dous annos sucessivos; e outros so tem descansado hum anno. E neste presente anno se acha exercendo o cargo de juiz hum, que não sabe ler, e apenas sabe se assignar; como tudo consta da certidão, que a Vossa Excelência ofereço do Escrivam da Camara: do que pode Vossa Excelência collegir o deploravel estado desta Villa, cujos habitadores so excogitão os meios de venderem suas Fazendas, e Sítios, para poderem sahir deste Sertão tão aspero, e combatido de Gentios a viverem mais suavemente noutros continentes de melhor socego, e utilidade sem que as minhas persuasões possão desvanecer-lhes seos intentos. Estas Semelhantes Representações ja fiz ao Illustríssimo Antecessor de Vossa Excelência. o qual deo a providencia de mandar hum Destacamento de 20 Soldados ordenando-me que representasse a Vossa Excelência que estava a chegar: como Vossa Excelência pode ver da copia, que remetto. E parecendo-me que depois de se afugentarem os Bugres, e se abrir o caminho para Santa Catharina concorreria mais Povo a povoar este Sertão, deixei de recorrer a Vossa Excelência. Porem como estou desenganado que nunca Serâ povoado Sem o poderoso braço de Vossa Excelência cooperar; e como tãobem vejo as precauçoens do continente do Sul de Viamão, e ser esta Fronteira das Lagens de igual perigo, e tão importante precaver, e povoar se como a mesma Fronteira do Sul: faço esta representação a Vossa Excelência do estado, e decadencia, em que se acha esta villa; pois certamente seria eu responsavel a Vossa Excelência e a Nossa Soberana se acontecer em algum tempo critico de Guerra tomarem os Espanhóes esta Fronteira por eu não ter Representado a Vossa Excelência este perigo, e a pouca gente que a povoa. Nessa cidade ha de Vossa Excelência achar muitas pessoas de quem melhormente se possa informar da distancia de Missoens a estes continentes de Vacaria, Sima da Serra, e Lagens: e tãobem da planicie, e facilidade do caminho; cuja estrada he tão suave, e sem obstaculo, que por ella transitavão carretas, quando Sima da Serra, Vaccaria e Lagens eram povoados daquelle Povo de Missões; e inda athe agora se achão os vestigios, e Rodado das carretas; e pelo mesmo Caminho facilmente podemos ser invadidos do inimigo

*Espanhol. E se assim acontecer certifico a Vossa Excelência que he muito difficil, ou impossivel expulsar aos inimigos, por que todos os nossos caminhos de Viamão, Laguna, Santa Catharina, e do Sertão de Santo Antonio da Lapa por onde lhes quizessemos combater, são serras, e Sertoens de Matos investigaveis, em cujas Entradas huma pequena escolta de Soldados podem disbaratar o mayor exercito. E ficará então impedido o grande comércio de animaes do Sul, em que Sua Magestade percebe as utilidades de 5^{os} [*quintos] avultados, que Vossa Excelência não ignora. Como tãobem ficarão cessando as Boyadas, e Tropas de Bestas, e Cavalos de que muito dependem as tres Capitancias de S. Paulo, de Minas, e do Rio de Janeiro ficando todo o Viamão desta sorte sitiado, e frustrados os Regimentos, que o guarnecem apezar de toda a vigilancia. Eu a 32 annos incontrei na Vaccaria huns Indios que vinhão fugitivos de Missões, os quaes trazião suas Familias, e bastimentos em carretas, e hião pela estrada geral a procurar Viamão, e com a mesma facilidade podemos ser accometidos. O Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Francisco da Cunha a quem pessoalmente representei a decadencia desta Villa, me ordenou que na minha retirada ellegesse hum Lugar suficiente para se fazer mais huma Povoação neste Continente, tão grande era o seo fervor de querer povoar este Sertão; porem antes que eu acabasse a viagem ja chegou lhe successor. E pertendia mandar 50 Indios com ferramentas tirando se Repartidamente de cada huma das Aldeyas para virem plantar milho, e feijão para os cazaes, que havia mandar os quaes pertendia Remetter de villa em villa pelos seos Respectivos Comandantes tirando se de cada huma das villas e Freguesias a porporção da gente, que tivessem; porque em algumas superabunda o Povo, e vivem nellas oprimidos, e sem estabelecimentos; como são Sorocaba, Itú, Jundiahy, Guaratinguetá, Taubate, Mogy das Cruzes, Parnaíba, e Curityba. E tãobem pertendia guarnecer de Tropa militar esta Fronteira não so para subjugar os facinorosos, e levantados, como tãobem para animar este Povo, e Rebar os Gentios com os auxiliares que houvessem nesta villa. Porem Vossa Excelência com o seo alto discernimento providenciará como melhor intender pondo os olhos com Paternal piedade nesta Povoação tão decadecadente, e importante a Sua Magestade. He quanto se me oferece pôr na Respeitavel prezença de Vossa Excelência para determinar o que for de seo mayor agrado. Deos guarde a Vossa Excelência muitos annos. Villa das Lagens 26 de 7br^o [*setembro] de 1791.*

De Vossa Excelência

O mais Reverente subdito

Bento do Amaral Gurgel Annes.”

O segundo capitão mor de Lages, Bento do Amaral Gurgel Annes, foi empossado somente a 7 de janeiro de 1786 no cargo, embora já estivesse na função desde 7 de maio de 1785. Permaneceu no posto até falecer, a 8 de junho de 1812, com 81 anos de idade. Foi quem mais tempo permaneceu à frente do comando de Lages: 27 anos! Mas, em pelo menos duas oportunidades, Bento do Amaral foi afastado de suas funções, como se virá a seguir.

A primeira, conforme ofício¹⁹ encaminhado pelo governador da Capitania de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta, a 3 de agosto de 1804, aos oficiais da câmara da vila de Lages, em razão de não apresentar confirmação régia da sua patente; Franca e Horta mandou também que se fizesse nova eleição do dito posto. A Câmara indicou o nome do Tenente Baltazar Joaquim de Oliveira, genro de Bento do Amaral, prontamente acolhido pelo governador, conforme ofício²⁰ ao último expedido a 29 de janeiro de 1805. Meses depois, encaminha-lhe novo ofício²¹, a 4 de junho de 1805, informando que, por decisão do Conselho Ultramarino, as patentes anteriores ao ano de 1795, sem cláusula expressa de serem os nomeados obrigados a confirmar no prazo de dois anos, deviam ficar subsistindo, o que fazia sustar a baixa dada ao Capitão Mor Bento do Amaral.

A segunda vez em que foi deposto se deu por uma confusão causada por uma ordem verbal que o Governador Franca e Horta deu ao Capitão Manuel Cavalheiro Leitão (cunhado e sobrinho, por afinidade de Bento do Amaral), de acordo com o ofício²² que o governador encaminhou, a 8 de novembro de 1809, ao Capitão Mor Bento do Amaral, onde ele explicou que apenas nos impedimentos dele o dito Manuel haveria de tomar o comando da vila.

Por morte de Bento do Amaral sucedeu-lhe no comando seu filho, o Sargento Mor João Annes do Amaral Gurgel²³. Fez-se eleição²⁴ de capitão mor para ser elaborada uma lista tríplice da qual o governador da capitania escolheria um. Os três mais votados foram João Annes, Manuel Cavalheiro Leitão e Joaquim Ribeiro do

¹⁹ Documentos Interessantes, LVI, p. 21.

²⁰ Documentos Interessantes, LVI, p. 144 a 145.

²¹ Documentos Interessantes, LVI, p. 224 a 225.

²² Documentos Interessantes, LVIII, p. 228 a 229.

²³ João Annes do Amaral Gurgel recebeu carta patente de sargento mor passada a 11 de agosto de 1806 da cidade de São Paulo pelo governador Antônio José de Franca e Horta, por falecimento de João Damasceno de Córdova que o exercia. João ocupava o posto de capitão das ordenanças e seu nome fora proposto pela câmara lageana (DAESP, nº de ordem 372, Lº nº 32 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 222-v).

²⁴ COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 4 v. I, p. 114-115.

Amaral²⁵ (depois o quarto capitão mor). João Annes faleceu pouco depois, de aneurisma, jovem ainda, contando 30 anos de idade, conforme vem consignado em seu óbito²⁶, lançado a 2 de junho de 1814. A morte deste último promoveu notável disputa entre os dois capitães de Lages, a saber André Guerreiro de Aboim Pereira e Manuel Cavalheiro Leitão, o qual estava julgado criminoso na ouvidoria de Curitiba e Paranaguá. Além da disputa, havia ainda muita intriga entre os dois, apesar de serem casados com duas irmãs que eram sobrinhas de Bento. Como se depreende de correspondências²⁷ encaminhadas pelos governadores interinos da Capitania de São Paulo aos camaristas de Lages, quem ficou provisoriamente no comando foi o Tenente Baltazar Joaquim de Oliveira. O mais interessante estava por vir: o governador decidiu-se por um que foi o menos votado naquelas eleições, Inácio de Almeida Leite que tomou posse na câmara de Lages a 25 de janeiro de 1816. Nessa mesma ocasião, ou pouco depois, Baltazar deve ter sido nomeado sargento mor. Curiosamente, nenhuma das duas cartas patentes foi localizada nos livros competentes do Arquivo do Estado. O que se pode admitir é que foram indicados pelo governador, mas não chegaram a ser empossados nos postos como de praxe e possivelmente essas indicações foram revogadas. Isso explicaria o fato de que em 1818 Baltazar Joaquim vem nomeado sargento mor e, em 1820, tenente comandante. Quanto ao Capitão Mor Inácio, sabe-se que, em razão de estar servindo na expedição de Guaraçuva, pouco tempo ele permaneceu em Lages. Assim, novamente o comando militar da vila ficou em mão de Baltazar Joaquim.

Excelente ilustração para uma melhor compreensão deste período é o olhar de historiador e geógrafo de Aires de Casal ao analisar a vila de Lages, ao escrever por 1815 a sua *Corografia Brasílica*²⁸. Da correspondência atrás transcrita já havia passado mais de quinze anos e os problemas cruciais mantinham-se inalterados. Deve-se ressaltar sobretudo o tom profético de suas palavras:

²⁵ Joaquim Ribeiro do Amaral nasceu cerca de 1755 em Minas Gerais; vivia do seu negócio de fazenda seca em Lages com 6 escravos, plantando mantimentos para o seu gasto; era casado com Páscoa Rodrigues, natural de Viamão, RS. Ele e seu irmão Bento Ribeiro do Amaral eram dizimeiros na vila de Lages. Recebeu carta patente de capitão da 2ª Companhia das Ordenanças da vila de Lages, recentemente criada, conferida a 15 de janeiro de 1819 da cidade de São Paulo, dos governadores interinos o Bispo Dom Mateus, D. Nuno Eugênio de Locio e Scilbis; ocupava o posto de ajudante das ordenanças, era morador no distrito e foi indicado pela respectiva câmara (DAESP, nº de ordem 376, Lº nº 40 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 225).

²⁶ ACDL, Lº nº 2 de óbitos da matriz de Lages, fls. 33.

²⁷ DAESP, nº de ordem 374, Lº nº 35 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 32 a 33-v.

²⁸ AIRES DE CASAL- Pe. Manuel (*1754 - † depois de 1821), *Corografia Brasílica ou Relação Histórico- Geográfica do Reino do Brasil (fac-simile da edição de 1817)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, Tomo I, p. 230.

A Villa das Lages, aliás de N.S. dos Prazeres, Padroeira da sua Matriz, a mais Meridional da Provincia, não tendo já mais passado de pequena em razão da má vizinhança dos Selvagens, acha-se hoje reduzida a pouca coiza de meia legua ao Norte do Rio das Caveiras, e um quarto afastada da Ribeira Carahá, que toma o nome de uma casta de cana ou bambú, que cresce em abundancia nas suas beiradas, e sam as melhores da Provincia; alguns tem o verniz atartarugado, que parece obra de habil artifice. Na mesma torrente ha boas pedras de amolar.

Seus contornos sam de grande fertilidade, e regados por muitos rios; e o clima temperado, e sadio. Cultivam-se legumes, linho, trigo, e milho: cria-se gado grosso, e miudo: quazi todas as arvores frutíferas aqui prosperam; mas o povo alem de diminuto he pobre por falta da extracção ás suas producções.

A abertura de uma boa estrada, pela qual os lavradores possam com facilidade transportar as sua producções ao porto de Santa Catarina, e dar-lhes prompta sahida, ou talvez melhormente para a Villa da Laguna, terminando a estrada no porto da Guarda, ou em pouzo alto, donde ha navegação pelo Rio Tubarão, como se disse para esta Villa, fará hir um grande numero de colonos estabelecer-se neste abençoado territorio: os malfazejos indigenas tornar-se-hão menos atrevidos, e talvez se sejeitem ou retirem: o numero dos creadores, e lavradores devem consideravelmente multiplicar-se em numerosas Aldêas, e estancias derramadas pelos largos Campos da Vaccaria: a Villa das Lages tomando o crescimento susceptivel virá, logo que as coizas cheguem á sua ordem com o tempo, a ser Cabeça de huma Comarca extensa, populoza, e rica.

Análises:

De acordo com o levantamento estatístico²⁹ de João Batista de Campos Aguirra, com base no Tombamento³⁰ de 1817, Lages era a vila com menor número de escravos em toda a Província de São Paulo, 7, tendo apenas 73 lavradores. Números insignificantes, especialmente quando comparados com os de Campinas (3.464 escravos, 294 lavradores) ou Itu (3.317 escravos, 361 lavradores e 128 engenhos de açúcar). O autor somou 9.891 lavradores, 203 engenhos e 29.684 escravos. Em termos de número de escravos, Lages possuía 0,0023% de toda a província, enquanto que em termos de número de lavradores e de senhores de engenho (em Lages não havia o cultivo de cana-de-açúcar), Lages detinha 0,7232%. O baixo número de escravos em Lages pode ser explicado principalmente porque a sua atividade principal de mercado era a pecuária que notoriamente emprega menor número de mão-de-obra. Sua agricultura era basicamente a de subsistência e resumia-se ao milho, feijão, trigo e linho.

Interessante é notar que no recenseamento de Lages no ano de 1777, para uma população total de 667, foram contabilizados 191 escravos (28,6% do total) e 94 índios (14,1% do total). O grande número de índios é explicável porque foi exatamente nesse período em que houve uma leva trazida dos aldeamentos paulistas para suprir a necessidade de mão-de-obra na agricultura visando a alimentação dos soldados na campanha contra os castelhanos. O declínio considerável de 191 escravos em 1777, depois 125 em 1798, e finalmente apenas 7 no ano de 1817, é o melhor termômetro para medir a decadência de Lages. A probabilidade maior é que eles teriam acompanhado seus senhores quando estes abandonaram a vila ou teriam sido simplesmente vendidos para atenuar a crise financeira que abateu sobre a sua população. Observam-se vários mulatos senhores de escravos e, no ano de 1817 um escravo era capataz da fazenda do seu senhor, o que mostra uma instigante relação entre senhor e escravo em Lages. Certamente vivia sem grilhões, tão comuns em outras regiões do Brasil..

A título de curiosidade, esta foi a relação de ocupação dos habitantes de Lages, de acordo com o recenseamento no ano de 1798: 3 magistrados e oficiais públicos, 1 clérigo, 7 roceiros de mantimentos, 8 negociantes, 4 sapateiros, 4 carpinteiros, 35 que só plantavam para comer, 40 jornaleiros (que recebiam por dia de trabalho), 17 fazendeiros de criar animais, 4 vadios, 68 escravos e 57 escravas.

²⁹ AGUIRRA, João Batista de Campos. In: Revista do Arquivo Municipal, volume X, p. 57-64. *Tombamento de 1817: Propriedades Rurais na Capitania de São Paulo*. São Paulo, 1935.

³⁰ Não estão acostados os relatórios (perderam-se?) de algumas localidades, como os bairros da Capital e as vilas de Santana de Parnaíba, Itanhaém, Mogi Mirim e Franca. Por este motivo não foram computados na estatística os dados dessas localidades.

A procedência dos primeiros moradores de Lages

Os primeiros grupos de paulistas que se deslocaram para Lages eram destacadamente de três lugares: vilas de Santana de Parnaíba e Taubaté, e cidade de São Paulo. Além das relações de compatriotado, abusava-se do nepotismo, onde o poder nas ordenanças era exercido em uma companhia à vezes por uma única família. Para estabelecer uma relação percentual da procedência dos primeiros habitantes de Lages, recorri aos primeiros livros paroquiais de Lages, até 1820, de batizados, casamentos e óbitos. Neles anotei a origem das pessoas expressa nesses documentos, ignorando apenas os que eram naturais da própria Lages. A seguir, o resultado da pesquisa comparando com os obtidos neste trabalho sobre os proprietários rurais (o que comprova a tese da predominância de paulistas na região):

Origem	Índice obtido pelos registros Paroquiais (%)	Índice obtido Neste trabalho (%)
Paulistas (incluindo paranaenses)	63,2	57,1
Portugueses	4,0	13,2
Gaúchos	12,2	13,2
Catarinenses	13,1	12,1
Outras	7,5	4,4
Total	100,0	100,0

A mesma estatística, não considerando os portugueses, tronco comum em todo o Brasil e originários de qualquer rincão do Reino:

Origem	Índice obtido pelos registros Paroquiais (%)	Índice obtido neste trabalho (%)
paulistas (incluindo paranaenses)	65,9	65,8
gaúchos	12,7	15,2
catarinenses	13,7	13,9
outras	7,7	5,1
Total	100,0	100,0

Dimensão das propriedades rurais em Lages

Nem sempre é possível estabelecer a dimensão das antigas propriedades rurais de Lages, porque em alguns casos apenas vêm citadas as divisas. Ainda assim, na maioria dos casos, pode-se calcular a sua área total. Passemos agora para uma análise série por série, sempre exprimindo a área em alqueires paulistas³¹:

Da primeira série foram concedidas pelo governador da capitania dez sesmarias, cinco com dimensão expressa, com média de 12.060 alqueires paulistas por sesmaria; dessas cinco, as maiores foram concedidas a (números em alqueires):

- Manuel Antônio de Araújo 16.200
- Manuel Barros 16.200

A segunda série relaciona as fazendas e chácaras no ano de 1818. Não fica clara, conceitualmente, a diferença entre fazenda e chácara, porque Baltazar Joaquim de Oliveira relacionou fazendas que variavam de 52 a 9.600 alqueires paulistas, enquanto que as chácaras variavam de 4 a 1.800 alqueires paulistas. Foram levantadas 49 fazendas com 45 fazendeiros, com uma média de 2.890 alqueires por fazenda. Os maiores proprietários, de acordo com a série eram (números em alqueires):

- Mateus José de Sousa, com duas fazendas, totalizando 9.600
- Laureano José Ramos 9.000
- Sargento Mor Baltazar Joaquim de Oliveira 7.200
- Capitão Pedro da Silva Ribeiro, com duas fazendas, totalizando 6.300
- Manuel Cavalheiro Leite, com uma fazenda e uma chácara, totalizando ... 6.300
- Mateus José da Silva 5.850
- Bento Ribeiro de Córdova 5.400
- Brígida Maria 5.400
- Domingos José de Brito 5.400
- Inácio Antunes Lima 5.400
- Capitão Mor Inácio de Almeida Leite 5.400
- Alferes José da Silva 5.400
- Manuel Joaquim Missanga 5.400
- Manuel Ribeiro da Silva 5.400
- Policarpo José de Oliveira 5.400
- Ana Joaquina Benevides 4.800

³¹ Cada alqueire paulista equivale a 24.200 m².

Ainda na segunda série foram levantadas 33 chácaras com 32 chacareiros, com uma média de 305 alqueires paulistas por chácara; as maiores chácaras eram (números em alqueires):

- Sargento Mor Manuel Cavalheiro Leite (já computado atrás) 1.800
- Antônio Paes de Faria 1.200

A terceira série que relaciona as propriedades no ano de 1820 e são mais detalhadas, mostram 71 propriedades e 64 proprietários, entre fazendas, sítios e chácaras, sendo que duas delas não tiveram suas dimensões expressadas, conferindo uma média de 1.920 alqueires paulistas por propriedade. Os proprietários com mais de 3.000 alqueires (números em alqueires):

- Capitão Manuel Cavalheiro Leitão, com três propriedades, totalizando ... 11.250
- ... Mateus José de Sousa, com duas fazendas, totalizando 7.650
- ... José Gomes Valente 7.200
- ... Manuel Ribeiro da Silva 7.200
- ... José Joaquim Pereira, com três fazendas, totalizando 6.300
- ... Capitão André Guerreiro de Aboim Pereira 5.400
- ... Antônio Manuel Velho 5.400
- ... Brígida Maria 5.400
- ... Manuel Joaquim Pereira 5.400
- ... Mateus José da Silva 5.400
- ... Policarpo José de Oliveira 5.400
- ... Paulo José Pereira, com duas fazendas, totalizando 4.950
- ... Bento Ribeiro de Córdova 4.050
- ... Capitão Pedro da Silva Ribeiro 4.050
- ... Antônio José Cadete 3.600
- ... Capitão Mor Inácio de Almeida Leite 3.600
- ... Joaquim José Pereira 3.600
- ... José Coelho 3.600

Conclusões:

A propriedade em pauta

Antes de se discutir se, neste estudo, foi detectada ou não a presença de latifúndios em Lages, faz-se necessário tentar definir como essa palavra será concei-

tuada. Considerando latifúndio uma extensa propriedade em mão de uma única pessoa, com uma área dezena de vezes maior que a média das grandes fazendas da região, pode-se afirmar que nenhuma das propriedades rurais de Lages, relacionadas neste trabalho e abrangendo o período estudado, era um latifúndio. Isso independentemente da atividade ser mono ou policultura, se havia terras incultas ou não e finalmente se havia ou não emprego de mão de obra especializada.

Quero assinalar que nenhuma das sesmarias que se têm notícia, concedidas em Lages, em número de dez, foi confirmada pelo Rei de Portugal, como era obrigatório pelas Ordenações para que a propriedade tivesse validade jurídica. Quanto às terras conferidas pela câmara ou pelos capitães mores da vila, elas nem chegaram a ser encaminhadas ao governador da capitania para que se regularizasse a situação. A legislação, desde aqueles tempos, já andava relaxada, mesmo porque o que prevalecia era a posse efetiva das terras. E o custo de se obter uma sesmaria, correndo papéis pela vila de Lages, cidade de São Paulo e finalmente na cidade de Lisboa, inviabilizaria qualquer projeto de instalação de uma nova fazenda, onde o lucro não era de grande vulto, como se pode presumir das dificuldades da vila. De qualquer forma, vistas praticamente todas as escrituras existentes no cartório de notas de Lages do século XVIII e algumas dos primórdios do XIX, nenhuma das propriedades teve a sua posse contestada ou deixou de ser reconhecida como legítima, inclusive as posses de terras devolutas sem título algum.

Metodologia empregada na pesquisa

Para execução deste trabalho servi-me basicamente de três tipos documentais, todos depositados na Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo (DAESP) que formam as três primeiras séries. Complementarmente, com o objetivo de resgatar antigos proprietários não sesmeiros, elaborei a quarta e última série. São elas:

- 1ª Série: Resumo das Cartas de Sesmarias concedidas na vila de Lages**, extraídas dos Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões;
- 2ª Série: Mapa dos Bens Rústicos da vila de Lages em 1818**, elaborado pelo Sargento Mor Baltazar Joaquim de Oliveira;
- 3ª Série: Relação dos Bens Rústicos da Vila de Lages em 1820**, elaborada pelo Tenente Comandante Baltazar Joaquim de Oliveira;
- 4ª Série: Proprietários não constantes dos documentos arrolados**, relação extraída dos Livros de Notas do 1º Ofício de Lages.

Para facilidade do leitor, as quatro séries vêm indexadas pelo nome dos proprietários. Pelo motivo das três primeiras séries serem transcrições de documen-

tos e não se desejar inserir informação não contida nos mesmos, optei por colocar em notas de rodapé os acréscimos ou complementos, tanto sobre a propriedade como sobre os proprietários. A maior parte dessas notas foi extraída dos seguintes documentos: maços de população (recenseamentos) de Lages (DAESP); notas paroquiais de Lages (do Arquivo da Cúria Diocesana de Lages); Livros de Notas de Lages; inventários de Lages (depositados no Museu do Judiciário Catarinense-MJC, em Florianópolis), etc.

Em Lages tive a grata surpresa de conhecer a grande obra do Dr. Licurgo Costa, *O Continente das Lagens*³², em alentados quatro volumes, onde foi apresentada uma relação de fazendas lageanas em 1817. Este trabalho foi publicado por Fernando Ataíde a 20 de novembro de 1938 na imprensa local e sem dúvida coletado em uma breve pesquisa dele no Arquivo do Estado. Da obra do Dr. Licurgo também consta um precioso estudo sobre as antigas fazendas e respectivos proprietários, e se não é mais informativo é porque grande parte da documentação lageana está depositada em São Paulo.

1ª Série Documental

Repertório das sesmarias concedidas na vila de Lages, extraídas dos Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões (depositadas na DAESP):

Antônio Gonçalves Padilha³³, morador em Viamão, recebeu de sesmaria³⁴, a 17 de maio de 1773, da cidade de São Paulo, sendo Governador da Capitania de São Paulo o Morgado de Mateus, uns campos na paragem chamada as Lages, fazenda de Nossa Senhora da Natividade, comprada a Manuel Barbosa Franco, acima da serra a uma parte da estrada que vai da cidade de São Paulo para Viamão e Rio Grande, principiando na paragem chamada Morro da Boa Vista Pequena. Confrontavam pela parte

³² COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982, 4 v. IV, p. 1476-1478, 1565-1583.

³³ Era proprietário de terras em Viamão, RS. Uns *Gonçalves Padilhas*, curitibanos, eram parentes próximos do Guarda Mor Bernardino da Costa Filgueira (vide este nome, nesta série, de sesmarias). De acordo com Oliveira (ASS-HG, p. 234) era natural da vila de Curitiba e casado com Águeda Vieira Pacheco.

³⁴ DAESP, nº de ordem 367, Lº 19 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 49-v. Fez-se registro desta carta de sesmaria nos Livros de Notas de Lages (1º Ofício, Lº de notas nº 1, fls. 40 a 41-v.). A escritura (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 90 a 91) de compra da fazenda da Natividade foi lançada a 16 de janeiro de 1782 na vila de Lages, sendo tabelião Antônio de Araújo França, por preço de 1:661\$000.

do Sul com a fazenda do Coronel Félix José Pereira³⁵, correndo rumo direito ao Norte até a porteira do cercado e arranchamento do Padre José Carlos da Silva e que poderá ter de distância duas léguas e meia, pouco mais ou menos, cujo rumo fica servindo de data, sendo o sertão em quadra, com a mesma testada de Leste, principiando nas testadas ou fim dos campos de Simão Barbosa *Campos*³⁶ (**sic**) até entestar no ribeirão chamado as Pelotinhas que dividia os campos de João Antunes Pinto. O suplicante Padilha havia estabelecido nesses campos roças, escravos, gados e bestas. Por não haver ainda câmara, foi ouvido o Capitão Mor Regente Antônio Corrêa Pinto que deu parecer favorável.

Bernardino da Costa Filgueira³⁷, guarda mor, recebeu, a 30 de outubro de 1790, da cidade de São Paulo, sendo Governador Bernardo José de Lorena, sesmaria³⁸ na vila de Lages. O suplicante era casado e morador na vila de Lages e desde o ano de 1782, por ordem do Capitão Mor Regente da mesma vila se achava de posse e a tinha cultivado, não só com lavouras, mas também com criações de animais vacuns e cavalares. Recebeu uns campos e matos chamados *os Índios*, do termo da mesma vila, cujas terras tinham seu princípio na serra do rio Caveiras de onde saíam dois ribei-

³⁵ O Coronel Félix José Pereira, através do seu administrador Francisco José de Brito, pediu permissão para mudar e pessoas e gado de Lages para os campos de Vacaria, conforme registro feito a 18 de fevereiro de 1768 em Viamão (AAHRGS, vol. 11, p. 178).

³⁶ Tratava-se do Alferes Simão Barbosa Franco, antigo morador de Lages, que se casou em 1769 em Itu com Rosa Leite de Sampaio (SL, VI, 258), a qual faleceu a 20 de maio de 1776 em Lages, de acordo com o Recenseamento de Lages.

³⁷ De acordo com o genealogista paranaense Negrão (NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*, Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926 a 1950, 6 v. III, p. 573), Bernardino da Costa Filgueira nasceu cerca de 1744, filho do português Manuel da Costa Filgueira e de sua mulher Custódia Rodrigues de França, esta filha (natural?) do Capitão Mor de Paranaguá João Rodrigues de França e de Maria da Conceição. Bernardino participou das expedições a Guarapuava. Fez testamento (Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 3º Ofício, em cópia vista na Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, caixa nº 1, documento nº 18) a 16 de novembro de 1814 na cidade de São Paulo, doente de cama, mas em seu perfeito juízo. Seus bens achavam-se em sua casa na vila de Curitiba, do que sua mulher tinha conhecimento. Pediu para que seu corpo fosse enterrado na porta da igreja catedral ou matriz do lugar onde viesse a falecer. O “cumpra-se” ao testamento se deu a 15 de dezembro de 1814 em São Paulo. Casou-se a 5 de agosto de 1766 em Curitiba com Margarida Cardoso de Jesus, filha de Trifônio Cardoso Pazes e de sua mulher Rita Ribeiro de Magalhães. Tiveram filha única, Ana Maria do Sacramento, já falecida ao tempo do testamento do pai, que se casou com Manuel Teixeira de Oliveira Cardoso (vide este nome nesta mesma série, de sesmeiros). De acordo com o recenseamento de 1798 em Lages era senhor de 2 escravos e vivia do seu negócio de fazenda seca e naquele ano era contratador dos dízimos da vila de Lages.

³⁸ DAESP, nº de ordem 369, Lº 25 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 80 a 80-v.

rões, um chamado o *Pissarrão* (que dividia os campos de José do Amaral) e outro que passa do mato de Santa Catarina, chamado a posse de José Gomes e ambos desaguavam no rio Canoas e os ditos campos faziam fundo. Foi ouvida a câmara da vila de Lages.

João Costa Moreira, morador e capitão mor da vila de Laguna, recebeu, a 23 de dezembro de 1785, da cidade de São Paulo, sendo Governador Francisco da Cunha e Menezes, em sesmaria³⁹ umas terras compradas ao Capitão Bento do Amaral Gurgel Annes e ao Tenente Bento Soares da Mota, que consistiam em uma fazenda de criar animais na paragem chamada Tijucas, distrito da vila de Lages, como constava das escrituras, partindo os campos da dita fazenda da parte do Norte com os campos do Furriel Pedro da Silva Ribeiro, fazia divisa por uma restinga de mato que nasce da Serra do Mar e finda na barra do ribeirão da Porteira e que, pela parte de Leste pela serra do mar e pela do Sul com os campos do Posto da Jararaca, dele mesmo comprador. Fazia divisa por um ribeirão que nasce do pé da Serra do Mar e fazia barra no rio das Contas acima do paço que vai para o dito Posto da Jararaca. Foi ouvida a câmara da vila de Lages.

José Caetano de Sousa, morador na vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Recebeu carta de sesmaria⁴⁰, a 12 de janeiro de 1774, da cidade de São Paulo, pelo Morgado de Mateus, no continente da vila das Lages, de uns campos comprados a Antônio de Sousa Pereira que foram povoados primeiramente por Antônio Gonçalves Padilha, os quais por uma banda partiam com os do Alferes Manuel de Sousa Passos⁴¹ e os dividia o Ribeirão Grande e pela outra banda com os do Alferes José Raposo Pires e os dividia uma lomba que está adiante de um capão chamado *a Restinga Seca* e pela dita lomba correndo rumo direito aos fundos e nestes faz divisa com os de Mateus José de Sousa e pela outra parte com as do Capitão Mor Regente da dita vila e os dividia o ribeirão chamado *Forqueta*. Foi ouvida a câmara da vila de Lages.

José Raposo Pires⁴², alferes, morador na vila de Lages, recebeu, a 11 de outubro de 1775, da cidade de São Paulo, sendo Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha,

³⁹ DAESP, nº de ordem 368, Lº 22 de Sesmaria, Patentes e Provisões, fls. 115.

⁴⁰ DAESP, nº de ordem 367, Lº 19 de Sesmaria, Patentes e Provisões, fls. 98-v a 99-v. A pedido do sesmeiro, esta carta de sesmaria foi lançada (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 1, fls. 55 a 56-v.) nos livros de notas do cartório de Lages.

⁴¹ Manuel de Sousa Passos recebeu nombramento do posto de alferes da Companhia de Auxiliares de Cavalaria de Lages, por impedimento de José Raposo Pires que o exercia, a 26 de maio de 1773, do Morgado de Mateus (DAESP, nº de ordem 367, Lº 19 de Sesmaria, Patentes e Provisões, fls. 141).

⁴² O Alferes José Raposo Pires (SL, VI, 252), também chamado José Furquim de Camargo, nasceu cerca de 1716 em São Paulo, filho de Estêvão Furquim de Camargo Bueno e de sua mulher Branca Raposo Pires. Sua primeira mulher, com quem se casou em 1742 na

como carta de sesmaria⁴³, por ele ter fundado havia 11 ou 12 anos, uma fazenda com animais de criar, vacuns e cavalares, em uns campos que achara devolutos (o que se fez certo pela informação da vila de Lages) na paragem chamada o Ribeirão das *Pelotinhas* com três léguas de fundo e uma de testada, correndo o rio *Pelotinhas* a um capão chamado *Restinga Seca* que fica ao pé da lomba comprida fazendo fundos do rio das *Pelotinhas* abaixo e sendo a sua testada defronte dos três pinheiros, fazendo divisas de uma banda com Mateus José de Sousa e pelas outras partes com Manuel de Sousa Passos e o mesmo rio.

Lages: Os moradores dos Campos das Lages receberam, a 6 de agosto de 1768, da cidade de São Paulo, sendo Governador o Morgado de Mateus, carta de sesmaria⁴⁴,

cidade de São Paulo, Francisca Cardoso Bueno, faleceu a 8 de setembro de 1782 em Lages (matriz, 1º, fls. 14-v), tendo feito testamento e sendo sepultada na matriz. José Raposo casou-se depois, a 16 de setembro de 1783 em Lages (matriz, 1º, fls. 22-v) com D. Maria de São Boaventura do Amaral e Silva, também natural de São Paulo, viúva de José Francisco de Moraes Navarro, e filha de Lourenço Leme de Siqueira e de sua mulher D. Maria Leme do Amaral Gurgel. José Raposo faleceu onze dias após seu casamento, a 27 de setembro de 1783 em Lages (matriz, 1º, fls. 16-v). D. Maria de São Boaventura casou-se terceira e última vez com o Sargento Mor João Damasceno de Córdova (ver este nome). José Raposo recebeu nombramento, passado a 5 de agosto de 1768, da cidade de São Paulo, sendo Governador o Morgado de Mateus, de alferes da Companhia de Auxiliares da Cavalaria dos Sertões das Lages, da qual era Capitão Bento do Amaral Gurgel Annes (DAESP, nº de ordem 366, Lº 18 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 21 a 21-v).

⁴³ DAESP, nº de ordem 367, Lº 20 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 11. A fazenda do Alferes José Raposo Pires intitulava-se *Nossa Senhora do Socorro*. Por morte de sua primeira mulher, Francisca Cardoso Bueno, metade da fazenda tocou à sobrinha da defunta, Ana Cordeiro do Amaral. A outra metade continuou na posse do alferes e, após a morte deste último, tocou à viúva, D. Maria de São Boaventura do Amaral e Silva, a qual vendeu a Joaquim José Monteiro, por escritura (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 126-v a 127-v.) passada a 23 de abril de 1784 na vila de Lages, sendo tabelião Antônio de Araújo França, por preço de 100\$000. Joaquim José Monteiro a vendeu, depois, para Inácio Alves do Amaral. A herdeira Ana Cordeiro, passou procuração (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 22 a 24: traslado da procuração feita a 21 de janeiro de 1784 na vila de Atibaia, habilitando-se à herança de sua tia Francisca Cardoso Bueno.) a seu irmão Inácio Alves do Amaral, o qual fez escritura (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 20-v a 21-v.) de venda a 7 de abril de 1788, na vila de Lages, no escritório do tabelião Antônio de Araújo França, das duas metades da fazenda, reconstituindo-a, portanto, sendo comprador Belchior de Arantes, pelo preço de 125\$000, sendo o pagamento em animais.

⁴⁴ DAESP, nº de ordem 366, Lº 18 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 18 a 18-v. Esta sesmaria acabou não servindo de patrimônio da Igreja de Lages e, conforme se vê em “O Continente das Lagens”, vol. 1, p. 390, por várias vezes a Igreja, através da Mitra Diocesana, tentou obter a sua posse, sem sucesso. Finalmente, a 12 de março de 1974, através de acórdão do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, não foi reconhecido o direito da

com duas léguas e meia de terras de testada e outro tanto de sertão no Campo das Lages, para patrimônio da Igreja Matriz, atendendo à representação dos moradores do distrito dos Campos das Lages que o dito governador mandara fundar na dita paragem uma vila e como os seus moradores necessitavam de pasto espiritual, pretendiam formar uma igreja para que, pelo tempo adiante, lhes servisse de matriz. E como, a referida matriz não se poderia erigir sem se fazer patrimônio para do seu redito ter a dita igreja a sua devida conservação e considerando que na dita paragem havia muitas terras devolutas e não possuídas por pessoa alguma, pretendiam os suplicantes, moradores dos Campos das Lages, lhes concedesse, e nome de Sua Magestade, um rincão de campo que se dividia pelo ribeirão de Carahá pela parte de Leste, pela parte do Sul com o rio das Caveiras, e pela do Norte com os matos que vem dos tributos que terá pouco mais ou menos duas léguas e meia de testada e outro tanto de sertão para patrimônio da sua igreja. Essas terras não poderiam ser vendidas ou trespassadas a outro em tempo algum, servindo apenas para patrimônio da dita igreja. A última recomendação do Morgado de Mateus foi que, assim que a houvesse mais de cinqüenta famílias no local, seus moradores deveriam mandar confirmar esta carta de sesmaria por Sua Magestade e que, antes de tomar posse das ditas terras, iria o Capitão Mor Regente Antônio Corrêa Pinto com piloto (*agrimensor) e mais pessoas necessárias em seus atos a demarcar a paragem.

Manuel Antônio de Araújo⁴⁵ recebeu, a 13 de janeiro de 1774, da cidade de São Paulo, carta de sesmaria⁴⁶ passada pelo Morgado de Mateus. Manuel Antônio era

Mitra. O parecer da Procuradoria Geral da República amparou-se no fato de que a referida sesmaria não fora confirmada pelo Rei de Portugal.

⁴⁵ Depois Mestre de Campo, Manuel Antônio de Araújo nasceu cerca de 1733, batizado na freguesia de São Vitor, na cidade de Braga, filho de Manuel de Araújo e de sua mulher Custódia Gomes. Conforme constou dos seus banhos (ACMSP, processo nº 4-86-659, fls. 1 a 22), veio para o Brasil com a idade de 10 para 11 anos, tendo desembarcado na cidade do Rio de Janeiro; viveu algum tempo na vila de Curitiba, no Rio Grande do Sul e também nas Minas Gerais. Casou-se primeira vez, a 1º de dezembro de 1764 na Sé de São Paulo (ACMSP, Lº 2º de casamentos, código 1-3-16, fls. 232-v) com Ana Maria Clara de Macedo (SL, II, 493), batizada a 25 de agosto de 1744 na Sé da cidade de São Paulo (fls. 85), filha de Manuel de Macedo e de sua mulher Escolástica Maria de Matos. Manuel Antônio casou-se segunda vez com Gertrudes Maria Mendes Pereira (tia do Cadete Santos, o Barão de Itapetininga).

Manuel Antônio recebeu nombramento, a 21 de março de 1770, do Morgado de Mateus, do posto de tenente de auxiliares de cavalaria de São Bernardo, no bairro de Caguaçu, cidade de São Paulo (DAESP, nº de ordem 366, Lº nº 18 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 111-v e 122). Depois recebeu carta patente de capitão da mesma companhia, a 30 de dezembro de 1774, do Morgado de Mateus (DAESP, nº de ordem 367, Lº nº 19 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 140-v e 141). E, a 2 de agosto de 1788, do governador da capitania de São Paulo Bernardo José de Lorena, recebeu carta patente do posto de mestre de campo do terço de infantaria auxiliar da Marinha da vila de

morador na cidade de São Paulo. Essa sesmaria consistia em umas terras no continente da vila de Lages, que havia comprado a José Gomes Valente, que foram do Capitão João Antunes Pinto, como também a Antônio de Sousa Pereira, uma tapera que foi do Capitão Antônio José Pereira⁴⁷ mista à dita fazenda, cujos campos terão três léguas em quadra, dividindo-se pela parte do Sul com os campos de Antônio de Sousa Pereira, cuja divisa é um braço do Rio das Pelotinhas que corre distante da casa do dito Antônio de Sousa, coisa de um quarto de légua, pela do Norte com o rio das Caveiras, pela de Oeste com os campos do Alferes Manuel de Sousa Passos, que dividia o Lageado Grande e pela de Leste com os campos de Sebastião Pinto da Cruz que dividia o ribeirão que vai fazer barra nas Caveiras. Foi ouvida a câmara da vila de Lages.

Manuel Barbosa Franco⁴⁸, tenente, recebeu, depois de ouvida a câmara da vila de Lages, por sesmaria⁴⁹, a 1º de outubro de 1772, da cidade de São Paulo, sendo Go-

Paranaguá (DAESP, nº de ordem 369, Lº nº 25 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 5).

Há um registro dessa sesmaria no Arquivo Nacional (caixa 160, nº 57), com a respectiva petição, onde ele alegou que comprara no sertão de Lages uma fazenda de animais que tinha três léguas de campos, como constava da sesmaria que seguia junto. Queria povoar essa fazenda com mais quatrocentas éguas e cinquenta burros e burras, intenção essa que encontrou impedimento no novo registro de Pelotas. Solicitado a dar um parecer, o Governador do Rio Grande José Marcelino de Figueiredo escreveu, a 23 de maio de 1775 de Porto Alegre: “*Não convem conceder ce ao Suplicante a pesage dos animaes que pertence para fora dos Registos deste Continente por se deminuirem os direitos que pagão as mulas e os potros que sahem para fora.*”

⁴⁶ DAESP, nº de ordem 367, Lº 19 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 99-v a 100-v.

⁴⁷ Antônio José Pereira recebeu carta patente do posto de capitão das ordenanças da vila de Lages a 26 de maio de 1773, sendo governador da capitania o Morgado de Mateus (DAESP, nº de ordem 367, Lº 19 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 51 a 51-v).

⁴⁸ O Tenente Manuel Barbosa Franco faleceu a 24 de setembro de 1780 em Lages (matriz, 1º, 11), com cerca de 50 anos de idade. Quando se casou, a 21 de fevereiro de 1773 em Lages (matriz, 1º, 5-v) com D. Bárbara Garcia de Barros, declarou ser natural da freguesia de São Martinho de Vale de Bouro, concelho de Celorico de Basto, arcebispado de Braga, filho de Antônio Pereira e de Hilária Barbosa, desconhecendo o nome de seus avós paternos e maternos. Sua mulher, que era prima irmã da mulher do Sargento Mor Antônio Rodrigues de Oliveira (este cunhado do Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto), era natural da vila de Parnaíba e filha de Antônio de Oliveira e de sua mulher Ana Peres Moreira; neta paterna do Sargento Mor Rafael de Oliveira Leme e de sua mulher Bárbara Garcia de Lima; neta materna de José Manuel Teixeira Feio e de sua mulher Gertrudes de Barros. Manuel Barbosa era irmão inteiro do Alferes Simão Barbosa Franco. Manuel Barbosa havia recebido nombramento do posto de tenente de Auxiliares da Cavalaria da Companhia do Sertão das Lages, da companhia de que era capitão Bento do Amaral Gurgel Annes, a 5 de agosto de 1768, sendo Governador o Morgado de Mateus (DAESP, nº de ordem 366, Lº 18 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 20-v a 21).

vernador o Morgado de Mateus, uns campos na paragem das Cabeceiras do rio das Caveiras que partiam de uma banda com o mesmo rio e da outra com os campos de Sebastião Pinto, da outra com a serra e da outra com os campos de Simão Barbosa. Nestes campos o suplicante que se achava de posse mansa e pacífica, se tinha estabelecido com criações de animais cavалares e vacuns.

Manuel Barros⁵⁰, recebeu a 27 de janeiro de 1779, da cidade de São Paulo, sendo Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, uma sesmaria⁵¹ de três léguas de cam-

⁴⁹ DAESP, nº de ordem 367, Lº 19 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 31-v.

A 2 de novembro de 1774, em Lages, sendo tabelião Marcelino Pereira do Lago, o Tenente Manuel Barbosa Franco e sua mulher Bárbara Garcia de Barros fizeram escritura (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 1, fls. 47-v a 49.) de doação desta sesmaria, como senhores e possuidores do rincão denominado as Caveiras, que partiam de uma banda com Sebastião Pinto dos Reis, da outra com Antônio de Sousa Pereira e da outra com os campos do Capitão Simão Barbosa Franco e pelo outro lado a costa da serra. Os outorgados foram suas sobrinhas, filhas legítimas do seu irmão o Capitão Simão Barbosa Franco e de sua mulher Antônia de Siqueira, já defunta. Havia a condição de que nem suas sobrinhas, nem o marido de uma delas, Manuel Francisco Guimarães (casado com Teresa Barbosa), não poderiam, em tempo algum, admitir nestes campos a seu irmão Felipe Barbosa com pena de que não o fazendo assim, ficaria sem efeito essa doação. Nessa escritura deixaram claro que não permitiriam que José Gomes Valente (genro do casal) nem seus herdeiros ou procuradores se contendessem com sua sobrinha Maria Barbosa.

A 1º de outubro de 1789 na vila de Lages, no sítio do Sargento Mor Joaquim José Monteiro, termo da vila de Lages, aonde foi o tabelião Antônio de Araújo França e se fez escritura (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 52 a 53.) de venda de um rincão de campos intitulados *Santana*, por preço e quantia de 100\$000, sendo vendedores Felipe Né-ri Barbosa e sua mulher Ana Maria de Camargo e compradora Maria Barbosa da Anunciação. Os campos que se achavam debaixo de uma carta de sesmaria em poder de Manuel Francisco Guimarães, faziam divisa pela parte do Norte pelo rio das Caveiras e pela parte do Sul com campos da mesma compradora.

⁵⁰ Manuel (de) Barros nasceu cerca de 1741 na cidade de São Paulo (foi depoente em um processo crime de Lages, no ACMSP, sem catalogação, a 2 de janeiro de 1781) e era casado com Inácia Maria, ambos mulatos. Havia comprado esses campos por escritura passada a 30 de outubro de 1784 (1º Ofício de Notas, Lº 2, fls. 136 a 136-v), pelo preço e quantia de 75\$000, sendo vendedor Joaquim Rodrigues dos Santos; este os comprara de Antônio de Sousa Pereira. No ano de 1784 esses campos faziam divisa por um lado com campos do Capitão Manuel de Araújo Gomes e por outro lado com campos que foram do falecido Alferes José Raposo Pires, e por outra parte com os campos intitulados a *Mulada*, de D. Maria Antônia de Jesus (viúva do Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto). Estes campos foram vendidos por escritura pelo casal Manuel de Barros e sua mulher Inácia Maria (1º Ofício de Lages, Lº 6 de Notas, fls. 55-v a 56) a 24 de fevereiro de 1808 na vila de Lages, sendo comprador Miguel Bicudo de Amarante. Este nasceu cerca de 1757 na vila de Santana de Parnaíba, filho de Gonçalo Bicudo do Amarante (SL, VI, 346) e de sua mulher Jacinta Maria do Rego, e casou-se a 17 de maio de 1787 na matriz de Lages (1º, fls. 33-v)

pos na vila das Lages, onde o suplicante era morador e que ele tinha descoberto e nele se achava cultivando havia cerca de 9 anos, uma data de campos sitos na Costa da Serra do mato daquele continente, nas cabeceiras do rio Pelotas e do rio Lavatudo, fazendo divisa por um lado pelo dito Pelotas por um braço que do mesmo nasce da dita serra e pelo outro com o dito rio Lavatudo fazendo pião em um morro que fica fronteando a situação que nos dos ditos tem, correndo distância de légua e meia para a serra e outra e meia dita para a tapera que foi do Padre José Carlos, tendo de fundo três léguas, fazendo divisa com a fazenda do *Bonsucesso*. Havia tomado posse por uma permissão do Capitão Mor do continente da vila de Lages. Foi ouvida a câmara da vila.

Manuel Teixeira Oliveira Cardoso⁵² recebeu carta de sesmaria⁵³, a 8 de março de 1790, da cidade de São Paulo, sendo Governador Bernardo José de Lorena, de uns

com Ana Joaquina Benevides, filha de Manuel da Silva Ribeiro e de sua mulher Maria Bernardes do Espírito Santo.

⁵¹ DAESP, nº de ordem 368, Lº 21 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 25-v a 26-v. Fez-se lançamento (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 116-v a 118.) dessa carta de sesmaria a 19 de novembro de 1783 na vila de Lages, sendo tabelião Antônio de Araújo França.

⁵² Manuel Teixeira (de) Oliveira Cardoso casou-se a 27 de agosto de 1789 na matriz de Lages (1º, fls. 38) com Ana Maria do Sacramento. Ele era natural da cidade do Porto, batizado na freguesia da Sé da mesma cidade, filho de Luís Teixeira Guimarães e de sua mulher Escolástica Angélica Bernardina. Ela, Ana Maria do Sacramento, era filha do Guarda Mor Bernardino da Costa Filgueira (também sesmeiro em Lages) e de sua mulher Margarida de Jesus Cardoso. Manuel Teixeira de Oliveira Cardoso arrematou a inspetoria dos registros de Canoas, de Curitiba e de Lages, de 1º de janeiro de 1790 a 31 de dezembro de 1792 (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 84 a 85). Recebeu carta patente de mestre de campo do 2º terço de infantaria auxiliar de Serra acima de São Paulo que vagara por falecimento de José de Góes e Siqueira, sendo governador da capitania de São Paulo Bernardo José de Lorena: Manuel Teixeira fora capitão mor da cidade de São Paulo (DAESP, nº de ordem 369, Lº nº 25 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 5). Esta patente teve confirmação régia a 17 de agosto de 1790, da cidade de Lisboa, pela Rainha D. Maria (DAESP, nº de ordem 369, Lº nº 24 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 4). A 26 de agosto de 1797 recebeu provisão da cadeira de primeiras letras da vila de Curitiba que se achava vaga havia mais de um ano, por deixá-la Antônio Xavier Ferreira; Manuel Teixeira fora aprovado pelo Bispo da Diocese de São Paulo e receberia o ordenado do Subsídio Literário (DAESP, nº de ordem 371, Lº nº 29 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 17-v). Foi novamente nomeado professor de primeiras letras da vila de Curitiba a 26 de julho de 1801 da cidade de São Paulo (Arquivo Nacional, códice 57, volume 2, fls. 64 a 64-v).

De acordo com o genealogista paranaense Negrão (op. citado, IV, p. 559), Manuel Teixeira de Oliveira Cardoso tinha a patente de tenente coronel e nasceu a 5 de março de 1765 no Porto, tendo vindo para o Brasil com 20 anos de idade. Sua mulher, Ana Maria do Sacramento, nasceu em setembro de 1768 em Curitiba e faleceu a 5 de maio de 1813 no

campos devolutos no termo da vila de Lages que tinha seu princípio nos fins dos matos do Potreiro Grande e Potreiro de Nossa Senhora, servindo-lhes de divisa, por um lado, o córrego que dividia os campos de Manuel Corrêa da Câmara e do outro o ribeirão que sai do Mato Grosso e dividia os Campos do Serrito que ambos desaguiavam no rio Caveiras, onde faziam fundo os ditos campos. O suplicante já se achava de posse desses campos, onde pretendia estabelecer sua fazenda de criar animais cavalares e vacuns. Foi ouvida a câmara da vila de Lages.

2ª Série Documental

Mapa Indexado dos Bens Rústicos da vila de Lages em 1818⁵⁴, elaborado por Baltazar Joaquim de Oliveira, Sargento Mor:

Nome dos proprietários, nome das fazendas, número de braças⁵⁵ (comprimento x largura), título com que as possui, se é cultivada, número de escravos:

abarracamento de linha, na Expedição de Guarapuava. Exercia a 1º de janeiro de 1807, funções, como curioso, de cirurgião e de médico, conforme atestação passada naquela data pela câmara da vila de Curitiba. Foi tesoureiro nas expedições a Guarapuava. Por provisão de 26 de agosto de 1797, passada pelo governador da Capitania de São Paulo, foi nomeado professor das primeiras letras na vila de Curitiba. Viúvo, casou-se segunda vez a 10 de outubro de 1813 em Guarapuava com Ana Joaquina da Paixão (op. citado, I, p. 557), da família *Carrascos dos Reis*, fundadores de Curitiba. Manuel Teixeira deixou geração dos dois casamentos. Ele faleceu a 5 de abril de 1818 e Ana Joaquina a 9 de junho de 1816, ambos em Curitiba.

⁵³ DAESP, nº de ordem 369, Lº 25 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 67 a 67-v.

Manuel Teixeira havia registrado (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 41 a 42.) uma petição endereçada ao capitão mor regente de Lages, informando que pretendia estabelecer no continente da vila uma fazenda de criar animais vacuns e cavalares, com os limites já descritos na sua carta de sesmaria. O suplicante já dispunha de animais para dar princípio a este estabelecimento. A Câmara informou, em sessão de 22 de maio de 1789, através dos vereadores que rubricaram como Ribeiro, Lima, Corrêa, Carvalho e Arantes, deu parecer favorável, com a condição de ficar livre um quarto de légua fazendo seu pião no pelourinho desta vila que é o que se determinara na fundação dela para o rocio. O Capitão Mor Regente Bento do Amaral Gurgel Annes deu despacho favorável ao suplicante, a 25 de maio de 1789, dando-lhe prazo de seis meses para requerer ao governador da capitania a sua carta de sesmaria.

⁵⁴ DAESP, nº de ordem CO 9869.

⁵⁵ Cada braça equivale a 2,2 metros lineares.

- Agostinho Gonçalves**⁵⁶, *Fanha*, 1.400 x 1.000, dada pela Câmara, sim, 0.
- Ana Joaquina Benevides**, *Santana*, 6.000 x 4.000, havida por compra, sim, 4.
- André Guerreiro de Aboim Pereira**- capitão (ausente), *Campo Alto*, 4.500 x 3.000, dado pela Câmara, sim, 0.
- Antônio da Assunção**⁵⁷, *Lavatudo*, 4.500 x 1.500, havida por compra, sim, 0.
- Antônio José Pereira da Silva**, *Caveiras*, 6.000 x 3.000, havida por compra, sim, 0.
- Antônio Lim** (alferes), *Pinheiro Seco*, 3.000 x 1.500, herdada, sim, 1.
- Antônio Manuel Velho** (morador na capitania de São Pedro do Sul), *Capivari*, 3.000 x 3.000, havida por compra, sim, 0.
- Baltazar Joaquim de Oliveira**- sargento mor, *Salto*, 6.000 x 6.000, havido por compra, sim, 0.
- Bento Ribeiro Cardoso**⁵⁸, *3 Morrinhos*, 9.000 x 3.000, herdada, sim, 6.
- Bento Ribeiro do Amaral**⁵⁹, *Buçoroca*⁶⁰, 600 x 2.250, havida por compra, sim, 2.

⁵⁶ De acordo com o recenseamento de Lages em 1803, Agostinho Gonçalves nasceu cerca de 1756 no Rio de São Francisco, agricultor, pardo e era sua mulher Ana Joaquina, nascida cerca de 1788 em Laguna, igualmente parda.

⁵⁷ Antônio de Assunção casou-se a 30 de novembro de 1802 na matriz de Lages (2º, 66-v) com Emerenciana Maria de Jesus. Ambos eram naturais da vila de Laguna, ele filho de João d'Assunção e de sua mulher Ana Gonçalves Ribeiro, naturais da vila de Laguna. Ela filha de Joaquim José Rodrigues, natural de Minas Gerais e de Maria da Costa, natural de Laguna. Não souberam dizer os nomes dos avós. De acordo com o recenseamento de Lages em 1803, Antônio constou como pardo e agricultor, e sua mulher como branca.

⁵⁸ Houve equívoco: tratava-se de Bento Ribeiro de Córdoba.

⁵⁹ Bento Ribeiro do Amaral nasceu cerca de 1761 na cidade de São Paulo. No ano de 1805 estava casado com Gabriela, nascida cerca de 1775, possuindo 5 escravos. Era dizimeiro na vila de Lages, juntamente com seu irmão Joaquim Ribeiro do Amaral, depois o 4º capitão mor de Lages.

⁶⁰ A fazenda denominada *Conceição do Buçoroca* foi adquirida pelos irmãos Joaquim Ribeiro do Amaral e Bento Ribeiro do Amaral, por escritura passada em fins de 1805 na vila de Lages (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 6, fls. 28-v a 29-v), sendo vendedor o Capitão João Annes do Amaral Gurgel, e ficava na paragem denominada *o pântano grande*. Ver sobre ela sob o nome de Joaquim José Monteiro. Joaquim Ribeiro, o último capitão mor de Lages e por muitos tabelião da vila, com sua mulher Páscoa Rodrigues de Oliveira foram pais de Joaquim José Ribeiro do Amaral, falecido a 5 de outubro de 1869, fazendo-se auto de inventário a 8 de março de 1861 (MJC) na cidade de Lages; Joaquim José, em seu

- Brígida Maria**, *Capão Alto*, 9.000 x 3.000, havida por compra, sim, 0.
- Domingos Gonçalves**, *Morro Partido*, 3.000 x 1.500, havida por compra, sim, 0.
- Domingos José de Brito**, *Pelotas*, 9.000 x 3.000, havida por compra, sim, 3.
- Francisco Antônio**, *Laginhas*, 4.500 x 1.500, havida por compra, sim, 0.
- Francisco de Paiva Muniz**, *Palmas*, 6.000 x 1.500, doada, não, 0.
- Francisco de Sousa Machado**, *Morro Alto*, 3.000 x 3.000, herdada, sim, 0.
- Francisco de Sousa**, *Lageado*, 3.000 x 1.500, herdada, sim, 0.
- Inácio Antunes**, *Aleixo*, 9.000 x 3.000, havida por compra, sim, 0.
- Inácio da Silva Ribeiro**, *Pelotas*, 4.500 x 1.500, havida por compra, sim, 2.
- Inácio de Almeida Leite**- capitão mor (ausente), *Bananeiras*, 9.000 x 3.000, dada pela Câmara, sim, 0.
- João Antônio Borges**, *Taipas*, 4.500 x 3.000, havida por compra, sim, 2.
- João Batista**⁶¹- tenente (ausente na capitania de São Pedro), *Tijucas*, 3.000 x 3.000, herdada, não, 0.
- Joaquim José Pereira** (herdeiros), *S. Luís*, 4.500 x 3.000, havida por compra, sim, 0.
- José de Barros**, *Lageado*, 7500 x 750, herdada, sim, 0.
- José Firmino Ribeiro**, *Baú*, 3.000 x 1.500, havida por compra, sim, 0.
- José Gomes Valente** (morador no Rio de Janeiro), *Araújo*, 1.200 x 6.000, havida por compra, sim, 2.
- José Joaquim Pereira**, *Cedro*, 6.000 x 2.250, havida por compra, sim, 2.
- José da Silva**- alferes (morador no Continente do Sul), *Baguais*, 9.000 x 3.000, dado pela Câmara, sim, 1.
- Laureano José Ramos**, *Guarda Mor*, 6.000 x 7.500, havida por compra, sim, 0.
- Liberata Maria**, *Morro Grande*, 3.200 x 750, havida por compra, sim, 0.

testamento, feito a 12 de abril de 1858 na cidade do Desterro, declarou ser natural da vila de Santo Antônio da Patrulha, RS.

⁶¹ De acordo com os censos de Lages, seria o Tenente João Batista da Silva Costa, o qual nasceu cerca de 1769 em Santos, oficial reformado da tropa paga da Capitania, inspetor de registro de Canoas, fazendeiro, branco, casado.

Manuel Cavalheiro Leite- capitão, *Bonsucesso*, 9.000 x 2.500, havido por compra, sim, 6.

Manuel Joaquim Álvares, *Caraú*, 1.500 x 7.500, havida por compra, sim, 0.

Manuel Joaquim Missanga, *Raposa*, 9.000 x 3.000, havida por compra, sim, 0.

Manuel Ribeiro da Silva, *Escurinho*, 9.000 x 3.000, dada pela Câmara, sim, 2.

Manuel dos Santos⁶², *Morrinho*, 3.000 x 3.000, herdada, sim, 0.

Mateus José da Silva, *Ilha*, 9.000 x 3.000, havida por compra, sim, 0.

Mateus José da Silva, *Santa Bárbara*⁶³, 1.500 x 1.500, havida por compra, sim, 0.

Mateus José de Sousa, *Índios Mortos*, 9.000 x 3.000, herdada, sim, 0.

Mateus José de Sousa, *Socorro*, 6.000 x 3.500, havida por compra, sim, 1.

Paulo José Pereira, *Chafariz*, 3.000 x 3.000, herdada, sim, 6.

Paulo José Pereira, *Morro Agudo*, 3.000 x 1.400, doada, sim, 2.

Paulo José Pereira, *São Bento*, 750 x 350, herdada, sim, 6.

⁶² Tenho a informação de um Manuel dos Santos, depoente a 8 de janeiro de 1781 na vila de Lages, na devassa janeirinha que mandou fazer o juiz ordinário Antônio Marques Arzão (ACMSP, Processos Crimes de Lages, sem catalogação). Era homem solteiro, natural da cidade de São Paulo, morador na vila de Lages, onde vivia do seu trabalho, tendo assinado com sinal.

⁶³ A fazenda de Santa Bárbara que consistia em campos na Costa da Serra, foi adquirida por Mateus José da Silva através de escritura pública passada a 16 de abril de 1805 na vila de Lages (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 6, fls. 25 a 26). Foram vendedores o casal Caetano José de Sousa e sua mulher D. Inácia Maria do Amaral, que lhes couberam por morte e partilhas de sua mãe Maria Josefa de Carvalho. Caetano José de Sousa casou-se a 8 de junho de 1801 na matriz de Lages (2º, fls. 63-v) com D. Inácia Maria do Amaral; ele era natural da freguesia da Sé da cidade do Rio de Janeiro, filho de Mateus José de Sousa, nascido e batizado na Sé da cidade de Angra, Ilha Terceira e de sua mulher Maria Josefa de Carvalho; neto paterno de José de Sousa Medeiros e de sua mulher Inês Maria da Conceição; neto materno de Caetano José de Carvalho e de sua mulher Úrsula Maria de Macedo. D. Inácia Maria nasceu e foi batizada a 20 de maio de 1787 na vila de Lages (1º, fls. 63), filha de José do Amaral Gurgel, nascido e batizado na Sé de São Paulo e de sua mulher D. Maria do Nascimento, nascida e batizada na vila de Taubaté; neta paterna do alferes José Gonçalves dos Reis Ribeiro e de sua mulher D. Isidora do Amaral Gurgel, ambos nascidos e batizados na Sé de São Paulo; neta materna de Manuel Marques Arzão, nascido e batizado na vila de Santana de Parnaíba e de sua mulher Joana Soares de Jesus, nascida e batizada na vila de Taubaté. De acordo com o recenseamento de Lages no ano de 1803, Caetano nasceu cerca de 1770 no Rio de Janeiro, era cabo de esquadra das Ordenanças, criador, branco, e sua mulher nasceu cerca de 1788, também branca.

Pedro da Silva Ribeiro- capitão, *Pelotinhas*, 9.000 x 3.000, dada pelo capitão mor regente, sim, 1.

Pedro da Silva Ribeiro, *Morro Grande*, 3.000 x 1.500, dadas pela Câmara, sim, 0.

Policarpo José de Oliveira, *Ermitão*, 9.000 x 3.000, dada pela Câmara, sim, 6.

Salvador Antunes, *Vista*, 4.500 x 2.250, havida por compra, sim, 1.

Salvador Nunes, *Pelotinhas*, 6.000 x 3.000, dada pela Câmara, sim, 0.

Salvador Ribeiro Rodrigues, *Potreiro*, 750 x 750, dada pela Câmara, sim, 0.

Sebastião Ferreira, *Mulada*, 3.000 x 750, herdada, sim, 0.

.....

Nome dos proprietários, nome das chácaras, número de braças (comprimento x largura), título com que as possui, se é cultivada, número de escravos:

Ana Joaquina Benevides, *Botiá*, 750 x 750, havida por compra, sim.

Ângelo de Chaves, *Bandeirinhas*, 3.000 x 1.000, dada pela Câmara, sim, 0.

Antônio Fernandes, *Areão*, 400 x 400, havida por compra, sim, 0.

Antônio Paes de Faria, *Índios*, 3.000 x 2.000, havida por compra, sim, 2.

Antônio de Pontes Corrêa, *Pedras Brancas*, 300 x 1.000, havida por compra, sim, 2.

Bento dos Santos, *Butiativa*, 300 x 1.000, dada pela Câmara, sim, 0.

Bento Ribeiro, *Amola facas*, 600 x 1.500, dada pela Câmara, sim, 0.

Francisca Antônia, *Costa do Lageado*, 1.500 x 1.500, dada pela Câmara, sim, 0.

Inácio Manuel do Nascimento⁶⁴, *Pinheiro Arrancado*, 800 x 1.500, herdada, sim, 0.

Isabel Rodrigues⁶⁵, *Tributos*, 1.500 x 600, dada pela Câmara, sim, 0.

⁶⁴ Inácio Manuel (do Nascimento) era casado com Josefa Maria (Teixeira), os quais fizeram escritura (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 6, fls. 29-v a 30-v) de venda de um rincão de terra denominado *a tapera* a Vitorino Antônio Cardoso, a 16 de dezembro de 1805, na vila de Lages, sendo tabelião Manuel Ferreira Pisco. De acordo com o recenseamento de Lages em 1803, ambos constaram como pardos; ele, nascido cerca de 1753 em Santa Catarina, agricultor e ela nascida cerca de 1763 em Lages.

⁶⁵ Isabel Rodrigues nasceu cerca de 1753 na freguesia de Santo Antônio da Lapa. De acordo com o censo de 1803 de Lages, seu marido (o tabelião) Antônio de Araújo França, estava ausente para Viamão; vivia de suas lavouras com a ajuda de 3 escravos.

João Francisco Machado, *Índios*, 1.500 x 50, havida por compra, sim, 0.

João Manuel Coelho, *Passo Fundo*, 1.500 x 650, dada pela Câmara, não, 0.

João Marques Barbosa, *Costa do Amola facas*, 1.500 x 1.500, havida por compra, sim, 0.

João Pereira, morador no Continente do Sul, *Varginha*, 1.000 x 1.000, havida por compra, não, 0.

João Pinto de Carvalho, *Costa do Salto*, 1.500 x 400, havida por compra, sim, 2.

Joaquim Antônio- alferes, *Costa das Pelotinhas*, 1.500 x 1.500, havida por compra, sim, 0.

José do Amaral⁶⁶, *Conselhos*, 1.500 x 1.000, havida por compra, sim, 0.

José Ferreira- tenente (morador em Curitiba), *Cajuru*, 3.000 x 200, havida por compra, sim, 0.

José Jacinto, *Costa das Caveiras*, 700 x 700, havida por compra, sim, 0.

José Joaquim Ferreira, *Bandeirinhas*, 3.000 x 1.500, dada pela Câmara, sim, 0.

José Manuel⁶⁷ (Cachoeira ou Capoeira), *Cachoeira*, 750 x 50, havida por compra, sim, 0.

Manuel Cavalheiro Leite - sargento mor, *Glória*, 3.000 x 3.000, havida por compra, sim.

Manuel da Costa, *Boa Vista*, 1.500 x 750, havida por compra, sim, 0.

Manuel de Góes⁶⁸, *Boqueirão*, 600 x 400, herdada, sim, 0.

⁶⁶ José do Amaral Gurgel (Annes) nasceu cerca de 1740 na cidade de São Paulo, irmão inteiro do Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes. Casou-se em 1772 em Santana de Parnaíba com D. Maria do Nascimento Jesus, sobrinha da primeira mulher do Capitão Mor Bento. José do Amaral Gurgel faleceu a 30 de dezembro de 1818 em Lages (matriz, 2º, fls. 42-v). Por morte de D. Maria do Nascimento, fez-se auto de inventário (MJC) a 29 de julho de 1833 na vila de Lages. Foi declarante o filho Antônio do Amaral Gurgel que declarou que sua mãe faleceu a 27 de fevereiro de 1833, no termo desta vila, sem testamento. No recenseamento de 1798 em Lages, foi qualificado como homem sumamente pobre, tendo plantado e colhido para o gasto de sua casa 60 alqueires de milho, 15 de feijão, 12 de trigo e 2 pedras de linho; seu genro André Guerreiro era seu agregado.

⁶⁷ De acordo com o recenseamento de Lages em 1803, poderia ser o José Manuel, nascido cerca de 1762 em Sorocaba, agricultor, branco, casado com Maria José, nascida cerca de 1775, branca.

⁶⁸ Tenho informação de um Manuel de Góes, falecido a 3 de agosto de 1820 em Lages (matriz, 2º, fls. 47), casado com Isabel. O defunto era natural de São Roque, SP.

Manuel de Moura Cardoso, *Conselhos*, 500 x 500, havida por compra, sim, 2.

Miguel Álvares dos Santos⁶⁹, *Varjes*, 200 x 100, havida por compra, sim, 0.

Miguel de Lara, *Costa da Fortaleza*, 3.000 x 1.500, havida por compra, sim, 0.

Miguel de Linhares, *Campinas*, 1.500 x 500, havida por compra, sim, 0.

Salvador Antônio, *Jardim*, 400 x 100, dada pela Câmara, sim, 0.

Salvador Corrêa, *Portão*, 750 x 1.500, havida por compra, sim, 0.

Teresa Maria, *Restinga Seca*, 1.500 x 750, dada pela Câmara, sim, 0.

Úrsula Maria Álvares, *Lageado*, 1.500 x 1.500, havida por compra, sim, 0.

Úrsula Maria, *Felicidade*, 750 x 60, havida por compra, sim, 0.

3ª Série Documental

Relação Indexada dos Bens Rústicos da vila de Lages em 1820⁷⁰, elaborada por Baltazar Joaquim de Oliveira, tenente comandante:

Ana Maria era senhora de uma chácara denominada o *Lageado* que foi comprada e teria de distância um quarto em quadra. Confrontava com Francisco de Sousa e com o marco da vila. *Lançamento nº 27*.

André Guerreiro de Aboim Pereira⁷¹, capitão, denominados *Costa de Pelotas grandes*, que os houve por devolutas e se achavam povoadas com animais cavalares

⁶⁹ Tenho informação de um Miguel Alves dos Santos que se casou a 24 de junho de 1797 na matriz de Lages (1º, fls. 50-v) com Felícia Maria. Ele era natural da vila de Curitiba, filho de Manuel de Siqueira e de Apolônia Alves dos Santos e faleceu a 23 de outubro de 1820 na vila de Lages (matriz, 2º, fls. 48). Ela era filha de João, já defunto e de Francisca, ambos pardos. O casal foi recenseado em Lages no ano de 1803, ele, nascido cerca de 1768 em Curitiba, plantador, pardo, ela, nascida cerca de 1784, igualmente parda.

⁷⁰ DAESP, nº de ordem CO 9869.

⁷¹ O Capitão André Guerreiro de Aboim Pereira era nascido e batizado na Ilha de Santa Catarina, filho do Alferes Antônio Guerreiro de Aboim, natural do Alentejo e de sua mulher Rita Leonarda, natural da Ilha Terceira. André casou-se a 28 de janeiro de 1793 na matriz de Lages (1º, fls. 42-v) com D. Florinda do Amaral Gurgel, filha de José do Amaral Gurgel e de sua mulher D. Maria do Nascimento de Jesus. De acordo com um registro feito a 7 de junho de 1791, datado de Porto Alegre, havia recebido um terreno para casas na rua Formosa, e naquela data pertencente a Antônio Francisco da Luz (AAHRGS, v. 11, p.

de criar, e teriam de testada uma légua e de fundo três. Confrontavam por uma parte com a fazenda do Capão Alto e por outra com os campos denominados *Cagacy*, hoje despovoados. *Lançamento n° 20*.

Ângelo de Chaves tinha um sítio sem título, no bairro denominado *Molafaca* que teria 1.000 braças de frente e uma légua de fundo, havido por compra. Tem cultivado com plantas. Confronta com o sítio de Bento Ribeiro. *Lançamento n° 32*.

Antônio do Amaral Gurgel⁷² era senhor de um sítio sem título, havido por compra e teria de campos 200 braças de largo e 600 de comprimento. Achava-se povoado com animais vacuns e cavalos. Confrontava por uma parte com o marco da vila e por outra com Francisco de Sousa Machado. *Lançamento n° 24*.

277). Foi reformado no posto de alferes do Batalhão de Infantaria do Continente do Rio Grande, por uma patente régia, registrada a 12 de março de 1792 em Porto Alegre (AAHRGS, v. 11, p. 286). De acordo com o recenseamento de Lages em 1803, André Guerreiro nasceu cerca de 1760 em Santa Catarina; era capataz da Fazenda do Capitão Manuel de Araújo Gomes, branco, a qual fazenda tinha o serviço de 7 escravos; sua mulher Florinda era igualmente branca. Recebeu carta patente, a 20 de março de 1806, pelo Governador da Capitania de São Paulo Antônio José de Franca e Horta, do posto de capitão de Cavalaria Miliciana agregada ao Regimento de Curitiba, no distrito de Lages, vago pelo falecimento de Joaquim de Oliveira Annes que o exercia (DAESP, n° de ordem 372, L° n° 32 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 176-v). André Guerreiro foi admoestado por ordem do Governador Antônio José da Franca e Horta, em ofício (Foi nomeado, a 21 de fevereiro de 1809, pelo governador comandante da expedição contra o gentio de Guarapuava, (Documentos Interessantes, LVIII, p. 112 a 113) que este encaminhou, a 20 de março de 1809, para o Capitão Mor de Lages Bento do Amaral Gurgel Annes; André Guerreiro, por ser miliciano, não queria se sujeitar ao chefe da ordenança (Bento do Amaral era seu tio, por afinidade!). André Guerreiro recebeu a incumbência de comandar sua companhia para marchar em socorro do Capitão Mor Jerônimo Francisco Coelho, da vila de Laguna, no projetado ataque aos índios, na campanha de Guarapuava (Documentos Interessantes, LIX, p. 16 a 17).

⁷² Antônio do Amaral Gurgel (Annes) nasceu em Lages, onde foi batizado a 13 de junho de 1774 na sua igreja matriz (1°, fls. 16), filho de José do Amaral Gurgel e de sua mulher D. Maria do Nascimento Jesus. Conforme se verifica em uma procuração feita a 19 de novembro de 1821 na vila de Lages, já província da Ilha de Santa Catarina, ele era casado com D. Maria Leite de Azevedo, filha legítima dos defuntos Ajudante José Leite de Azevedo e de Antônia Ribeiro. Antônio do Amaral fez testamento a 29 de outubro de 1857 na vila de Lages (MJC), instituindo seu irmão Manuel do Amaral Gurgel como herdeiro universal, porque não houvera filhos do seu casamento. Por sua morte se fez auto de inventário a 11 de abril de 1861 na cidade de Lages. Antônio faleceu a 25 de dezembro de 1860 em Lages (matriz, 4°, fls. 13-v).

Antônio da Costa Varela⁷³ era senhor de uma fazenda denominada *Boa Vista* que comprou a Paulo José Pereira. Confrontava com o Alferes Antônio Lim e com as fazendas denominadas dos *Araújos* e *Fazenda Grande*, com meia légua de frente e duas de fundo. Cultivava esta fazenda com animais vacum e cavalari. Nela existia o mesmo dono com gente alugada. *Lançamento nº 6*.

Antônio Francisco do Rego⁷⁴, já defunto, seus herdeiros possuíam uma fazenda intitulada *Campos da Mulada*⁷⁵ e neles se achava um dos herdeiros, Sebastião, enquanto se não repartiam, cujos campos foram comprados pelo dito defunto. Teriam uma légua de frente e outra de fundo. Confrontavam por uma parte com Úrsula Álvares e por outra parte com o Tenente Baltazar Joaquim de Oliveira. *Lançamento nº 21*.

Antônio José Cadete tinha uma fazenda denominada *Caveiras*, havida por compra, e a tinha povoado com muitos animais vacum e cavalari. Teria de frente esta fazenda uma légua e de fundo duas. Confrontava por uma parte como sítio de Inácio Manuel do Nascimento e por outra com a *Fazenda Grande*. *Lançamento nº 58*.

Antônio Lim de Córdova⁷⁶, alferes, tinha uma fazenda de criar denominado *Limo-eiro*, cujos campos houve por herança materna e os tinha cultivado com animais vacum e cavalari, e plantações. Destes campos ainda se não sabia a distância por estarem em partilhas com os mais herdeiros. *Lançamento nº 5*.

⁷³ Antônio da Costa Varela era nascido e batizado em Cima da Serra, filho do Tenente Coronel João da Costa Varela e de sua mulher D. Maria Joaquina, Antônio casou-se a 26 de dezembro de 1814 na matriz de Lages (2º, fls. 38) com Manuela Joaquina de Macedo, nascida e batizada em Santo Antônio da Patrulha, filha de Manuel Joaquim de Macedo, já falecido em 1814, e de sua mulher Marcelina Maria de Cândia.

⁷⁴ Localizei um Antônio Francisco do Rego, falecido de aneurisma a 20 de dezembro de 1808 em Lages (matriz, 2º, fls. 23-v), já viúvo de Paula Rodrigues Borges, ou Paula Francisca, falecida a 28 de janeiro de 1808 em Lages (matriz, 2º, fls. 22-v), com cerca de 40 anos de idade.

⁷⁵ A fazenda da *Mulada* que consistia em campos, casas, currais e mais benfeitorias, foi adquirida por Antônio Francisco do Rego, por escritura, na vila de Lages a 14 de janeiro de 1805 (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 6, fls. 19-v a 20-v), sendo vendedores o Ajudante Joaquim da Silva Pontes e sua mulher Matilde Genoveva da Câmara (estes foram recenseados em Lages no ano de 1803, ele nascido cerca de 1772 em São Paulo, dizimeiro e fazendeiro, branco e sua mulher nascida cerca de 1780, também branca).

⁷⁶ O Alferes Antônio Lim de Córdova era filho do Sargento Mor João Damasceno de Córdova e de sua mulher D. Maria de Boaventura. Era mulher do alferes, D. Balduína Maria de Sousa ou Balduína Maria do Nascimento, filha de Mateus José de Sousa e de sua mulher D. Clara Maria de Ataíde. Balduína Maria do Nascimento fez testamento a 14 de setembro de 1850 na vila de Lages, onde declarou que do seu casamento com o Alferes Antônio, residente na Vila Nova do Príncipe, província de São Paulo, tiveram dois filhos que faleceram de menor idade.

Antônio Manuel Velho⁷⁷ era senhor de uma fazenda denominada *Capivaras da Ramada*, havida por compra e a tinha povoado com animais de criar vacum e cavalhar. Tinha uma légua de frente e três de fundo. Confrontava por uma parte com a fazenda do Capitão Pedro da Silva Ribeiro e por outra com a fazenda de *Tijucas*. *Lançamento n° 71*.

Antônio de Pontes Corrêa⁷⁸ tinha um sítio denominado *Pedras Brancas*, havido por compra e tinha cultivado com plantações e tinha de frente um quarto de légua e fazia fundos para uns sertões, terras lavradas. Confrontava por uma parte com o sítio dos *Conselhos* e com outra com a fazenda dos *Araújos*. Tinha 2 escravos empregados no cultivo de plantações. *Lançamento n° 54*.

Antônio Rodrigues da Piedade tinha um sítio denominado *Pinheiro Arrancado*, havido por compra, e o tinha povoado com animais e plantações e poderia ter um quarto de légua de frente e meia de fundo. Confrontava-se por uma parte com os campos de Salvador Corrêa e por outra com Inácio Manuel do Nascimento. *Lançamento n° 56*.

Baltazar Joaquim de Oliveira⁷⁹, tenente, era senhor de uma fazenda denominada o *Salto*, cuja fazenda foi comprada e se achava povoada com animais cavалares e va-

⁷⁷ A 13 de abril de 1813, de Porto Alegre, recebeu provisão para servir o emprego de recebedor dos selos da Comarca Eclesiástica da freguesia da Vacaria (AAHRGS, v. 11, p. 452).

⁷⁸ Antônio de Pontes Corrêa foi casado com Brígida Maria Pereira, escrava que fora de Mateus José da Silva. Sua alforria foi passada a 27 de abril de 1802 na vila de Lages (1° Ofício de Lages, L° de notas n° 5, fls. 29 a 30) pela quantia de 6\$800, pela sua alforria e de seus filhos. Há uma outra carta de alforria dela, passada a 12 de junho de 1802 na vila de Lages (1° Ofício de Lages, L° de notas n° 5, fls. 31-v a 32-v), outorgada pelo Capitão Joaquim José Pereira: além de Brígida Maria Pereira, receberam carta de alforria um filho por nome Joaquim e duas filhas, uma por nome Madalena e outra por nome Guiomar. De acordo com o recenseamento de 1803 de Lages, Antônio de Pontes Corrêa nasceu cerca de 1754 na Ilha de São Miguel, branco, agricultor e estava se divorciando naquele ano de Brígida Maria, de quem houve Madalena, parda, nascida cerca de 1787, Joaquim e Ana; eram senhores de 5 escravos.

⁷⁹ Baltazar Joaquim de Oliveira (Fão) nasceu na vila de Santana de Parnaíba, filho do Sargento Mor Antônio Rodrigues de Oliveira e de sua mulher D. Isabel Antônia de Oliveira. Casou-se a 31 de dezembro de 1788 na matriz de Lages (1°, fls. 37) com D. Maria Joaquina do Amaral Gurgel, natural da vila de Lages, filha do Capitão Mor Regente Bento do Amaral Gurgel Annes e de sua mulher D. Catarina Soares de Jesus Fragoso. Baltazar faleceu a 16 de agosto de 1850 em Lages (matriz, 3°, fls. 17-v), já viúvo de D. Maria Joaquina, que faleceu a 26 de janeiro de 1847 em Lages (matriz, 3°, fls. 3-v). Por morte de Baltazar, fez-se auto de inventário a 10 de maio de 1852 na vila de Lages (MJC), sem testamento. Foram declarados herdeiros seus filhos, a saber: José Jacinto de Oliveira, 59 anos, Antônio Cândido de Oliveira, 44 anos, Joaquim Rodrigues de Oliveira (assinou Joaquim Baltazar de Oliveira), 42 anos, Francisco das Chagas de Oliveira, 28 anos (morador na vila de

cuns e teria de frente meia légua e de fundo duas. Confrontava-se por uma parte com o campo do defunto Antônio Francisco do Rego e por outra parte com Francisco de Sousa Machado e o mesmo dono existia neles custeando-os com seus filhos. *Lançamento n° 22*.

Benedito Álvares era senhor de uma sorte de campos comprados denominados *Pelotinhas* e tinha cultivado com plantações e poucos animais cavalares e teria 300 braças de frente e uma légua de fundo, e o proprietário existia neles. *Lançamento n° 10*.

Cruz Alta, comarca de Missões, RS), Generoso José de Oliveira, 26 anos, no distrito de Alegrete, RS, Ana Josefa do Amaral, mulher de Antônio Corrêa França e Maria Gertrudes, já defunta, por ela sua filha Florisbela, de 6 anos.

Baltazar Joaquim de Oliveira antes assinava Baltazar Rodrigues de Oliveira; com este último nome recebeu nombramento do posto de alferes da Ordenança da Companhia da vila de Lages, de que era capitão Antônio José Pereira, a 31 de maio de 1773, da cidade de São Paulo, sendo governador da capitania de S. Paulo o Morgado de Mateus (DAESP, n° de ordem 367, L° 19 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 53). Por sua ausência, para este posto recebeu nombramento, a 9 de janeiro de 1786, José Corrêa de Moraes Navarros, pelo governador da capitania de São Paulo, Francisco da Cunha e Menezes (DAESP, n° de ordem 368, L° n° 22 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 118-v). Ainda como Baltazar Rodrigues de Oliveira, recebeu carta patente, a 7 de outubro de 1794, do governador Bernardo José de Lorena, do posto de tenente da Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Lages, por promoção de Pedro da Silva Ribeiro que o exercia (DAESP, n° de ordem 369, L° n° 26 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 22 a 23). De acordo com o recenseamento de Lages em 1803, nasceu cerca de 1758 em Santana de Parnaíba, tenente miliciano de cavalaria, juiz ordinário, fazendeiro; ele e sua mulher como brancos; eram senhores de 2 escravos. Quando seu sogro, o Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes, foi deposto, por não apresentar confirmação régia da sua patente, foi eleito pela Câmara de Lages capitão mor e seu nome foi aceito pelo Governador da Capitania de São Paulo Antônio José de Franca e Horta, conforme ofício enviado pelo último, a 29 de janeiro de 1805 (Documentos Interessantes, volume LVI, p. 144 a 145). Meses depois, encaminha-lhe novo ofício (Documentos Interessantes, LVI, p. 224 a 225), a 4 de junho de 1805, informando que, por decisão do Conselho Ultramarino, as patentes anteriores ao ano de 1795, sem cláusula expressa de serem os providos obrigados a confirmar no prazo de dois anos, deviam ficar subsistindo, o que fazia sustar a baixa dada ao Capitão Mor Bento do Amaral.

Pelos recenseamentos de Lages, verifica-se que não era homem abastado. Assim, no ano de 1789, era senhor de 2 escravos. A partir deste ano não figura nas listas de ordenanças de Lages, reaparecendo em 1796 com 1 escravo. Em 1796, com apenas 1 escravo, era senhor de uma fazenda, onde marcava gado vacuum (25), cavalos (100) e muar (15), dos quais vendia parte na vila de Lages; plantava mantimentos para o seu gasto, colhendo 100 alqueires de milho e 15 de feijão.

Bento Ribeiro⁸⁰ tinha uma chácara denominada *Molafaca* e nela existia, cujos campos tinha 600 braças de frente e 1.000 braças de fundo, e os obteve por Tinha cultivado com plantações e confrontava com o sítio de Úrsula Maria. *Lançamento n° 33*.

Bento Ribeiro de Córdova⁸¹ era senhor de uma fazenda denominada *Morrinhos*⁸², que a obteve em data de sua mulher e teria 3 léguas de fundo e três quartos de frente. Confrontava-se por uma parte com a fazenda dos *Araújos* e por outra com o Alferes Antônio Lim e por outra com a *Boa Vista*, e os tinha povoado com animais vacum e cavalar, administrada pelo mesmo possuidor, com os seus filhos e escravos. *Lançamento n° 8*.

⁸⁰ Este parece ser o pai da célebre Anita Garibaldi, mulher de Giuseppe Garibaldi, herói na formação moderna do Reino da Itália. Bento Ribeiro da Silva nasceu e foi batizado na freguesia de São José de Curitiba, filho de Manuel Colaço (já defunto em 1815) e de sua mulher Ângela Maria. Casou-se a 13 de junho de 1815 na matriz de Lages (2º, fls. 41) com Maria Antônia de Jesus, nascida e batizada em Laguna, filha de Salvador Antunes e de Quitéria Maria de Sousa.

⁸¹ Bento Ribeiro de Córdova (Revista da ASBRAP n° 2, p. 187) nasceu em Santos, irmão inteiro do Licenciado e Sargento Mor João Damasceno de Córdova, 3º marido de sua sogra D. Maria de São Boaventura do Amaral e Silva. Bento casou-se a 27 de maio de 1798 em Lages (matriz, 1º, fls. 52) com D. Maria Jacinta do Amaral. Aparecem recenseados em Lages (DAESP, maços de população de Lages, n° de ordem 226), com 11 escravos, plantando mantimentos para seu gasto e venda, com algumas cabeças de gado, a saber: vacum (14), cavalar (20), muar (3) e ovelhas. Foi proprietário da fazenda *Morrinhos*, em Lages, depois pertencente a Vidal José de Oliveira Ramos. Consta um Bento Ribeiro de Córdova inventariado no ano de 1840, porém seu inventário não se encontra no MJC. D. Maria Jacinta nasceu em Lages, onde foi batizada, póstuma, a 28 de dezembro de 1782 (matriz, 1º, fls. 46-v). Há uma Maria Jacinta, inventariada em 1829 em Lages, contudo seu inventário não se acha no MJC.

⁸² A fazenda dos *Três Morrinhos* foi adquirida por João Damasceno de Córdova (padrasto da mulher de Bento e ele próprio irmão de Bento), em escritura passada a 24 de abril de 1784 na vila de Lages (1º Ofício de Lages, Lº de notas n° 2, fls. 127-v a 128), sendo tabelião Antônio de Araújo França. Quem vendeu, pelo preço de 425\$000 foi Antônio Francisco de Andrade, pelos poderes que lhe havia passado sua mãe D. Rita Antônia da Silva Serra (SL, VI, 187), fazenda essa que fora penhorada e arrematada para pagamento do que o falecido Ajudante Antônio Pereira de Abreu e Silva era devedor ao dito Antônio Francisco de Andrade.

A fazenda dos *Morrinhos* permaneceu por longo tempo em mãos da família. No inventário de D. Ana Maria do Amaral (MJC), com auto datado de 4 de outubro de 1875, sendo declarante o viúvo, Tenente Coronel Henrique Ribeiro de Córdova, foram avaliados campos e matos da fazenda dos *Morrinhos*, situados no quarteirão de Pelotinhas, distante da cidade de Lages cerca de 7 léguas, em 4:000\$000.

Brígida Maria tinha uma fazenda denominada *Capão Alto* cujo campos foram comprados, e se achavam povoados com animais de criar, e teriam uma légua de frente e três de fundo e confrontava-se por uma parte com os campos do Capitão André Guerreiro de Aboim. *Lançamento n° 19*.

Domingos José de Brito⁸³, capitão, era senhor de uma fazenda denominada *Pelotas*⁸⁴, havida por compra, e a tinha povoado com grande número de gado vacum e cavalari e esta fazenda tinha de frente 1.500 braças e três léguas de fundo. Confrontava por uma parte com Mateus José de Sousa e por outra com a fazenda do Alferes Inácio da Silva Ribeiro. *Lançamento n° 69*.

Francisco de Alvarenga Monteiro era senhor de uma chácara denominada *Bahia*, havida por compra, e nela existia cultivando com plantações. Teria de frente 300 braças e de fundo légua e meia. Confrontava por uma parte com Bento dos Santos e por outra com o sítio do Capitão Manuel Cavalheiro. *Lançamento n° 47*.

Francisco Álvares tinha uma sorte de campos que os houve por devolutos, que teria de frente 400 braças por meia légua de fundo, que os cultivava com sua pessoa e uns poucos animais e plantações. Confrontavam-se com a fazenda do Capitão Mor e por outra com Inácio Antunes. *Lançamento n° 4*.

Francisco Antônio⁸⁵ era senhor de uns campos que comprou aos herdeiros do falecido Manuel Joaquim do Rego⁸⁶ e os tinha cultivado com animais de criar vacum e cavalari, e plantações e teria este campo meia légua de frente e légua e meia de fundo.

⁸³ Domingos José de Brito fez doação a sua mãe, Maria Bernarda do Espírito Santo (1° Ofício de Notas de Lages, L° 6, fls. 2-v a 3). Foi recenseado no ano de 1803 em Lages, sendo qualificado como natural de Viamão, RS, branco, porta-bandeira da Companhia de Milicianos de Lages, fazendeiro, solteiro, com 1 escravo. Domingos recebeu carta patente de capitão da 3ª Companhia das Ordenanças da vila de Lages, recentemente criada, passada a 15 de janeiro de 1819 da cidade de São Paulo pelos governadores interinos o Bispo D. Mateus, D. Nuno Eugênio de Locio e Scilbis e Miguel José de Oliveira Pinto; era morador no distrito e foi indicado pela respectiva câmara (DAESP, n° de ordem 376, L° n° 40 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 226).

⁸⁴ Esta propriedade denominada *Pelotas* houvera sido trocada pelos campos do *Bonsucesso*, conforme escritura pública datada da vila de Lages a 2 de março de 1801. Pelotas pertenciam ao Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes e a sua mulher D. Genoveva Raquel da Fontoura. Estes receberam os campos do *Bonsucesso* e mais a quantia de 105\$000. O lançamento da escritura se fez a 30 de abril de 1782 (1° Ofício de Lages, L° de notas n° 5, fls. 30-v a 31-v).

⁸⁵ Francisco Antônio nasceu cerca de 1767 na cidade de São Paulo. Foi recenseado no ano de 1803 em Lages, sendo qualificado como branco, agricultor e solteiro.

⁸⁶ Manuel Joaquim do Rego faleceu a 2 de setembro de 1811 em Lages (matriz, 2°, fls. 28-v).

Confronta por uma parte com Policarpo José e por outra com a fazenda de Manuel Teixeira e por outra com o Alferes Joaquim Antônio de Moraes. *Lançamento n° 16*.

Francisco Lemes (ou *Lima*) tinha uma pequena chácara no lugar chamado *Restinga Seca* que tinha de frente 300 braças e 500 de fundo. Confrontava por uma parte com o sítio de João Barbosa e por outra com Bento Ribeiro. *Lançamento n° 46*.

Francisco Luís era senhor de um sítio denominado *Morro dos Tributos* e nele morava o seu procurador, cujo sítio foi comprado e tinha 300 braças em quadra e o cultivava com plantações. Confrontava com o sítio de Miguel de Lara. *Lançamento n° 37*.

Francisco de Sousa⁸⁷ era senhor de uma chácara denominada *Taipas* que a houve por herança e teria um quarto de légua de frente e meia légua de fundo. Confrontava por uma parte com João Antônio Borges e por outra com Ana Maria. Achava-se cultivada com plantações. *Lançamento n° 26*.

Francisco de Sousa Machado⁸⁸ era senhor de uns campos denominados do *Saldanha*⁸⁹, concedidos por devolutos e os tinha povoado com animais vacuns e cavalares.

⁸⁷ Francisco de Sousa nasceu cerca de 1773 em Lages, filho de pai incógnito e de Maria de Sousa. Casou-se a 23 de dezembro de 1795 na matriz de Lages (1º, fls. 45-v) com Joaquina Felizarda de Barros, filha de Manuel de Barros (de Jesus) e de sua mulher Inácia Maria do Espírito Santo. Manuel de Barros foi sesmeiro (ver seu nome). De acordo com o recenseamento de Lages no ano de 1798, com o trabalho de 1 escravo, tinha seus animais de criar que marcava anualmente 30 do cavalari e 30 do vacum, plantava mantimentos e colheu 100 alqueires de milho, 34 de feijão e 4 de trigo. No censo de 1803 ele e sua mulher Joaquina Felizarda, nascida cerca de 1776, foram qualificados como pardos.

⁸⁸ Francisco de Sousa Machado, filho de outro de mesmo nome e de Maria do Nascimento, casou-se a 16 de agosto de 1807 na matriz de Lages (2º, fls. 22-v) com Florinda Rodrigues de Ataíde, filha de Vicente Rodrigues de Ataíde e de sua mulher (casados a 9 de setembro de 1789 na matriz de Lages, 1º, fls. 38) Maria da Conceição, ambos pardos libertos; neta paterna do Sargento Mor Manuel Rodrigues de Ataíde e de Escolástica, solteira (escrava que foi de Maria Marques de Carvalho, da vila de Parnaíba); neta materna do Capitão Mor Regente Bento do Amaral Gurgel Annes e de Marcelina, escrava que foi do próprio Bento. Em um documento, de 13 de novembro de 1808 e transcrito no 1º Ofício de Lages, Lº de notas n° 6, fls. 65, o Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes concedeu liberdade à sua filha Maria da Conceição, com a condição dela lhe servir até sua morte. Francisco de Sousa Machado recebeu carta de título de terras na costa da serra geral, tendo ao norte o arroio da Erva, datada de 14 de novembro de 1815 de Porto Alegre (AAHRGS, v. 11, p. 516).

⁸⁹ Os campos do Saldanha foram obtidos por Vicente Rodrigues de Ataíde (sogro de Francisco de Sousa Machado), através de um requerimento lançado nos Livros de Notas de Lages (1º Ofício de Lages, Lº de notas n° 6, fls. 45-v a 46) em que ele se achava, havia cerca de 4 anos, com seus animais de criar gado vacum e cavalares em uns campos que distavam da vila de Lages cerca de meia légua (cerca de 3.300 metros). A Câmara, através das assinaturas dos vereadores Borges, Sousa, Gurgel, Oliveira e Corrêa, deu parecer posi-

Teriam de testada um quarto de légua e duas de fundo. Confrontavam por uma parte com os campos do Tenente Baltazar Joaquim de Oliveira e por outra parte com o sítio de João Barbosa. *Lançamento n° 23*.

Francisco Xavier tinha uma chácara denominada *as Bandeirinhas*, havida por compra, e teria de campos e terras lavradas um quarto de légua de frente e meia de fundo. Tinha cultivado com plantações. Confrontava por uma parte com João Rodrigues e por outra com campos devolutos. *Lançamento n° 43*.

Inácio de Almeida Leite⁹⁰, capitão mor, tinha uns campos denominados *Bananeiras*, cujos campos obteve por devolutos e tinha uma légua de frente e duas de fundo, e os tinha povoado com animais de criar, vacum e cavalar. Custeia com gente alugada. Confrontavam estes campos por uma parte com a fazenda de Laureano José Ramos e por outra parte com o Alferes Antônio Lim de Córdova. *Lançamento n° 1*.

Inácio Antunes de Lima⁹¹ era possuidor de uma fazenda denominada *Aleixo*⁹² que comprou ao Alferes Antônio Rodrigues Fam⁹³, e confrontava por uma parte com o

tivo, sendo concedidos finalmente pelo Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes a 4 de fevereiro de 1805.

⁹⁰ Inácio de Almeida Leite e outros (D. Maria de Almeida Leite, da vila de Sorocaba, Inácio Rodrigues de Sampaio e Baltazar de Almeida Leite, moradores da vila de Itapeva de Faxina) receberam sesmaria de légua e meia de terras lavradas de testada e os fundos os que corriam pelo rumo competente; os nomeados estavam povoando os campos da fazenda São Pedro, entre o rio Verde e o rio Itararé, no distrito da vila de Faxina, sendo D. Maria a possuidora dos ditos campos e fazenda por título de sesmaria havia muitos anos (DAESP, n° de ordem 368, L° 22 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 82-v a 83). Inácio de Almeida recebeu carta patente, a 10 de maio de 1799, pelo Governador da Capitania de São Paulo Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, do posto (recém criado) de capitão agregado (assumiria o posto na falta ou no impedimento do capitão efetivo) à 1ª Companhia Miliciania do Regimento de Cavalaria de Curitiba de que era coronel José Vaz de Carvalho (DAESP, n° de ordem 371, L° n° 30 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 79-v a 80-v). Foi nomeado, a 21 de fevereiro de 1809, pelo Governador Antônio José da Franca e Horta, comandante da expedição contra o gentio de Guarapuava (Documentos Interessantes, LVIII, p. 99).

⁹¹ Inácio Antunes de Lima nasceu na vila de Itapeva (de Faxina, SP), onde foi batizado a 19 de julho de 1772 (matriz, 1°, fls. ..), filho de Lourenço Antunes Lima e de Felipa Néri Corrêa, mulatos livres. Inácio Antunes faleceu a 25 de outubro de 1827 em Lages. De acordo com OLIVEIRA (ASS-HG, p. 60: Lourenço Antunes faleceu em Itapeva a 20 de agosto de 1799 (matriz, 1°, fls. 86) e Inácio Antunes casou-se a 5 de setembro de 1797 na matriz de Sorocaba (L° 6°, fls. 131-v) com Francisca de Almeida Taques (ou Paes), filha de pais incógnitos.

⁹² Os campos denominados do *Aleixo* foram vendidos por escritura pública a 16 de outubro de 1807 na vila de Lages (1° Ofício de Lages, L° de notas n° 6, fls. 49 a 49-v), sendo vendedores o Alferes Manuel José Novaes e sua mulher D. Águeda de Araújo, e comprador o

Alferes Antônio Lim e por outra com a fazenda de Manuel Ribeiro da Silva e teria de frente três quartos e duas de fundo, e tinha cultivado com animais cavалares e vacum. O seu proprietário existia nela com seus filhos. *Lançamento n° 9*.

Inácio Manuel do Nascimento tinha um rincão de campos que obteve por doação feita para sua mulher, e o tinha povoado com poucos animais e plantações e teria de frente meia légua e de fundo uma. Confrontava por uma parte com o sítio de Antônio Rodrigues e da outra parte com Antônio José Cadete. *Lançamento n° 57*.

Inácio da Silva Ribeiro⁹⁴, alferes, era senhor de um sítio denominado *Mineiro*, havido por compra e se achava povoado com animais vacum e cavalari e plantações. Tinha de testada um quarto de légua e uma légua e meia de fundo. Confrontava com o sítio de João Marques Barbosa e por outra com o sítio de Miguel de Lara. *Lançamento n° 30*.

Inácio da Silva Ribeiro também era senhor de outra fazenda de criar animais, denominada *Pelotas*, na Costa da Serra que se achava povoada com animais vacum e

Alferes Antônio Rodrigues de Oliveira Fam. Esses campos haviam sido arrematados em praça do defunto João da Costa Arantes e por outro nome, Belchior de Arantes.

⁹³ Seu nome completo era Antônio Rodrigues de Oliveira Fam (lê-se Fão). Natural de Santana de Parnaíba, era filho do Sargento Mor Antônio Rodrigues de Oliveira e de sua mulher D. Isabel Antônia de Oliveira. Casou-se a 31 de dezembro de 1788 em Lages (matriz, 1º, fls. 37-v) com D. Maria Inácia do Amaral Gurgel, nascida e batizada na vila de Lages, filha do Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes e de sua primeira mulher D. Catarina Soares de Jesus Fragoso (este casal teve duas filhas de nome Maria, batizadas na matriz de Lages, a primeira a 9 de fevereiro de 1774 e a segunda a 6 de agosto de 1775). Antônio Rodrigues recebeu carta patente, a 7 de outubro de 1794, do posto de alferes da companhia de cavalaria auxiliar da vila de Lages, vago por ausência de José Marques Arzão que o exercia (DAESP, nº de ordem 369, Lº nº 26 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 23 a 23-v). O Alferes Antônio e sua mulher foram alvos de insultos que se lhe fizeram quando pernoitavam próximo à Vila do Príncipe em viagem para a Capitania do Rio Grande de São Pedro, conforme se verifica em uma ordem de prisão que mandou dar o Governador da Capitania de São Paulo João Carlos Augusto de Oeynhausén, em ofício de 21 de fevereiro de 1820 (Documentos Interessantes, volume XXXVI, p. 105 a 107, 134 e 135). Antônio Rodrigues e sua mulher D. Maria Inácia foram recenseados no ano de 1789 em Lages, sendo senhores de e escravos.

⁹⁴ De acordo com o recenseamento de Lages em 1803, Inácio nasceu cerca de 1774 em Lages, cabo de esquadra de miliciano, fazendeiro, branco; sua mulher Ana Maria nascida cerca de 1780, igualmente branca. Inácio recebeu carta patente de alferes da 1ª Companhia das Ordenanças da vila de Lages, passada a 6 de março de 1819 da cidade de São Paulo pelos governadores interinos o Bispo D. Mateus, D. Nuno Eugênio de Locio e Scilbis e Miguel José de Oliveira Pinto; fora nomeado pelo capitão da mesma companhia com aprovação do capitão mor Inácio do Amaral Leitão (sic), era sargento e morador no distrito (DAESP, nº de ordem 376, Lº nº 40 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 236-v).

cavalar, e nela existia um seu filho de capataz, cuja fazenda foi comprada e terá uma légua de fundo e meia de testada. Confrontava por uma parte com a fazenda do Capitão Pedro Ribeiro e por outra com o Capitão Domingos José de Brito. *Lançamento n° 31*.

João Antônio Borges⁹⁵ era senhor de uma pequena fazenda intitulada *Taipas*⁹⁶, havida por compra. Tinha uma légua de testada, e légua e meia de fundo, e existia o mesmo proprietário nela e a tinha cultivado com animais cavалares e as cultivava com seus filhos e dois escravos. Confrontavam-se por uma parte com Manuel Joaquim Pereira e por outra com a fazenda dos *Araújos* e por outra com os campos de Francisco de Sousa. *Lançamento n° 12*.

João Rodrigues tinha um sítio denominado *as Pombas*, com meia légua de frente e três quartos de fundo, e o obteve por devolutos, cujas terras tinha cultivado com plantações e confrontava por uma parte com Francisco Xavier e por outra com Ângelo de Anhaia. *Lançamento n° 44*.

Joaquim Antônio de Moraes⁹⁷, alferes, tinha um sítio denominado *Costa de Pelotinhas*, cujos campos foram comprados e teriam meia légua em quadra, e os tinha

⁹⁵ João Antônio Borges era natural da cidade de Angra, Ilha Terceira, Açores, filho de José Francisco e de sua mulher Joana Inácia, ambos naturais de Angra. Casou-se a 1° de fevereiro de 1786 na matriz de Lages (1°, fls. 31) com D. Maria Custódia, nascida em Lages, onde foi batizada a 2 de novembro de 1772 (matriz, 1°, fls. 11), filha de José do Amaral Gurgel (Annes) e de sua mulher D. Maria do Nascimento de Jesus. João Antônio era camarista da vila de Lages no ano de 1791 (DAESP, n° de ordem 257). De acordo com o recenseamento de Lages no ano de 1803, João Antônio constou como fazendeiro; ele e sua mulher eram brancos e eram senhores de 2 escravos.

⁹⁶ A fazenda das *Taipas* foi vendida, por escritura pública, a 10 de dezembro de 1800 na vila de Lages (1° Ofício de Lages, L° de notas n° 5, fls. 23-v a 24), sendo vendedores Manuel de Barros e sua mulher Inácia Maria do Espírito Santo (que não sabia assinar), e comprador João Antônio Borges. O vendedor reservava para si um potreiro, onde ele tinha uma manada de burro, cujo potreiro é cercado com uma cerca em um boqueirão por muitos conhecido, e no mesmo potreiro está o rancho de um genro do dito vendedor, chamado Francisco de Sousa e um filho de nome José de Barros.

⁹⁷ Joaquim Antônio de Moraes nasceu na vila de Sorocaba e foi batizado na vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga, filho de Clemente Branco Ribeiro (SL, VIII, 19) e de sua mulher Maria José de Moraes, ambos naturais e batizados na freguesia de Santo Amaro, cidade de São Paulo, neto paterno de Antônio Branco Raposo e de sua mulher, cujo nome ignorava o noivo (Joaquim), naturais da mesma freguesia de Santo Amaro; neto materno de Antônio Furtado e de Rita Machado de Moraes, ambos naturais da mesma freguesia de Santo Amaro. Casou-se a 12 de março de 1802 na matriz de Lages (2°, fls. 65) com D. Bernardina Luiza, nascida e batizada na igreja matriz de São João Batista de Cananéia, filha de do Sargento Mor João Rodrigues Freitas Costa e de sua mulher D. Luiza Gago da Câmara; neta paterna do Capitão Mor João Batista da Costa e de sua mulher D.

cultivados com animais de criar. Confrontavam por uma parte com Francisco Antônio e por outra com Manuel Teixeira. *Lançamento n° 17*.

Joaquim José Pereira⁹⁸ tinha uma fazenda denominada *Fazenda Grande*, herdada de seu pai e a tinha povoado com animais cavaleiros e vacuns. Teria uma légua de frente e duas de fundo. Confrontava por uma parte com a fazenda de Antônio José da Silva e por outra com a fazenda de Paulo José Pereira. *Lançamento n° 59*.

Joaquim Pereira de Andrade era senhor de uns campos denominados *as Palmas* que os houve por devolutos e os tinha povoado com animais vacum e cavalari e plantações. Teria um quarto de légua de frente e uma de fundo. Confronta por uma parte com a fazenda da Ilha e por outra com os campos largados do Morro Agudo. *Lançamento n° 72*.

José Coelho⁹⁹ tinha um sítio comprado e povoado com animais e plantações, cujo sítio era denominado *os Índios*¹⁰⁰ que teria de frente uma légua e de fundo duas lé-

Margarida de Freitas; neta materna do Sargento Mor Francisco Gago da Câmara e de sua mulher D. Helena Maria de Freitas.

Joaquim Antônio de Moraes recebeu carta patente de alferes da companhia de Lages (da qual havia sido furriel) do Regimento da Cavalaria Miliciana da vila de Curitiba, dada a 20 de agosto de 1812 na cidade de São Paulo pelo Governador o Marquês de Alegrete (DAESP, n° de ordem 375, L° n° 38 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 65-v).

⁹⁸ Acredito que este Joaquim José Pereira fosse casado com Maria Estela do Amaral e filho do Capitão Joaquim José Pereira, o mais rico estancieiro da vila de Lages, conforme veio declarado no óbito deste último, a 22 de novembro de 1811 em Lages (matriz, 2°, fls. 27), de “febre podre”. O Capitão Joaquim José Pereira era (ASS-HG, p. 161) natural de Alenquer, bispado de Braga, filho de Antônio Manuel da Silva e de Catarina Maria; e se casou a 11 de outubro de 1784 (em “Aurorescer” não se informa onde) com Ana Maria de Santa Rita, filha de João da Costa Moreira (sesmeiro em Lages) e de Ana Joaquina de Jesus. De acordo com os recenseamentos de Lages, Joaquim José Pereira nasceu cerca de 1749 na vila de Alenquer; no ano de 1798, possuindo 43 escravos, era senhor de 3 fazendas de criar animais cavaleiros, muares e vacum, burros e ovelhas que anualmente marcava: muar (110), cavalari (170), vacum (150), burros (15) e ovelhas (50), vendendo para Curitiba 80 bestas, 30 do cavalari e 25 do vacum; agricultor, colheu 100 alqueires de milho e 50 de feijão que consumia no gasto de sua casa. No censo de 1803 foi qualificado como capitão reformado do Regimento Miliciano do Continente, era juiz ordinário de Lages, fazendeiro, branco, viúvo e senhor de 42 escravos, espalhados em suas fazendas (foram nomeadas: São Luís, do Morro Agudo e das Pedras Brancas).

⁹⁹ Tenho informação sobre José Coelho d’Ávila, o qual era nascido na vila de Itapeva, filho de Miguel Coelho de Ávila e de sua mulher Josefa Maria de Lima (esta já defunta em 1811) e se casou a 21 de outubro de 1811 na matriz de Lages (2°, fls. 26-v) com Maria dos Santos, filha de Bento dos Santos Pereira e de Eleutéria (ou Quitéria) Maria do Amaral.

Miguel Coelho de Ávila e Josefa Maria de Lima casaram-se a 14 de fevereiro de 1779 na matriz da vila de Itapeva (fls. 74), sendo ele natural da freguesia de São Miguel,

guas. Confrontava com Bento dos Santos por uma parte e por outra com Francisco de Alvarenga Monteiro. *Lançamento nº 48*.

José Gomes Valente¹⁰¹ era senhor de uma fazenda denominada *os Araújo*s. O proprietário assistia na Corte do Rio de Janeiro e era capataz desta fazenda um seu escravo. Confrontava-se por uma parte com a *Fazenda Grande* e por outra parte com a fazenda dos *Morrinhos*. Esta fazenda tinha sido comprada por vários possuidores, tinha 2 léguas em quadra e estava cultivada com animais cavaleiros. *Lançamento nº 7*.

José Jacinto era senhor de uma chácara denominada *Costa de Caveiras* que teria um quarto de légua em quadra, havida por compra e se achava povoada com plantações.

termo da vila de Santa Catarina, filho de Sebastião Paulo Coelho e de sua mulher Catarina Felícia. A noiva era nascida e batizada na freguesia de Paranapanema, filha de Lourenço Antunes Lima e de sua mulher Felipa Néri Corrêa. Miguel Coelho de Ávila e sua mulher foram qualificados como mulatos livres no casamento da filha deles, Felipa Néri, a 21 de julho de 1808 na matriz de Itapeva (matriz, 3º, fls. 57-v).

¹⁰⁰ Denominavam-se *Campos dos Índios* porque, em tempos antigos, assistiram neles uns índios que das aldeias da cidade de São Paulo foram para a vila de Lages para efeito de plantarem a experimento com mantimentos às tropas que de São Paulo foram ao Continente do Sul em socorro dele, ficando por esse motivo conhecido como *Campos dos Índios* e que logo foram recolhidos às suas aldeias e ficaram aqueles campos pertencendo à Real Fazenda. Houve uma decisão do Governador da Capitania de São Paulo, a 3 de junho de 1806, dando despacho a que ninguém ocupasse aqueles campos até que a Real Fazenda decidisse a quem pertenceriam os ditos campos. O acima exposto vem transcrito em um requerimento (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 6, fls. 45 a 45-v) em que Manuel Cavaleiro Leitão queria mostrar que seu pai o Sargento Mor Miguel Pedroso Leite havia comprado uns campos com terras lavradas do Guarda Mor Bernardino da Costa Filgueira nos Campos dos Índios.

Depois, por uma escritura pública (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 6, fls. 67-v a 68), o Sargento Mor Miguel Pedroso Leite, por meio de seu procurador e filho, Capitão Manuel Cavaleiro Leitão, fez venda desses campos, que consistiam em paiol, roça e mais terras lavradas, que ficava no caminho que da vila de Lages ia para Santa Catarina, a Bento dos Santos Pereira (o qual assinou por meio de uma cruz) pela quantia de 131\$200. Os vendedores mostraram ter posse segura dos campos, havidos por título de sesmaria e auto de posse, assim como uma escritura que o Guarda Mor Bernardino da Costa Filgueira passou a ele vendedor.

¹⁰¹ José Gomes Valente era natural de Fermorela, freguesia de São Veras, bispado de Coimbra, filho de Baltazar Gomes e de sua mulher Antônia Vicente; o noivo não soube dizer os nomes dos avós paternos e maternos. Casou-se a 25 de maio de 1774 na matriz da vila de Lages (1º, fls. 8) com Maria Barbosa da Anunciação, natural da vila de Curitiba, filha do Capitão Simão Barbosa Franco e de sua mulher Antônia de Siqueira de Almeida: neta paterna de Antônio Pereira e de sua mulher Maria Barbosa Teixeira; neta materna de Sebastião Félix Bicudo e de sua mulher Maria Lucena.

Confrontava com a fazenda do *Salto* por uma parte e por outra com o campo do *Mulado*. *Lançamento n° 28*.

José Joaquim Ferreira¹⁰² era senhor de um campo denominado *Bandeirinhas*, que tinha meia légua de frente e uma de fundo, e o obteve por devolutas e tinha cultivado com animais de criar. Confrontava por uma parte com o Alferes Inácio da Silva Ribeiro e por outra com o sítio denominado *as Pombas*. *Lançamento n° 41*.

José Joaquim Pereira era senhor de uma fazenda denominada *o Cedro* e anexa a esta tinha outra denominada *Buçoroca*¹⁰³, cujas fazendas foram havidas por compras e estavam povoadas com grande número de animais cavalares e teria de frente cada uma destas fazendas meia légua de frente e duas léguas e meia de fundo. Confrontavam por uma parte com a *Fazenda Grande* de Joaquim José Pereira e por outra parte com a Fazenda do *Bonsucesso*, do Capitão Manuel Cavalheiro Leitão. *Lançamento de n°s 63 e 64*.

José Joaquim Pereira tinha outra fazenda na Costa da Serra denominada *Fazenda dos Bairros*, havida por compra, e a tinha povoado com gados de criar vacum. Teria uma légua em quadra. Confrontava por uma parte com a fazenda do Capitão Manuel Cavalheiro e por outra com a fazenda de Mateus José da Silva. *Lançamento n° 65*.

José Marques Barbosa era senhor de um sítio denominado *Molafaca*, havido por compra. Teria meia légua em quadra e se achava povoada com plantações. Confrontava-se por uma parte com o sítio de Francisco de Sousa Machado e por outra com o Alferes Inácio da Silva Ribeiro. *Lançamento n° 29*.

Laureano José de Ramos¹⁰⁴ era senhor de uns campos denominados *Guarda Mor*, cujos campos obteve por devolutos e tinha de frente meia légua e de fundo três lé-

¹⁰² José Joaquim Ferreira da Silva era casado com Francisca Leme da Silva, falecida a 15 de março de 1819 na vila de Lages (matriz, 2°, fls. 43).

¹⁰³ Esta propriedade foi vendida, com o registro e treslado feito a 27 de dezembro de 1820, na vila de Lages (1° Ofício de Lages, L° de notas n° 9, fls. 2 a 2-v), pelos vendedores Joaquim Pereira e sua mulher D. Úrsula Maria, ao Capitão Manuel Cavalheiro Leitão, pelo preço e quantia de 250\$000.

¹⁰⁴ Laureano José de (Oliveira) Ramos (Revista da ASBRAP n° 2, p. 181) nasceu cerca de 1784 na freguesia de São Miguel, próxima a Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, SC). Casou-se a 27 de agosto de 1804 na freguesia de Santo Antônio da Lapa (matriz, 1°, 113) com D. Maria Gertrudes de Moura. Lapa passou à categoria de vila a 26 de fevereiro de 1806, com o nome de Vila Nova do Príncipe, fazendo parte da Capitania de São Paulo e hoje do Estado do Paraná. No primeiro recenseamento verificado na Lapa, no ano de 1806 (DAESP, Maços de População, rolo n° 253), era seu capitão mor Francisco Teixeira Coelho (F. NEGRÃO, IV, 371), de aproximadamente 56 anos de idade, fundador da freguesia e padrinho de casamento de Laureano, o qual apareceu no fogo de n° 250 como Laureano José de Ramos, com 22 anos, vivendo do seu ofício de carpinteiro, casado, branco e sua mulher, Maria Gertrudes, de 27 anos, casada, branca, com um escravo. Fixou

guas. Tinha cultivado com animais vacum e cavalari, custeando com gente alugada. Confrontavam-se por uma parte com o Capitão Mor Inácio de Almeida Leite e por outra com a fazenda de Inácio Antunes. *Lançamento nº 2*.

Liberata Maria era senhora de uns campos intitulados *Morro Grande*, havidos por compra, e os tinha povoado com animais de criar. Teria de testada 200 braças e de fundo um quarto de légua. Confrontavam estes campos com a fazenda *São Luís*. *Lançamento nº 61*.

Manuel Cavalheiro Leitão¹⁰⁵, capitão, era senhor de um sítio denominado *a Glória*, havido por compra e tinha cultivado com animais de criar vacum e cavalari e tinha

residência, depois, em Lages, com a mulher e filhos. Nos censos de Lages, o mais antigo em que aparecem é o de 1816, vivendo de agricultura, com a ajuda de 2 escravos. Segundo informações de seu neto, o coronel Belisário (transmitida a mim através do amigo, hoje já falecido, o Desembargador Dr. Wilson Vidal Antunes Sênior), Laureano era marceneiro (o que é confirmado, como se vê acima), tendo trabalhado na freguesia e vila de São Francisco (Santa Catarina), de onde se mudou para a Lapa (teria retornado?) e, depois, lá pelo ano de 1812, para a vila de Lages, onde era proprietário de “duas fazendas no termo da mesma huma no rincam do Goardamór, e outra nos Bagoais.” (autos cíveis de Força Nova, fls. 5). A 15 de maio de 1830 tomou posse do cargo de juiz ordinário da vila de Lages (Juramentos e Posses, 1821-1897, fls. 36), vindo a falecer a 28 de abril de 1862 em Lages (seu inventário, fls. 3). Seu inventário não se encontra no MJC. É o tronco da família **Ramos**, de Lages, que já em meados do século XIX exercia grande influência, não só em Lages, como em todo o Estado de Santa Catarina. D. Maria Gertrudes de Moura nasceu cerca de 1780 na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, Província de São Paulo que, a 29 de agosto de 1797 passa a categoria de vila com a denominação de **Antonina**, nome que se conserva até os dias atuais. Antonina atualmente pertence à diocese de Paranaguá e ao Estado do Paraná. Faleceu a 19 de abril de 1873 em Lages (matriz, 5º, fls. 31 e 31-v), no estado de viúva, na fazenda denominada do “Guarda Mor”. Por sua morte se abriu inventário (MJC, nº de ordem N9), fazendo-se o auto a 5 de maio de 1873 na cidade de Lages; fez testamento a 10 de outubro de 1871 na fazenda do Guarda Mor, em Lages, onde declara sua naturalidade e filiação; não podia assinar pela falta de vista. A fazenda do Guarda Mor, que consistia em meia sesmaria menos 150 braças, foi avaliada em 20:000\$000 (vinte contos de réis).

¹⁰⁵ O Capitão Manuel Cavalheiro Leitão nasceu na freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, continente de Porto Alegre, filho do Sargento Mor Miguel Pedroso Leite (vide este nome) e de sua mulher D. Inocência Pinto. Casou-se a 23 de abril de 1796 na matriz de Lages (1º, fls. 46-v), com D. Matilde do Amaral Gurgel (depois Matilde do Amaral Fontoura), nascida e batizada em Lages 30 de julho de 1782 (1º, fls. 45-v), filha de José do Amaral Gurgel e de sua mulher D. Maria do Nascimento. Por morte de D. Matilde do Amaral Fontoura se fez auto de inventário a 18 de junho de 1851 na cidade de Sorocaba (trasladado para o MJC), sendo declarante a filha D. Inocência Cavalheiro do Amaral que declarou que sua mãe falecera a 29 de março de 1851, com testamento.

De acordo com o recenseamento de Lages em 1803, Manuel nasceu cerca de 1770 no Rio Grande, naquele ano era escrivão da Igreja e fazendeiro e senhor de 1 escravo. Ma-

meia légua em quadra. Confrontava com o sítio dos *Conselhos* e tinha 3 escravos na mesma fatura. *Lançamento n° 49*.

Manuel Cavalheiro Leitão, capitão, também era senhor de uma fazenda de criar animais vacum e cavalari, na Costa da Serra denominada *Bonsucesso*, havida por compra e tinha duas léguas em quadra, com 2 escravos empregados no sítio da mesma fazenda. Confrontava esta fazenda por uma parte com a fazenda da *Ilha* e por outra com a fazenda denominada *Buçoroca*. *Lançamento n° 50*.

Manuel Cavalheiro Leitão, capitão, também era senhor de uns campos denominados *a Ilha*¹⁰⁶, havidos por compra e os tinha povoado com éguas, manadas de burros e plantações. Confrontavam estes campos com os campos de Maximiano Antônio e por outra parte com a sua mesma fazenda do *Bonsucesso*, e teria uma légua de frente e duas de fundo. *Lançamento n° 51*.

Manuel da Costa¹⁰⁷ era senhor de uma chácara, havida por compra, denominada *Boa Vista* e tinha seu campo, que teria um quarto de légua de frente e meia légua de

Manuel Cavalheiro Leitão recebeu carta patente (DAESP, n° de ordem 372, L° n° 32 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 251-v) a 11 de dezembro de 1806, da cidade de São Paulo, pelo Governador Antônio José de Franca e Horta, de capitão das ordenanças da vila de Lages, vago pela promoção de João Annes do Amaral Gurgel e por ser proposto pelos oficiais da câmara. Esta patente teve confirmação régia (DAESP, n° de ordem 374, L° n° 36 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 81-v a 82-v, ou 101-v a 102-v) a 12 de agosto de 1809 pelo Príncipe Regente D. João, já na cidade do Rio de Janeiro, registrada no governo de São Paulo a 19 de agosto de 1811 pelo seu governador Antônio José de Franca e Horta. Atendendo à resolução régia, de 20 de janeiro de 1809, de se criarem juizes de sesmarias em todas as vilas e um piloto para medições, o Governador da Capitania de São Paulo Franca e Horta, em ofício datado de 7 de agosto de 1810, fez esta comunicação ao Ouvidor de Paranaguá (Documentos Interessantes, LIX, p. 39). Manuel Cavalheiro foi nomeado juiz das sesmarias a 10 de dezembro de 1811 (DAESP, n° de ordem 375, L° n° 38 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 8-v).

¹⁰⁶ Fez-se escritura de venda da fazenda *a Ilha* a 17 de setembro de 1786, sendo vendedores o Guarda Mor João de Almeida Leite (SL, II, 338) e o Capitão da Cavalaria de Dragões Auxiliar da vila de Sorocaba Francisco Manuel Fiúza (SL, II, 335; Revista da ASBRAP n° 2, p. 200), através do procurador deles Joaquim José Monteiro; foi comprador o Capitão Mor Regente Bento do Amaral Gurgel Annes. A fazenda houvera sido do Capitão Manuel Rodrigues de Ataíde que era devedor de maior quantia aos dois vendedores, qualificados acima. A fazenda *a Ilha* continuou na posse da família por muito tempo. Assim, no inventário de Manuel Cavalheiro Leitão (filho de outro do mesmo nome e de D. Matilde do Amaral Fontoura), com o auto feito a 11 de dezembro de 1860 na vila de Lages (MJC), entre outras propriedades, *a Ilha* foi avaliada por 600\$000.

¹⁰⁷ De acordo com o recenseamento de Lages de 1803, Manuel da Costa nasceu cerca de 1769 em Curitiba, pardo, agricultor e sua mulher era Isabel Maria de Jesus, nascida cerca de 1771, igualmente parda.

fundo. Cultivava com plantações e confrontava por uma parte com o marco da vila e por outra com o sítio denominado *os Tributos*. *Lançamento nº 38*.

Manuel Joaquim Álvares de Moraes tinha uma sorte de campos denominados *Carauzinho* (*diminutivo de Carau), que teria cerca de 200 braças de frente e três quartos de légua de fundo, cujos campos foram comprados. Confrontavam-se por uma parte com o Capitão Mor Inácio de Almeida e os cultivava com animais cavalares e vacum. O mesmo dono ali existia e os cultivava com a sua pessoa. *Lançamento nº 3*.

Manuel Joaquim Pereira era senhor de uma fazenda¹⁰⁸ denominada *Raposo*, cujos campos foram comprados e os tinha cultivado com animais cavalares e vacum, e tinha uma légua de frente e três de fundo, e os cultivava com sua pessoa e filhos. Confrontava-se essa fazenda por uma parte com a fazenda de João Antônio Borges e por outra parte com Salvador Nunes, e por outras com os campos intitulados do *Guarda Mor*. *Lançamento nº 11*.

Manuel de Moura Cardoso¹⁰⁹ tinha um sítio denominado *Conselhos* e nela morava, havido por compra e tinha de frente um quarto de légua e meia de fundo, e tinha cultivado com animais de criar e plantações. Tinha 2 escravos empregados na fatura. Confrontava por uma parte com o sítio de Dona Maria do Nascimento e por outra parte com o sítio da *Pedra Branca*. *Lançamento nº 53*.

¹⁰⁸ Sua fazenda denominava-se Santo Antônio do Raposo e foi adquirida, com suas benfeitorias e animais, por escritura (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 6, fls. 12-v a 13-v) a 29 de julho de 1804 na vila de Lages, no escritório do tabelião Manuel Ferreira Pisco, sendo vendedor Manuel Cavalheiro Leitão.

¹⁰⁹ Manuel de Moura Cardoso (Revista da ASBRAP nº 2, p. 185) era o sogro de Laureano José de Ramos. Nasceu a 21 de outubro de 1744 na freguesia de Santiago de Lustosa, concelho de Lousada, distrito do Porto, Portugal; foi batizado naquela freguesia a 1º de novembro de 1744 (matriz, fls. 19 e 19-v). Casou-se primeira vez, a 2 de março de 1778 em Curitiba (matriz, fls. 91 e 91-v) com Gertrudes Maria de Barros, falecida a 4 de outubro de 1787 em Curitiba, na freguesia de Nossa Senhora da Luz (matriz, fls. 43). Casou-se segunda vez, a 18 de setembro de 1788, na paróquia de Santo Antônio da Lapa (matriz, 1º, fls. 57) com Maria Inês da Silva Rego. Antes de transferir residência para Lages, Manuel de Moura foi morador na vila da Lapa, então Vila Nova do Príncipe, onde apareceu recenseado até 1810 na 2ª Companhia das Ordenanças (DAESP, maços de população, rolo de microfilme nº 253). A emigração de habitantes da Lapa para Lages foi aprovada em um ofício encaminhado pelo Governador Antônio José da Franca e Horta, a 6 de setembro de 1809 (Documentos Interessantes, LVIII, p. 198). Há uma escritura de compra que ele fez a 31 de dezembro de 1817 na vila de Lages (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 8, fls. 54-v a 55), sendo tabelião Joaquim Ribeiro do Amaral, de um sítio denominado *as Canelas*, sendo vendedora Eufrásia Maria de Benevides.

Manuel Ribeiro da Silva¹¹⁰ era senhor de uma fazenda denominada *Escurinho*, cujos campos os houve por devolutos e tinha comprado mais campos imediatos, que teria no todo quatro léguas de comprido e um de largo e tinha povoado com animais vacum e cavalari e 3 escravos. Confrontava-se por uma parte com a fazenda de Policarpo José e por outra com os campos de Francisco Antônio e por outra com Manuel Teixeira. *Lançamento n° 14*.

Manuel Teixeira¹¹¹ era senhor de um rincão de campos denominados *Costa das Vacas Gordas* que os houve por herança de sua mulher, cujos campos teriam meia légua de frente e légua e meia de fundo, e tinha cultivado com animais cavallares e vacum e dois escravos. Confrontavam-se por uma parte com Francisco Antônio de Moraes. *Lançamento n° 18*.

Maria Inês tinha um sítio denominado *Cajuru* e morava nele, com 200 braças de frente e meia légua de fundo, tendo sido comprado. Povoou com animais de criar e plantações e os cultivava com 2 escravos e confrontava com o sítio do Alferes Inácio da Silva. *Lançamento n° 36*.

Maria do Nascimento, dona, viúva de José do Amaral, tinha um sítio denominado *Conselhos*, havido por compra e estava povoado com animais de criar vacum e cavalari e plantações. A mesma dona existia neles e confrontava por uma parte com o sítio do Capitão Manuel Cavalheiro Leitão e por outra com o sítio de Manuel de Moura e tinha um quarto de légua de frente e meia de fundo. *Lançamento n° 52*.

Mateus José da Silva¹¹² era senhor de uma fazenda denominada *a Ilha*, havida por compra e a tinha povoado com animais cavallares e plantações. Tinha uma de frente e três léguas de fundo. Confrontava por uma parte com os campos de Liberata Maria e por outra com a fazenda de *São Luís*. *Lançamento n° 66*.

¹¹⁰ Manuel Ribeiro da Silva era natural do Arraial de Santiago, bispado de Mariana e casado a 11 de novembro de 1823 na matriz de Lages (2°, fls. 85), tendo declarado ser filho de Bento de Jesus Teixeira e de sua mulher Antônia Ribeiro da Silva. Sua mulher era D. Cândida Maria, nascida e batizada a 7 de março de 1807 em Lages (matriz, 3°, fls. 26), filha de Bento Ribeiro de Córdova e de sua mulher D. Maria Jacinta do Amaral.

¹¹¹ Tenho a informação de um Manuel Teixeira da Silva, nascido e batizado na vila de Castro, filho de José Teixeira de Azevedo e de sua mulher Teresa Maria de Jesus, conforme declarou ao se casar, a 25 de setembro de 1815 na matriz de Lages (2°, fls. 42) com Ana Maria de Ávila, também natural de Castro, viúva de Manuel Joaquim do Rego, o qual havia falecido a 2 de setembro de 1811 em Lages (matriz, 2°, fls. 28-v).

¹¹² De acordo com o recenseamento de Lages no ano de 1803, nasceu cerca de 1753 na Ilha de Santa Catarina, era sargento das Ordenanças de Lages, fazendeiro, branco, solteiro, com 1 escravo.

Mateus José de Sousa¹¹³ era senhor de uma fazenda denominada *o Socorro*, havida por compra, e a tinha povoado com animais de criar vacum e cavalari, e plantações. Teria de frente uma légua e três de fundo. Confrontava por uma parte com os campos de Liberata Maria e por outra com a fazenda de *São Luís*. *Lançamento nº 67*.

Mateus José de Sousa era senhor de uma fazenda denominada *o Socorro*, havida por compra, e a tinha povoado com animais de criar vacum e cavalari, e plantações. Teria de frente uma légua e de fundo légua e um quarto. Confrontava por uma parte com a fazenda de Mateus José da Silva e por outra com a fazenda do Capitão Domingos José de Brito. *Lançamento nº 68*.

Miguel de Lara era senhor de um campo denominado *Costa da Fortaleza*, cujo campo tinha meia légua de frente e uma de fundo, e tinha povoado com animais de criar, vacum e cavalari, e foi comprado. O proprietário existia nele. Confrontava por uma parte com o sítio de Manuel da Costa e por outra com o sítio dos *Tributos*. *Lançamento nº 39*.

Miguel de Linhares, morador no bairro de *Molafaca*, possuía umas terras denominadas *Campinas* que foram compradas. Teria de frente 200 braças e de fundo meia légua. Cultivado com plantações. Confrontava com o sítio de Maria Inês. *Lançamento nº 35*.

Paulo José Pereira tinha uma fazenda denominada *São Luís* que a herdou de seu pai e a tinha povoado com muitos animais vacum e cavalari. Esta fazenda teria de frente três quartos de légua e três léguas de fundo. Confrontava por uma parte com a *Fazenda Grande* e por outra com a fazenda *Boa Vista* e por outra com os campos de Liberata Maria. *Lançamento nº 60*.

Paulo José Pereira, acima mencionado, possuía outra fazenda denominada *Tijucas*, havida por compra e a tinha povoado com gados de criar e teria esta fazenda meia légua de frente e uma de fundo. Confrontava por uma parte com a fazenda das *Capivaras da Ramada* e por outra com os campos de uns herdeiros ausentes que estavam despovoados. *Lançamento nº 62*.

¹¹³ Mateus José de Sousa nasceu e foi batizado em Lages a 1º de novembro de 1792 (matriz, 1º, fls. 89-v), filho de outro de igual nome e de sua mulher D. Clara Maria de Ataíde (Revista da ASBRAP nº 2, p. 186 e 187). Mateus, o moço, casou-se a 8 de junho de 1813 na matriz de Lages (2º, fls. 71) com D. Ana Maria do Amaral (ou Ana Maria de Córdova), natural e batizada em Lages, onde faleceu a 4 de maio de 1850 (matriz, 3º, fls. 15 e 15-v), filha do Sargento Mor João Damasceno de Córdova e de sua mulher D. Maria de São Boaventura do Amaral e Silva, tratados na mesma Revista da ASBRAP nº 2, p. 193. A Fazenda de Nossa Senhora do Socorro se constituía de campos, casa e benfeitorias e foram vendidas, a 21 de junho de 1845 na vila de Lages (1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 16, fls. 24) por Mateus José de Sousa e sua mulher D. Ana Maria do Amaral, a João da Silva Ribeiro.

Pedro da Silva Ribeiro¹¹⁴, capitão, tinha uma fazenda denominada *Pelotinhas*¹¹⁵, que lhe foi concedida por sesmaria e a tinha povoado com animais vacum e cavalari e

¹¹⁴ Pedro da Silva Ribeiro casou-se a 21 de janeiro de 1776 na matriz de Lages (1º, fls. 11-v) com Ana Maria de Saldanha. Do assento constou que o noivo era natural da capela de Viçosa (ali nasceu cerca de 1746), quando esta pertencia a Laguna, filho de Manuel da Silva Ribeiro (juiz ordinário de Lages em 1772, era natural e batizado na freguesia de São Pedro de Ateí, arcebispado de Braga) e de sua mulher Maria Bernardes do Espírito Santo (natural da vila de Laguna); neto paterno de Bernardo Benevides e de Domingas da Silva Ribeiro; neto materno de Domingos Leite Peixoto e de Domingas Pereira. A noiva, Ana Maria, era natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Pouso Alto, bispado de Mariana, filha de Caetano Saldanha e de sua mulher Maria Ferreira; neta paterna de Manuel Antônio e de Brígida Maria de Saldanha; neta materna de Antônio Ferreira de Andrade e de Bernarda Pinto. O Capitão Pedro da Silva Ribeiro fez testamento a 3 de abril de 1822 na vila de Lages, trasladado no 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 9, fls. 10 a 12, declarando filiação e naturalidade (Capela Grande de Nossa Senhora da Conceição, onde foi batizado). Declarou possuir a fazenda da Mangueira, com 110 animais vacuns e cavalares e umas casinhas na vila, cobertas de capim. Era viúvo e de sua mulher teve 14 filhos. Pedia para serem seus testamenteiros ao filho Pedro José Ribeiro, ao genro o Alferes Francisco José de Santana e Sousa e ao filho Jesuíno da Silva Ribeiro. Também era seu genro Joaquim José Machado. Pedia que seu corpo fosse sepultado na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages.

De acordo com os recenseamentos de Lages, era senhor de 7 escravos nos anos de 1789 e 1792. No ano de 1798, com o auxílio de 3 escravos, com uma fazenda de criar, marcava anualmente cavalari (20), vacum (60) e muar (12) e colhia anualmente 20 alqueires de milho e 8 de feijão. No ano de 1803 constou como capitão reformado da companhia de milicianos de Lages, fazendeiro, branco, e sua mulher Ana Maria de Saldanha nasceu cerca de 1756 em Minas Gerais, também branca; eram senhores de 3 escravos.

Pedro da Silva Ribeiro recebeu nombramento do posto de furriel de Auxiliares da Cavalaria de que era Capitão Bento do Amaral Gurgel Annes, por impedimento de Lourenço Gonçalves da Rocha que o exercia, a 26 de maio de 1773, da cidade de São Paulo, pelo Morgado de Mateus; não venceria soldo (DAESP, nº de ordem 367, Lº 19 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 53 a 53-v). Recebeu nombramento, a 10 de janeiro de 1768, do posto de tenente da Companhia de Cavalaria Auxiliar da vila de Lages da qual era capitão Antônio Marques Arzão (DAESP, nº de ordem 368, Lº nº 22 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 120-v). Foi promovido a capitão por carta patente passada a 7 de outubro de 1794 da cidade de São Paulo pelo governador da capitania Bernardo José de Lorena, por ausência de Antônio Marques Arzão que o exercia (DAESP, nº de ordem 369, Lº nº 26 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 21 a 22). Foi reformado no posto de capitão da mesma companhia, a 12 de agosto de 1799, pelo Governador da Capitania de São Paulo Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, em cuja carta patente constou ter servido a Sua Magestade por espaço de 30 anos naquela companhia como soldado e depois, gradualmente, em todos os postos desde cabo até o de capitão que então vinha exercendo com inteiro crédito e grande satisfação (DAESP, nº de ordem 371, Lº nº 30 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 139-v a 140).

plantações. Tinha de frente três quartos de légua e três léguas de fundo. Confrontava por uma parte com o Alferes Inácio da Silva Ribeiro e por outra parte com a fazenda das *Capivaras da Ramada*. *Lançamento n° 70*.

Policarpo José de Oliveira era senhor de uns campos denominados *Eremitão*, que os houve por devolutas e havia de ter uma légua de frente e três de fundo, e tinha povoado com animais vacum e cavalar e 3 escravos. Confrontava-se por uma parte com Manuel Ribeiro da Silva e por outra com Francisco Antônio e por outra parte com o campo das *Vacas Gordas*. *Lançamento n° 15*.

Salvador Antunes¹¹⁶ tinha um sítio denominado *Tributos*, havido por compra e se achava povoado com plantações e tinha de frente 300 braças de frente e 500 de fundo e confrontava por uma parte com Miguel de Lara e por outra com João Pereira dos Santos. *Lançamento n° 45*.

Salvador Corrêa¹¹⁷ tinha um pequeno sítio denominado *Caveiras*, havido por compra, e tinha cultivado com plantações. Tinha um quarto de légua de frente e meia de fundo. Confrontava por uma parte com José Manuel Corrêa e por outra com Antônio Rodrigues da Piedade. *Lançamento n° 55*.

Domingos Leite Peixoto foi morador em Lages, onde morreu depois de 13 de abril de 1790, quando se passou uma carta de alforria a uma escrava que fora sua (1° Ofício de Lages, L° de notas n° 3, fls. 69-v a 70-v).

¹¹⁵ Esta propriedade, conforme o depoimento do próprio Pedro da Silva Ribeiro, foi obtida por carta do capitão mor regente. O Tenente Pedro da Silva Ribeiro adquiriu, por escritura (1° Ofício de Lages, L° de notas n° 3, fls. 80 a 80-v) a 2 de novembro de 1790 na vila de Lages, no escritório do tabelião Antônio de Araújo França, uns campos na paragem chamada *as pelotinhas* da Costa da Serra. Estes campos partiam com o mesmo Tenente Pedro da Silva Ribeiro

¹¹⁶ Tenho informação de um Salvador Antunes Paes que se casou a 25 de maio de 1777 na matriz de Lages (1°, fls. 16) com Francisca de Moura. Ele era natural da freguesia de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, filho de Antônio Antunes Paes (SL, I, 134), nascido cerca de 1717 em Sorocaba e de sua mulher (casados em 1737 em Sorocaba) Josefa de Oliveira Leme (SL, I, 67), irmã de Salvador de Oliveira Leme, o *Sarutaiá*, capitão mor de Sorocaba. Francisca de Moura era nascida e batizada na vila de Laguna de Santo Antônio dos Anjos, filha de Domingos de Moura e de sua mulher Maria Corrêa. Poderia se tratar do mesmo Salvador Antunes casado com Quitéria Maria de Sousa, natural de Laguna e deste segundo casamento teria nascido Maria Antônia de Jesus, batizada a 12 de junho de 1788 na matriz de Lages, quando Salvador Antunes era capataz da Fazenda de Tijucas.

¹¹⁷ Salvador Corrêa era casado com Mariana de Sousa, falecida a 12 de outubro de 1821 em Lages (matriz, 2°, fls. 51), com cerca de 50 anos de idade, de picada de cobra. De acordo com o recenseamento de 1803 de Lages, ambos eram pardos; Salvador nasceu cerca de 1782 em Curitiba, agricultor e sua mulher nasceu cerca de 1784.

Salvador Nunes era senhor de uns campos denominados *Costa dos Pelotinhas*, que os houve por devolutos e os cultivava por uns poucos animais e neles existia com seus quatro genros, e teriam três quartos de légua de frente e duas de fundo. Confrontava-se por uma parte com os campos de Manuel Joaquim Pereira e por outra com Benedito Álvares, e por outra com Benedito Álvares, e por outra com os Campos do Guarda Mor. *Lançamento n° 13*.

Teresa Maria era senhora de um sítio denominado *Restinga Seca* que tinha de frente um quarto de légua e meia de fundo, e tinha cultivado com animais de criar. A dona morava nela, cujo sítio foi dado por devoluto. Confrontava com o marco da vila. *Lançamento n° 42*.

Úrsula Álvares era senhora de uma chácara denominada *Lageado do g....*, havida por herança, cujo campo tinha meia légua em quadra; estava cultivada com poucos animais de criar e plantações. Confrontavam por uma parte com João Antônio Borges e por outra com os campos da *Mulada*. *Lançamento n° 25*.

Úrsula Maria era senhora de um sítio denominado *Molafaca*, ou *Felicidade* e nele morava, havido por compra, cujo sítio tinha 600 braças de frente de terras lavradas e um quarto de légua de fundo, e estava cultivado com plantações. Confrontava-se com as do Alferes Inácio da Silva Ribeiro. *Lançamento n° 34*.

Observação: por confusão do escrivão, não houve o lançamento n° 40.

4ª Série

Proprietários não constantes dos documentos arrolados:

Agostinho de Sousa Rabelo

Agostinho de Sousa Rabelo e sua mulher Francisca Corrêa foram pais de José de Sousa Rabelo, natural da vila de Taubaté, o qual se casou¹¹⁸ a 10 de janeiro de 1786 em Lages com Isabel Ribeiro, natural da freguesia de Pindamonhangaba, filha de Margarida Rodrigues (no assento não é citado o nome do seu pai). Com a morte¹¹⁹ de Francisca Corrêa, a 3 de outubro de 1776 em Lages, Agostinho, casou-

¹¹⁸ ACDL, Lages, matriz, 1º, fls. 30-v.

¹¹⁹ ACDL, Lages, matriz, 1º, fls. 7-v.

se¹²⁰ novamente, a 21 de outubro de 1778 na matriz de Lages com Maria Moreira, natural da freguesia de Santo Antônio dos Anjos da vila da Laguna, filha de José Cordeiro e de sua mulher Rita Maria. Em uma escritura¹²¹ passada na vila de Lages a 30 de setembro de 1789, no escritório do tabelião Antônio de Araújo França¹²², fez-se a venda de uns campos, por preço e quantia de 100\$000, sendo vendedor José de Sousa Rabelo e comprador José Barbosa Franco¹²³. Os campos ficavam no caminho que vai para o Salto e Capão Alto do rio das Caveiras, para a banda da vila de Lages e seu termo e o vendedor os houve por herança de seu defunto pai Agostinho de Sousa Rabelo, o qual os houve por compra que fez ao Reverendo Padre Paulo Severo de Moraes e Oliveira. Estes campos se intitulavam, em outro tempo, o *Rincão das Órfãs* e faziam divisa por uma parte com os campos chamados o Saldanha, onde em tempo pertenceram ao Sargento Mor Antônio Rodrigues de Oliveira, por um córrego que nascia da aguada que foi de Domingos Rodrigues Vidigal, já falecido, e que vai fazer barra abaixo do salto do rio das Caveiras e para a outra parte fazia sua divisa com outro córrego que nascia de uns capões que ficavam ao pé da porteira velha que foi do sítio do falecido seu pai e que ia fazer barra no dito rio Caveiras o qual faz fundo aos seus campos.

Antônio Corrêa Pinto de Macedo

Figura exponencial dos primeiros tempos de Lages, Antônio Corrêa Pinto (de Macedo)¹²⁴, antes de ser o seu primeiro capitão mor, foi proprietário de terras na região, mas não exatamente em Lages. Recebeu carta de sesmaria¹²⁵ a 21 de junho de 1754 da vila de Rio Grande de São Pedro do Governador do Rio de Janeiro, com o governo de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrada. Corrêa Pinto foi qualificado como morador em cima da Serra de Viamão, e que comprara a José Antônio Cardoso umas terras, que lhe havia concedido na mesma paragem o Coronel Governador, que

¹²⁰ ACDL, Lages, matriz, 1º, fls. 17.

¹²¹ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 50 a 51.

¹²² Antônio de Araújo França era mulato, nascido cerca de 1740.

¹²³ José Barbosa Franco casou-se a 7 de janeiro de 1788 em Lages (matriz, 1º, fls. 34) com Maria Perpétua, filha de pai incógnito e de Ângela Perpétua. Pelo fato de estar apagado o texto, não se consegue ler o nome dos pais do noivo. Maria Perpétua faleceu a 26 de dezembro de 1800 em Lages (matriz, 2º, fls. 9), no estado de viúva, com cerca de 25 anos de idade.

¹²⁴ O autor deste artigo já tem quase pronta, para publicação em breve, uma extensa biografia do Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto, motivo pelo qual se abstém de escrever sobre ele neste estudo.

¹²⁵ Arquivo Público Mineiro, SC-101 B, fls. 104-v e 105.

havia sido Diogo Osório Cardoso havia seis para sete annos em que tinha casas, currais, plantas, e animais criadores assim vacuns, como cavalaes, cujas terras teriam de cumprido duas léguas, e pouco mais de uma de largo, a confrontavam pela parte do Norte com Tomé de Almeida Lara, pela do Sul com o Alferes Antônio Gonçalves dos Reis, pela do Nascente com a Estrada dos Tropeiros até o passo do Rio das Tainhas; e pela do Poente com o Capitão Francisco Pereira Gomes, o que tudo constava por documentos. A 22 de agosto de 1784, em casas de morada da viúva D. Maria Antônia de Jesus, na vila de Lages, em presença do tabelião Antônio de Araújo França, fez-se escritura¹²⁶ de venda de uns campos sitos em Cima da Serra de Viamão. A viúva vendia uma data de campos intitulados *o Correia*, a João Batista Feijó, morador na cidade do Rio de Janeiro, por seu procurador Antônio de Sousa Pereira. Esses campos situavam-se em Cima da Serra, distrito do continente de Viamão que de uma parte fazem suas divisas com a fazenda do falecido Antônio de Freitas Branco¹²⁷ e da outra parte com a fazenda do Serrito fazendo a mesma divisa com a dele dito comprador e fazendo fundos para a barra do Rio Camisas com tainhas e campos da fazenda do Cedro pertencentes aos herdeiros do falecido Pedro da Silva Chaves¹²⁸ como tudo melhor consta da carta de sesmaria que já fez entrega ao dito comprador a qual venda disse ela vendedora fazia de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma, pelo preço e quantia de 600\$000.

Não é possível estabelecer uma relação completa de seus bens em Lages, especialmente porque estão faltando muitas folhas do seu inventário, entre as quais as que trariam seus bens. Entretanto, é possível juntar parte deles através dos livros de notas de Lages, existentes no seu 1º Ofício. Assim, em uma escritura¹²⁹ de contrato e obrigação, a 18 de novembro de 1776, no cartório do tabelião Marcelino Pereira do Lago, o Capitão Mor Regente Antônio Corrêa Pinto de Macedo e sua mulher vendiam a Antônio de Sousa Pereira, a posse de uns campos¹³⁰ sitos nas Lages chamados *as taipas* debaixo das confrontações seguintes: pela parte do Sul com os Alferes José Raposo com paredes de pedra e pela parte do Norte seguindo a Estrada Geral até Lageado Grande, caminhando por ele acima faz divisas com os campos que então pertenciam ao Capitão Manuel de Araújo Gomes, pela parte de Leste frecha o rumo do Sul a dar nas pelotinhas, e pela parte do Este com o ribeirão que (ma-

¹²⁶ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 132-v a 133-v.

¹²⁷ Antônio de Freitas Branco era morador na cidade de São Paulo, onde foi vereador.

¹²⁸ Sobre Pedro da Silva Chaves ver: ASS-HG, p. 215.

¹²⁹ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 13-v.

¹³⁰ DAESP, nº de ordem CO 9869, Bens Rústicos da vila de Lages, ano de 1820: os campos intitulados Taipas pertenciam naquele ano a João Antônio Borges, que se confrontava com Manuel Joaquim Pereira (Raposos) e com João Gomes Valente, assistente na Corte do Rio de Janeiro (Araújos).

ra??) da tapera que fora do defunto Francisco Carvalho que vai dividindo os campos da murada até a sua foz no rio das Caveiras, pelo preço de 400\$000.

Em outra escritura¹³¹, estando presente o tabelião Marcelino Pereira do Lago, a 12 de maio de 1778, na fazenda de Nossa Senhora da Natividade da Boa Vista, em casas de morada de Antônio de Sousa Pereira, este vendeu uns campos de criar e mais pertences, dos quais era seu sócio do Tenente Antônio Marques Arzão, a Corrêa Pinto; estes campos faziam divisa por uma parte com Manuel de Barros e pela outra com os de Mateus José de Sousa, sitos na paragem chamada *em Cima dos Itambés da Serra do Mar*, no continente da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, cujos campos houvera por compra que deles fizera o dito Tenente Antônio Marques Arzão e mais 250 cabeças de gado. Houve demanda¹³² nessa venda e acabou por não se concretizar. Essas terras faziam divisa com um ribeirão que vinha da Costa da Serra e fazia barra no rio Pelotas, junto ao Campo Redondo, e de outra parte faziam divisa com os campos de Manuel de Barros por uns matos que estavam sobre as vertentes do rio Pelotas, cuja meação de campos e benfeitorias, como também as terras lavradas e mais benfeitorias anexas à mesma fazenda, debaixo da serra, no caminho velho que ia para Lages na vertente da marinha.

No ano de 1806, na vila de Lages, fez-se escritura¹³³ de vendas de um potreininho, sendo vendedores o Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes e sua mulher, sendo comprador o Ajudante Joaquim da Silva Pontes. Este potreininho havia pertencido ao Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto e que, por sua morte, sua viúva fez venda ao Capitão Mor Bento.

Por morte do Capitão Mor Corrêa Pinto, couberam à viúva D. Maria Antônia, umas casas, que compreendiam uma morada de casas de sobrado, umas ditas térreas com quintais, engenho e tudo o mais anexo a elas. Fez-se venda desta propriedade por escritura¹³⁴ a 7 de maio de 1784 na vila de Lages, em casas de morada da viúva, aonde foi o tabelião Antônio de Araújo França. A casa era de taipa de pilão e coberta de telha de sobrado e assim mais junto delas outra morada de taipa, também coberta de telha, denominadas de *Casa do Tronco e Paiol* com todos os quintais competentes a elas que lhe ficam dos seus muros e valos para dentro e nos fundos lhe ficar o engenho de fazer farinha e casa de moinho, assim mais outra olaria que fica para fora dos muros no caminho do Potreiro com seu forno de fazer telhas e um potreiro que lhe fica por detrás das casas da outra da banda do rio do Caraã com todos os matos cultivados. O preço combinado foi de 700\$000, a se pagar em quatro

¹³¹ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 42-v a 44-v.

¹³² 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 96-v, 97, 123-v a 124-v.

¹³³ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 6, fls. 37-v a 38-v.

¹³⁴ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 128 a 129.

anos; foram testemunhas Antônio José de Miranda¹³⁵ (como procurador) e Mateus José de Sousa. Depois, a 13 de outubro de 1784, fez-se uma escritura¹³⁶ de distrato, em casas de morada de D. Maria Antônia de Jesus, sendo tabelião Antônio de Araújo França. Finalmente, fez-se escritura¹³⁷ de venda dessa propriedade, sendo vendedor o Capitão José Antônio de Lacerda, como cabeça de casal de sua mulher D. Maria Antônia de Jesus, por seu procurador o Sargento Mor Antônio Rodrigues de Oliveira, ao Capitão Mor Regente da vila de Lages, Bento do Amaral Gurgel Annes, em suas casas de morada, sendo tabelião Antônio de Araújo França. O novo preço acertado, agora, foi de 370\$000, a serem pagos em duas vezes.

Outra propriedade, com um sabor especial no tocante aos poderes dos capitães mores, se verifica através de um lançamento de uma petição registrada¹³⁸ nos livros competentes pelo tabelião Antônio de Araújo França. Endereçada ao Capitão Mor Regente de Lages, Bento do Amaral Gurgel Annes, o suplicante, Capitão José Antônio de Lacerda, declarou ter se casado com D. Maria Antônia de Jesus, viúva que ficou por falecimento do Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto, o qual, como fundador desta vila tinha ordem para o poder povoar e dar campos devolutos a quem os precisasse, como também assenhorar-se daqueles que muito bem lhes parecesse, e como o justificante era senhor de uns campos e fazenda chamados a Fazenda do Guarda Mor por compra que deles fez a Mateus José de Sousa e destes tinha carta de sesmaria com que as comprou e porque não são bastantes os ditos campos para os animais que têm na dita fazenda se assenhorou o antecessor do suplicante dos campos a ela anexos chamados da Lagoinha, fazendo seus fundos para o rio Pelotas e um rincão chamado *as Vacas Gordas*, místicos aos mesmos, cujos campos há muitos anos estão povoados com os animais que naquele tempo o dito falecido Capitão Mor os introduziu, fabricando-os com casas, currais, cujos campos fazem suas divisas por um lado por um lageado grande chamado do Sargento Mor Antônio Rodrigues e para os fundos o rio Pelotas e por outro lado místicos com os campos hoje pertencentes ao suplicante e porque o dito seu antecessor possuía os ditos campos sem ter deles documento algum para seus títulos, porque naquele tempo o podia fazer, como regente deste continente, poderia a todo o tempo mover-se alguma dúvida, sem embargo da posse atual em que está. O suplicante pedia o despacho favorável do Capitão Mor Bento do Amaral, o qual solicitou informação da Câmara a 13 de outubro de 1791.

¹³⁵ Sobrinho do Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto, Antônio José de Miranda recebeu carta patente, do governador da capitania de São Paulo, Francisco da Cunha e Menezes, a 9 de janeiro de 1786, do posto de ajudante das Ordenanças da vila de Lages, cujo posto vagara por falecimento de Antônio Pereira que o exercia (DAESP, nº de ordem 368, Lº nº 22 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 118).

¹³⁶ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 133-v a 134.

¹³⁷ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 159-v a 160-v.

¹³⁸ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 93 a 93-v.

No mesmo mês, a 23, a Câmara, composta por Souza, Camargo, Corrêa, Arantes e Esteves, atestaram que os campos dos quais tratava a petição, não tinham impedimento algum, pois era certo que o Capitão Mor Corrêa Pinto, muito antes do seu falecimento, já os possuía e os fabricava com seus animais de criar e estava nos termos de poder requerer sua carta de sesmaria. E, a 28 de outubro de 1791, o Capitão Mor Regente Bento do Amaral Gurgel Annes, concedeu despacho favorável, dando 6 meses de prazo para que se requeresse sesmaria.

Pelos recenseamentos de Lages, nos anos de 1789 a 1794 foi relacionada a propriedade do Capitão José Antônio de Lacerda, com 7 ou 8 escravos, da qual era capataz José Joaquim Leme do Prado.

.....

Antônio Marques Arzão

Antônio Marques Arzão recebeu nombramento¹³⁹ do posto de tenente a 26 de maio de 1773, da Companhia de Auxiliares de Cavalaria da vila de Lages, por impedimento de Manuel Barbosa Franco que o exercia; não receberia soldo. E, a 10 de janeiro de 1786, pelo governador Francisco da Cunha e Menezes, recebeu carta patente¹⁴⁰ do posto de capitão de cavalaria auxiliar da vila de Lages, onde servia de tenente da mesma companhia, pela promoção de Bento do Amaral Gurgel Annes que o exercia. Há um José Marques Arzão que poderia ser filho ou sobrinho de Antônio Marques, que recebeu nombramento¹⁴¹, a 10 de janeiro de 1786, do posto de alferes da companhia de cavalaria auxiliar da vila de Lages da qual era capitão Antônio Marques Arzão. Antônio Marques de Arzão e José Marques Arzão, por se ausentarem de Lages, foram substituídos em seus postos. Antônio, em carta patente¹⁴² dada de 7 de outubro de 1794, da cidade de São Paulo, por Pedro da Silva Ribeiro, sendo governador Bernardo José de Lorena. José Marques, em carta patente¹⁴³, por Antônio Rodrigues Fão, na mesma data, pelo mesmo governador. José Marques Arzão era, em 28 de fevereiro de 1812, arrematante das passagens dos rios de Itapeitinga e seus anexos (Documentos Interessantes, volume LX, p. 76 a 77).

De acordo com uma carta¹⁴⁴ escrita por Miguel Gonçalves dos Santos, a 26 de outubro de 1820, da Armação de São Domingos, o Capitão Antônio Marques Arzão, no ano de 1788 foi administrador e um dos arrematantes da estrada que liga-

¹³⁹ DAESP, nº de ordem 367, Lº 19 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 51-v a 52.

¹⁴⁰ DAESP, nº de ordem 368, Lº nº 22 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 120.

¹⁴¹ DAESP, nº de ordem 368, Lº nº 22 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 120-v.

¹⁴² DAESP, nº de ordem 369, Lº nº 26 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 21 a 22.

¹⁴³ DAESP, nº de ordem 369, Lº nº 26 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 23 a 23-v.

¹⁴⁴ Documentos Interessantes, volume XXXVI, p. 128-132.

ria Desterro (atual Florianópolis) a Lages, “*por ser homem muito prático dos sertões, e até com suficiente indústria, e valor, para perseguir as feras, que se encontravam, e que estorvavam os trabalhadores, e acometiam os animais de carga, que era mister empregar.*” Adiante, escreveu o mesmo Santos:

“... e tendo bastante comunicação com alguns daqueles fazendeiros (de Lages e Vacaria) também a teve com o dito Capitão Antônio Marques Arzão, de quem era já conhecido na abertura da Estrada, e este Arzão, por amizade, comunicou ao Suplicante que naqueles Sertões havia um Monte, aonde fora por acaso pernoitar, que de certo seria o Grande Tayó, que diziam terem os Jesuítas sacado bastante prata pela parte de Missões; porque fazendo fogo de noite para a sua comida cozida, e servindo-se de três pedras para formar uma trempe a sua marmita, tendo chovido naquela noite, vira que de manhã as pedras estavam brancas pelas faces de dentro, e que levando as que pôde ao seu capitão mor, este o remetera com elas à vila de Laguna, donde fora logo enviado ao Governador de Santa Catarina, que então era o Brigadeiro Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Homem, o qual mandando fundir uma das ditas pedras pelo Juiz do Ofício da Prata, Luís Corrêa, este viera dizer que era prata finíssima...”

Arzão e sua mulher D. Ana Pedroso de Moraes¹⁴⁵ fizeram escritura¹⁴⁶ de venda, a 22 de julho de 1782 na vila de Lages, de uma meação de campos situados na costa da Serra deste continente e de 300 reses, ao Licenciado João Damasceno de Córdova. O documento foi passado no escritório do tabelião Antônio de Araújo França por preço de 200\$000. Os campos faziam divisa com Mateus José de Sousa por um ribeirão que vinha da costa da serra a fazer barra no rio Pelotas, junto ao Campo Redondo e da outra parte fazem divisa com os campos de Manuel de Barros por uns matos que estão sobre as vertentes do rio Pelotas, cuja meação de campos e benfeitorias, como também as terras lavradas e mais benfeitorias anexas à mesma fazenda sobredita que os ditos possuíam debaixo da serra no caminho velho que ia para Lages na vertente da marinha cujas terras partiam com as de Mateus José de Sousa.

A 7 de agosto de 1782 se fez lançamento¹⁴⁷ de uma petição com despacho favorável do Capitão Mor Regente Antônio Corrêa Pinto, para o Tenente Antônio Marques Arzão alegando ser morador na vila de Lages, onde achara uns campos devolutos entre o Morro Grande dos Tributos da banda do rio das Caveiras

¹⁴⁵ Ou D. Ana Leite, como veio consignado em seu óbito, a 26 de abril de 1796 em Lages (matriz, 1º, fls. 34-v), casada.

¹⁴⁶ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 96-v a 97-v.

¹⁴⁷ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 98 a 98-v.

e os tinha povoado havia um ano e esses ditos campos teria cerca de légua e meia em quadra. Pelos recenseamentos de Lages, Antônio Marques teria nascido cerca de 1735; nos anos de 1792 e 1794 era senhor de 3 escravos. No ano de 1796, já viúvo, possuía 4 escravos.

.....

Antônio Rodrigues de Oliveira

Antônio Rodrigues de Oliveira (SL, VIII, 196) nasceu a 18 de junho de 1733 na vila de Parnaíba, onde foi batizado¹⁴⁸ na sua igreja matriz aos 8 dias, a 24 de junho do mesmo ano. Era irmão inteiro de D. Maria Antônia de Jesus, mulher do Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto, filhos do Alferes Baltazar Rodrigues Fam e de sua mulher D. Isabel da Rocha do Canto. Casou-se no ano de 1754 na igreja matriz de Parnaíba com D. Isabel Antônia de Oliveira (SL, IV, 320), nascida cerca de 1737 em Parnaíba ou em Jundiáí, filha de Rafael de Oliveira Leme, sargento mor das vilas de Parnaíba e de Jundiáí e de sua mulher Bárbara Garcia de Lima. Antônio Rodrigues participou da campanha militar pelo território do Rio Grande no ano de 1764, quando saiu de Parnaíba no posto de alferes, para combater os espanhóis, sustentando à sua custa os soldados e cavalgadas que na referida diligência lhe eram precisos; fora nomeado, por nomenclatura, pelo Governador da Praça de Santos, Alexandre Luís de Sousa Menezes. Por duas vezes foi nomeado, pelos oficiais da companhia, capitão da mesma companhia. De volta a Parnaíba, já em 1765, quando foi recenseado, ausentou-se em Minas Gerais no ano de 1767, deixando em Parnaíba mulher e filhos, quando viveu no Arraial de Lage.

Acompanhou seu cunhado, o Capitão Mor Regente Antônio Corrêa, com a finalidade de fundar a vila de Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos das Lages, sendo proposto pelos oficiais da câmara da nova vila para o referido posto. Recebeu carta patente¹⁴⁹ de sargento mor da vila de Lages, a 16 de maio de 1773, pelo Governador D. Luís Antônio de Sousa, patente¹⁵⁰ que foi confirmada em abril de 1779, de Lisboa, pela Rainha D. Maria. É provável que esta patente de confirmação não o tenha alcançado em Lages, por neste mesmo ano passara a residir no seu sítio em Araçariguama, próxima a Parnaíba. No ano de 1780 era juiz ordinário da vila de Parnaíba, como se pode verificar no inventário¹⁵¹ de Inês Dias de Alvarenga. Por um ofício¹⁵² do General Francisco da Cunha Menezes, governador da Capitania de São Paulo, datado de 7 de maio de 1785, fica-se sabendo que, nessa data recebeu licença

¹⁴⁸ ACDJ, Lº 1º de batizados de Santana de Parnaíba, fls. 78-v.

¹⁴⁹ DAESP, nº de ordem 367, Lº 19 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 47-v a 49.

¹⁵⁰ DAESP, nº de ordem 380, Lº 54, fls. 9-v e 10.

¹⁵¹ DAESP, nº de ordem 512.

¹⁵² Documentos Interessantes, volume 85, p. 158.

para se ausentar de Lages, ficando no comando do distrito de Lages o Capitão Bento do Amaral Gurgel Annes. Foi morador na freguesia de Araçariguama até, pelo menos 1792. Seu substituto no posto de sargento mor de Lages, Joaquim José Monteiro, recebeu a nomeação apenas a 20 de julho de 1789. Já era falecido em 1801 e, verificando que sua mulher e parte da família vivia em Sorocaba, é bem possível que tenha se deslocado para esta vila já com alguma idade.

Antônio Rodrigues de Oliveira era senhor, em Lages, de uma propriedade denominada *Lageado Grande*, contígua à Fazenda do *Guarda Mor*, como bem consta na referência que se fez ao Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto.

Antônio Rodrigues foi proprietário, também, de uns campos denominados *a mulada*, no termo da vila de Lages, sendo vendidos para o casal¹⁵³ Bento Martins Cardoso e Germana Conceição. Este casal passou escritura¹⁵⁴ de venda desses campos a 24 de junho de 1789, no escritório do tabelião Antônio de Araújo França, sendo comprador Salvador Martins França¹⁵⁵, por preço e quantia de 140\$000, a serem pagos em dois anos. Os campos faziam suas divisas com os campos de Manuel de Barros que em outro tempo pertenciam a Joaquim Rodrigues dos Santos por um *lageado* e por outra parte com os campos da fazenda de D. Maria Antônia de Jesus (viúva do Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto), então pertencente ao casal do Capitão José Antônio de Lacerda, correndo suas vertentes para o rio das Caveiras de cujos campos reservavam os ditos vendedores um *potreiro* antigo que o mesmo comprador muito bem conhecia, cujo *potreiro* se achava anexo a um *potreiro* da dita fazenda chamada o *Guarda Mor*.

.....

Antônio de Sousa Pereira

Antônio de Sousa Pereira faleceu¹⁵⁶ a 2 de agosto de 1786 em Lages, vítima de um tiro, com cerca de 70 anos de idade, tendo feito testamento. Era português, natural da freguesia de Santa Marta, bispado de Penafiel. Foi juiz ordinário¹⁵⁷ nos anos de 1779 e 1780. Antônio de Sousa Pereira era senhor de um rincão de terras, doado, por escritura passada a 4 de dezembro de 1774 na vila de Lages ao Reverendo

¹⁵³ O casal Bento Martins Cardoso e Germana da Conceição foram recenseados em Lages em 1803. Ela era negra, nascida cerca de 1750 e ele se ausentara para Curitiba.

¹⁵⁴ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 42 a 43.

¹⁵⁵ Tenho notícia de um Salvador Martins que se casou a 11 de abril de 1814 na matriz de Lages (2º, fls. 36) com Lúcia Maria, natural da freguesia de Lages, filha de José Ribeiro e de sua mulher Teresa Maria. Salvador também era natural de Lages, filho de Bento Martins e de sua mulher Germana da Conceição, já defuntos em 1814.

¹⁵⁶ ACDL, Lages, matriz, 1º, fls. 20.

¹⁵⁷ DAESP, nº de ordem 257.

Padre Inácio Álvares Machado, para uso de seus animais. Essas terras foram havidas por carta de sesmaria e por compra. O sítio ficava no lugar chamado a *Porteira* que havia sido do Padre José Carlos da Silva. Confrontava-se com um córrego onde se achavam dois marcos que dividia a fazenda do dito Antônio de Sousa, com os campos de Sebastião Pinto dos Reis e por outra parte com um dos mesmos marcos a fazenda do Capitão Manuel de Araújo Gomes e, pela parte da fazenda dele Antônio de Sousa dividia um córrego que fazia barra na porteira que fora do Padre José Carlos, o qual córrego nascia de um morro que passava por detrás das casas e sítio do mesmo rincão.

Belchior de Arantes

Belchior de Arantes, por outro nome João da Costa Arantes, nasceu cerca de 1741 na freguesia de Santa Maria de Ferreiros, arcebispado de Braga. Era solteiro a 3 de janeiro de 1781 em Lages, quando depôs no processo¹⁵⁸ crime do qual foi autor o juiz ordinário Antônio Marques Arzão. Faleceu¹⁵⁹ a 5 de setembro de 1803 em Lages, de tísica. Belchior de Arantes fez escritura¹⁶⁰ de venda a 11 de abril de 1787 na vila de Lages, no escritório do tabelião Antônio de Araújo França, da fazenda intitulada *Aleixo*, sendo comprador Gregório Barbosa, com os campos e os animais, por preço e quantia de 609\$000. Fazia suas divisas para a banda de Salvador Rodrigues Penteado pelo ribeirão chamado São Bartolomeu e pela banda do Licenciado João Damasceno de Córdova por um pântano que ficava por detrás de uma roça velha e para a parte do poente fazia seus fundos o sobredito ribeirão São Bartolomeu com o pelotinhas onde faz barras. Em outra escritura¹⁶¹, alegando que, por um despacho do capitão mor regente da vila, era senhor e possuidor de uns campos, vendeu, a 22 de abril de 1788 na vila de Lages, no escritório do tabelião Antônio de Araújo França, pelo preço de 100\$000 a Agostinho Alves Garcia. Estes campos se situavam na outra banda do rio Pelotinhas, a saber do Lageado para diante, confrontando-se de uma parte com o sito lageado que fazia barra no rio Pelotinhas abaixo o qual lhe servia de fundos até um córrego ou ribeirão que corria da estrada para o mesmo rio Pelotinhas, cujo ribeirão servia de divisa aos campos dele vendedor que foram de Aleixo Leme e por outra parte a mesma estrada lhe servia de divisa. De acordo com o Censo de 1798 em Lages, era taverneiro e no de 1803, era senhor de 4 escravos.

¹⁵⁸ ACMSP, Processos Crimes de Lages, sem catalogação.

¹⁵⁹ ACDL, Lages, matriz, 2º, fls. 16-v.

¹⁶⁰ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 1 a 1-v.

¹⁶¹ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 24 a 25.

Bento do Amaral Gurgel Annes

O Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes¹⁶², antes, Bento Ribeiro do Amaral, nasceu em São Paulo, no sítio de Emboaçava, tendo sido batizado na Sé a 11 de setembro de 1730, filho de José Gonçalves Ribeiro e de sua mulher D. Isidora do Amaral. O seu batizado e a sua vida antes do casamento vêm transcritos na processo de banhos que fez para se casar, em 1760, com D. Catarina Soares de Jesus Fragoso (meia-irmã do Tenente Bento Soares da Mota). Recebeu carta patente¹⁶³, passada pelo Morgado de Mateus da cidade de São Paulo a 5 de agosto de 1768, de capitão de Auxiliares da Cavalaria do Sertão das Lages. Deveria requerer confirmação de Sua Magestade através do seu Conselho Ultramarino, mas nunca o fez e nem por isso foi destituído. E, finalmente, a 7 de janeiro de 1786, da cidade de São Paulo, sendo governador da capitania de São Paulo Francisco da Cunha e Menezes, recebeu carta patente¹⁶⁴ de capitão mor regente da vila de Lages e sertão de Curitiba, por falecimento de Antônio Corrêa Pinto que o exercia. Bento era capitão da cavalaria auxiliar, onde tinha feito muitos serviços e fora proposto pelos oficiais da câmara. Haveria posse, juramento e menagem na forma do estilo.

Casou-se primeira vez, com processo¹⁶⁵ de banhos corrido no ano de 1760, com D. Catarina Soares de Jesus Fragoso, natural de Taubaté, onde foi batizada¹⁶⁶ a 2 de agosto de 1743, filha de Álvaro Soares Fragoso e de sua mulher Catarina Garcia de Unhatte, já defuntos em 1760. D. Catarina Soares faleceu¹⁶⁷ a 18 de dezembro de 1787 em Lages e Bento casou-se segunda vez¹⁶⁸, a 4 de abril de 1796 na matriz de Lages com D. Genoveva Raquel da Fontoura, nascida cerca de 1778 em Vacaria, filha do Sargento Mor Miguel Pedroso Leite (vide este nome, nesta série) e de sua mulher D. Inocência Pinto. Bento do Amaral faleceu¹⁶⁹ a 8 de junho de 1812 em Lages e D. Genoveva¹⁷⁰ a 22 de abril de 1815 em Lages.

Bento do Amaral Gurgel Annes havia recebido de dote de seu cunhado o Tenente Bento Soares da Mota (vide, adiante), uma fazenda na paragem denominada

¹⁶² BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *A Família Amaral Gurgel: revisão crítica e contribuições genealógicas*. In: *Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro*, São Paulo: IMESP, 1991, p. 665

¹⁶³ DAESP, nº de ordem 366, Lº nº 18 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 18-v a 19.

¹⁶⁴ DAESP, nº de ordem 368, Lº nº 22 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 117.

¹⁶⁵ ACMSP, processo nº 4-71-497.

¹⁶⁶ Livros de Taubaté, matriz, 7º, fls. 66-v.

¹⁶⁷ ACDL, Paróquia de Lages, matriz, 1º, fls. 22.

¹⁶⁸ ACDL, Paróquia de Lages, matriz, 1º, fls. 46.

¹⁶⁹ ACDL, Paróquia de Lages, matriz, 2º, fls. 29-v.

¹⁷⁰ ACDL, Paróquia de Lages, matriz, 2º, fls. 34-v.

Tijucas. O Capitão Bento do Amaral e o Tenente Bento Soares passaram escritura de venda de metade dessa fazenda (a outra metade continuaria a pertencer a Bento do Amaral), por preço de 1:050\$000, a 27 de julho de 1774 na vila de Lages, a João da Costa Moreira (vide este nome entre os sesmeiros); a fazenda, de criar animais, era composta de campos, casas e currais e mais benfeitorias e partia do Norte com os campos do Furriel Pedro da Silva Ribeiro, fazendo divisa com um restingão de mato que nascia da Serra do Mar e findava na barra do ribeirão da Porteira e pela parte de Leste pela Serra do Mar e pela do Sul com os campos do posto de Jararaca dele mesmo comprador, fazendo divisa por um ribeirão que nascia ao pé da serra do mar e fazia barra no rio das Contas acima do paço que ia o dito posto de Jararaca, cujos campos eles vendedores trespassavam ao comprador com todo o gado que se achasse dentro das confrontações expressadas e declaradas do gado chucro que chamam *chimarrão* com o pretexto de tirarem o gado manso que se achar nos ditos campos no primeiro verão próximo.

A 26 de janeiro de 1784 na vila de Lages, sendo tabelião Antônio de Araújo França, passou-se escritura¹⁷¹ de venda de uma fazenda de criar animais, em casas de morada do Capitão Comandante Bento do Amaral Gurgel Annes, situada na Costa da Serra do continente da vila de Lages. Era vendedor João Damasceno de Córdova e comprador o mesmo Bento do Amaral, sendo tabelião Antônio de Araújo França. A fazenda fazia divisa, por uma parte, com Mateus José de Sousa por um ribeirão que vinha do alto da serra a fazer barra no rio Pelotas junto ao Campo Redondo e da outra parte fazia divisa com os campos de Manuel de Barros por uns matos que estavam sobre as vertentes do rio Pelotas cujos campos e benfeitorias e sítio debaixo da serra a ela anexo e todo gado vacuum, tudo quanto na dita fazenda houver, vendia ao dito Capitão Comandante por preço e quantia de 5 mil cruzados, que eram 2:000\$000, que pagou com éguas e pastores, restando a quantia de 945\$000, quantia que o dito João Damasceno de Córdova era a dever aos herdeiros do falecido Capitão Pedro da Silva Chaves. Essa fazenda foi adquirida por João Damasceno por compra que este fez ao Tenente Antônio Marques Arzão e da outra meação havia comprado a Antônio de Sousa Pereira. Essa mesma fazenda foi depois vendida ao Alferes Pedro da Silva Ribeiro, em escritura¹⁷² passada a 22 de abril de 1784 na vila de Lages, pelo tabelião Antônio de Araújo França, pelo preço de 1:800\$000, o que faz supor que houve desistência do Capitão Bento do Amaral. No dia seguinte, 23 de abril de 1784, na vila de Lages, os novos compradores dividiram essa fazenda, nomeada como Faxinal e passaram duas escrituras de venda, ambas no escritório do tabelião Antônio de Araújo França, na vila de Lages. Eram vendedores o Alferes Pedro da Silva Ribeiro e sua mulher Ana Maria Saldanha. A primeira escritura¹⁷³ foi de venda

¹⁷¹ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 120 a 122.

¹⁷² 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 123-v a 124-v.

¹⁷³ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 125 a 125-v.

de metade da Faxinal por preço de 225\$000 a Mateus José de Sousa; a segunda¹⁷⁴, pelo mesmo preço para Manuel de Barros. Ratificando e alterando as divisas, a 10 de maio de 1791 na vila de Lages, fizeram escritura¹⁷⁵ de trato e amigável composição Mateus José de Sousa e Manuel de Barros de Jesus da divisa de uns campos que compraram ao Tenente Pedro da Silva Ribeiro. Estes campos situavam-se na Costa da Serra chamado *Faxinal*, alterando as divisas para um córrego que ficava a um lado do intitulado *Rodeio do Meio*, ficando este pertencendo a Mateus José de Sousa e do tal córrego correndo acima a procurar as cabeceiras do *Capão Grande* que ficava como divisa, a saber para a parte de cima pertenceria a Manuel de Barros e para a parte de baixo a Mateus José de Sousa e da ponta do *Capão Grande* vinha um ribeirão da Serra do Mar, o qual serviria a ambos de divisa.

Pelos recenseamentos de Lages verifica-se que, apesar de ser o capitão mor da vila, não era o mais potentado. No ano de 1789, possuindo 10 escravos, era senhor de duas propriedades, sendo que na fazenda “a Ilha” era seu capataz José Caetano de Sousa. No ano de 1798, com 7 escravos, e já casado segunda vez, era senhor de uma fazenda de criar éguas, gado e bestas que marcava anualmente entre machos e fêmeas: gado (400), cavalar (110) e bestas (10); plantava mantimentos para o seu gasto, colhendo anualmente: 200 alqueires de milho, 40 de feijão e 18 de trigo; vendia para Curitiba 50 bois e 40 potros.

.....

Bento Soares da Mota

O Tenente Bento Soares da Mota fez escritura de doação, a 5 de janeiro de 1776, a Domingos Leite Peixoto de uma morada de casas de palha sitas na vila de Lages, na rua de cima, por detrás da igreja e de dois escravos. Havia uma condição, a de que ele Bento Soares morasse nas ditas casas enquanto fosse vivo e apenas por seu falecimento, aquelas casas passariam ao dito Domingos Leite. Bento Soares da Mota nasceu cerca de 1705 em Taubaté e era filho natural de Álvaro Soares Fragoso; faleceu¹⁷⁶ a 17 de maio de 1801 em Lages, quando deveria contar com 96 anos de idade (não tinha, portanto, os 134 anos atribuídos em seu óbito), ocasião em que o Padre Vigário Manuel Moniz Simões fez o seguinte lançamento no livro de óbitos:

Não fez testamento por não ter de que, porquanto sendo ele o primeiro fundador e descobridor deste sertão, foi senhor e possuidor de quase a metade deste continente e nele fundou muitas fazendas de gado vacuns cavalares; as quais prodigamente doou; e vendeu ficando totalmente espúrio, sendo

¹⁷⁴ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 16-v a 17-v.

¹⁷⁵ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 88 a 88-v.

¹⁷⁶ ACDL, Paróquia de Lages, matriz, 2º, fls. 11.

antes muito abastado e poderoso; cujo nome pela grande fama causava espanto; tinha de idade cento e trinta e quatro anos mais ou menos, ainda montava a cavalo e quase não parecia decrépito senão um ano antes de sua morte. Recebeu todos os sacramentos; e morreu no seu juízo com grande mostra de predestinado escolhido para o céu; seu corpo foi amortalhado em hábito franciscano de burel e por mim acompanhado; teve quatro momentos cantados pedidos por João Antonio Borges; a ele fiz ofício solene de sepultura com missa de corpo presente; foi enterrado na sepultura acima das grades acompanhado com a cruz da fábrica; e não levou nada de sepultura pela grande esmola que fez na sua vida afalescido a igreja de quarenta digo de vinte vacas quando se fundou esta igreja, e consta do livro da fundação. Constam que não tivera filhos do matrimônio; porem ilegítimos tivera dois e que um se chamava Anselmo Soares da Mota e falecera em Viamão...

O Tenente Bento Soares da Mota foi o maior proprietário de terras dos primeiros tempos de Lages, como ficou registrado em seu óbito. Por documentos, apenas foi possível coligir uma escritura de dote que ele faz para que Bento do Amaral Gurgel Annes (antes chamado de Bento Ribeiro do Amaral) se casasse com sua meia-irmã Catarina Fragoso que consistia em uma fazenda em cima da serra no lugar das Tijucas, com as vacas e éguas que nela existirem e mais pertences. Um primeiro escrito¹⁷⁷ se fez em Viamão, onde não havia tabelião, a 29 de junho de 1753, na presença das testemunhas o Padre Tomás Larque, Antônio José Pinto, Francisco de Almeida e João Garcia Dutra; com a obrigação de que metade da fazenda fosse de Álvaro Soares Fragoso, sogro dele Ribeiro do Amaral. Essa mesma doação¹⁷⁸ foi depois reiterada na presença do Padre José Carlos da Silva, de Francisco Manuel da Silva e de Manuel Bernardes dos Reis, em um papel assinado a 26 de junho de 1755 e, por não haver tabelião público no local, foi reconhecida na Capela de Viamão a 5 de agosto de 1755, sendo testemunhas Domingos de Lima Veiga, José Antônio Ferreira de Carvalho e José Bezerra Cavalcanti do Amaral Gurgel, sendo escrivão Inácio Osório Vieira.

.....

João Damasceno de Córdova

João Damasceno de Córdova era licenciado, ou seja, tinha licença para exercer alguma função exclusiva a formados, sem o ser. Era compositor de solfa, conforme constou no Censo de 1798. Nasceu a 24 de outubro de 1742 em Santos,

¹⁷⁷ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 25 a 25-v.

¹⁷⁸ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 16-v a 17-v.

SP, onde foi batizado¹⁷⁹ a 31 de outubro de 1742. Era filho de Nicolau Gonçalves, nascido na freguesia de São Pedro de Avintes, concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto, Portugal, soldado na praça de Santos e de sua mulher Mariana Ribeiro de Córdoba, de família de Santos e que deveria ser, pelo tempo, neta do casal João Lim e Esperança Rodrigues de Córdoba, apelido este, **Lim** (curiosamente, em Lages, vinha grafado, às vezes, erroneamente, Lins) que seus descendentes assinavam em Lages. João Damasceno de Córdoba foi juiz ordinário de Lages no ano de 1795, já sendo falecido no ano de 1805, conforme o Censo de 1805, onde se informa que faleceu na cidade de São Paulo. João Damasceno de Córdoba recebeu carta patente¹⁸⁰ de sargento mor das ordenanças da vila das Lages, dada da cidade de São Paulo a 8 de fevereiro de 1799 pelo governador Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, por falecimento de Manuel Rodrigues de Ataíde, que o exercia e ser proposto pelos oficiais da câmara da dita vila, da qual era Capitão Mor Regente Bento do Amaral Gurgel Annes, sem vencer soldo algum. No recenseamento de 1798 era senhor de 4 escravos e marcava, em sua fazenda de criar animais, anualmente: cavalos (16), muar (20), vacas (12) e ovelhas (100), vendendo nesta vila 18 mulas; plantava mantimentos para o gasto de sua casa, colhendo 50 alqueires de milho, 30 de feijão e 16 de trigo, e 5 pedras de linho. No censo de 1803 em Lages, o Sargento Mor João Damasceno foi qualificado como fazendeiro em Lages e em Vacaria, era senhor de 7 escravos.

Foi o terceiro e último marido de D. Maria de São Boaventura do Amaral e Silva, com quem promoveu banhos¹⁸¹ no ano de 1785 D. Maria fora casada primeira vez com José Francisco de Moraes Navarro (vide este nome) e segunda vez como Alferes José Raposo Pires (vide este nome). João Damasceno antes, fora morador em Cotia e, por ter sido padrinho de batismo de um filho de D. Maria, sua noiva, esse parentesco espiritual serviu de impedimento para a celebração do matrimônio. Pelo fato da oradora se achar infamada com o orador (João Damasceno) este quase foi morto pelos seus inimigos e pelos parentes da noiva que o ameaçavam. Foi necessária a intervenção do vigário de Lages, o Padre Antônio Antunes de Campos que escreveu a 1º de novembro de 1784:

“Os oradores são pessoas brancas, de boa qualidade, da oradora falo [com] mais conhecimento por ser nacional de São Paulo, e do orador inda que é filho de Santos, tenho informação que é de gente boa. Os haveres de um, e outro são módicos, mas não deixarão de ter meios de viver parcamente. A necessidade de casar o orador com a oradora é muito grande, pois só assim se remediarão as conseqüências funestas, que poderão tornar

¹⁷⁹ ACDS, Paróquia de Santos, matriz, 23-v.

¹⁸⁰ DAESP, nº de ordem 371, Lº nº 30 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 52-v e 53.

¹⁸¹ ACMSP, processo nº 5-87-1627, fls. 24 em diante.

a suceder. Tudo é público. Tem a oradora os filhos que declaram em um dos artigos. O que tudo sei por serem meus fregueses.”

Apenas a 13 de fevereiro de 1786 o Bispo de São Paulo, D. Frei Manuel, concedeu a dispensa matrimonial aos oradores.

João Damasceno de Córdova adquiriu, em um lançamento¹⁸² de um papel no cartório do tabelião Antônio de Araújo França, que pediu o comprador, a 24 de abril de 1784 na vila de Lages. Tratava-se da fazenda Três Morrinhos, por preço e quantia de 425\$000, que vendia Antônio Francisco de Andrade, pelos poderes que lhe havia passado sua mãe D. Rita Antônia da Silva Serra, a qual recebeu esta fazenda por penhora para pagamento que lhe devia o falecido Ajudante Antônio Pereira de Abreu e Silva¹⁸³.

Em uma escritura¹⁸⁴ de venda feita em Lages a 7 de outubro de 1789, João Damasceno de Córdova e sua mulher D. Maria de S. Boaventura vendiam a Fazenda de Santa Rita ao Sargento Mor da vila de Lages, Joaquim José Monteiro, na paragem intitulada a Fazenda Bonsucesso e Buçoroca, cujos campos faziam divisa pela parte do Leste com o Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes, servindo de divisa um ribeirão grande chamado o Lageado que nasce da serra a rumo do Norte e faz barra no rio Lavatudo, a rumo do Sudeste e da parte do Sul serve de divisa o mesmo rio Lavatudo e para a parte do dito comprador faz divisa com um ribeirão intitulado Santana que faz sua barra no rio Caveiras de divisa até sua foz; os compradores houveram esses campos por compra que fizeram a 16 de novembro de 1779, José Francisco de Moraes Navarro, ao Tenente Bento Soares da Mota.

.....

Joaquim Barbosa Leite

Joaquim Barbosa Leite nasceu a 7 de fevereiro de 1762 em Araçariguama, onde foi batizado a 15 do mesmo mês, filho de Inácio Barbosa de Araújo, antigo morador de Lages e de sua mulher Maria Leite de Barros (Penteado). Casou-se, depois de proceder aos banhos¹⁸⁵, a 14 de julho de 1789, na matriz de Araçariguama, com Ana Teodora de Oliveira, nascida cerca de 1768 no Arraial de Lage (atual mu-

¹⁸² 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 127-v a 128.

¹⁸³ Antônio Pereira de Abreu e Silva, povoador da vila, recebeu carta patente do posto de ajudante a 17 de maio de 1773, do Governador da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus. Não receberia soldo algum (DAESP, nº de ordem 367, Lº nº 19 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 49 a 49-v).

¹⁸⁴ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 53-v a 55.

¹⁸⁵ ACMSP, processo de dispensa matrimonial nº 6-23-1877.

nicípio de Resende Costa, MG), filha natural do Sargento Mor de Lages Antônio Rodrigues de Oliveira e de Maria Antônia de Siqueira, mulher solteira.

Joaquim Barbosa Leite vendeu, em escritura passada a 31 de julho de 1786 na vila de Lages, no escritório do tabelião Antônio de Araújo França, uma fazenda de criar animais vacuns e cavalares denominada Boa Vista, com todas as éguas que nela se achasse, por preço e quantia de 700\$000. O comprador era Felipe Néri Bueno. Os campos partiam de uma parte com Antônio Gonçalves Padilha, dividindo-os um ribeirão que corre do sítio da mesma fazenda para as Pelotinhas e da outra parte confrontavam com a fazenda do Licenciado João Damasceno de Córdova, fazendo fundos para os Índios Mortos com 3 léguas de comprido e uma de largo, conforme as sesmarias que concedia Sua Magestade aos povoadores e do outro lado os dividia o rio chamado *Lavatudo*.

.....

Joaquim José Monteiro

Joaquim José Monteiro era português, nascido (cerca de 1745) e batizado na freguesia de Nossa Senhora da Vitória da cidade e bispado do Porto, filho de Manuel Monteiro da Maia e de sua mulher Ana Luiza Clara. Casou-se¹⁸⁶ a 24 de março de 1781 em Lages com D. Bárbara Garcia de Barros, nascida cerca de 1747 na vila de Santana de Parnaíba, viúva do Tenente Manuel Barbosa Franco e filha de Antônio de Oliveira Bernardes (SL, IV, 320) e de sua mulher D. Ana Peres Moreira (SL, III, 461). Joaquim José faleceu¹⁸⁷ aos 47 anos de idade a 22 de abril de 1793 em Lages, no posto de sargento mor. De acordo com os recenseamentos de Lages nos anos de 1789 e 1792, era senhor de 14 escravos. No ano de 1796 a viúva D. Bárbara Garcia já se achava casada¹⁸⁸ com o Tenente Joaquim Ferreira Barbosa, nascido cerca de 1766, ausente.

Foi o segundo sargento mor da vila de Lages, substituindo a Antônio Rodrigues de Oliveira que se ausentara. Sua carta patente¹⁸⁹ foi passada a 20 de julho de 1789 da cidade de São Paulo, pelo governador da capitania de São Paulo Bernardo José de Lorena; ainda era capitão mor Antônio Corrêa Pinto. Joaquim José foi reformado¹⁹⁰ no posto de sargento mor, com todas as honras, por um ofício do Governador da Capitania o General Bernardo José de Lorena, a 6 de dezembro de 1792,

¹⁸⁶ ACDL, Paróquia de Lages, matriz, 1º, fls. 20.

¹⁸⁷ ACDL, Paróquia de Lages, matriz, 1º, fls. 29.

¹⁸⁸ O casamento realizou-se a 1º de março de 1795 na matriz de Lages (1º, fls. 44-v). O noivo, qualificado como alferes, era natural da vila de Jundiá, SP, não constando sua filiação.

¹⁸⁹ DAESP, nº de ordem 369, Lº nº 25 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 53-v.

¹⁹⁰ Documentos Interessantes, op. citado, XLVI, p. 187.

atendendo ao bem público, tendo em vista as contínuas desordens entre ele e os moradores da vila de Lages.

Joaquim José Monteiro adquiriu, por escritura pública passada a 29 de novembro de 1779 na vila de Lages, de Domingos José Pereira Guimarães, uma fazenda chamada *Buçoroca* que partia de um ribeirão chamado *Santana* que sua vertente nascia da parte da Serra do Mar, o Norte com campos de José Francisco de Moraes Navarro, fazendo barra no rio dos *Caronas* servindo de divisa o mesmo rio de *Caronas* até a sua divisa com campos do Capitão Simão Barbosa Franco por um ribeirão que se achava na tapera que fora do Alferes Manuel de Sousa Passos e se juntava ao ribeirão *Sepultura* até fazer barra no rio *Lavatudo* e ao Sul com campos do Capitão Bento do Amaral Gurgel Annes fazenda divisa o rio *Lavatudo* e para a parte da Serra tudo quanto se achar, como casas, currais, árvores e todos os mais pertences e benfeitorias, com 187 éguas e 6 pastores.

O Sargento Mor Joaquim José e sua mulher D. Bárbara Garcia de Barros venderam a fazenda *Buçoroca* e *Santana* em escritura¹⁹¹ passada a 8 de novembro de 1791, na vila de Lages, em suas casas de morada, onde foi o tabelião Antônio de Araújo França; era comprador o Sargento Mor Miguel Pedroso Leite (vide este nome). Os outorgantes vendiam os campos anexos às fazendas, bem como os animais que dentro se encontrassem e assim mais uma morada de casas situadas nesta vila, de taipa cobertas de telhas de que de um lado partiam com o Capitão Manuel Rodrigues de Ataíde e da outra como Tenente Pedro da Silva Ribeiro e uma chácara situada na paragem denominadas *as cancelas* com suas casas de vivenda cobertas de palha e com todas as mais benfeitorias pertencentes e terras lavradas e campos de seus logradouros. Os campos de *Buçoroca* e *Santana* por 560\$000 e as casas da vila por 500\$000. Havia uma única cláusula, a de que conseguirem eles vendedores do capitão general da Capitania a licença para saírem do continente das Lages.

.....

José Bezerra Cavalcanti do Amaral Gurgel

Em seu óbito¹⁹² lançado em Lages, o primeiro a ser lançado na nova freguesia, o então pároco, Frei Tomé de Jesus, transcreveu como *Capitão José Bezerra Calvagante do Amaral Gurgel*. Havia falecido a 12 de outubro de 1767 em Lages e foi sepultado no oratório de Nossa Senhora dos Prazeres a 14 do mesmo mês. José Bezerra¹⁹³ era natural de São Paulo, filho de um pernambucano, o Licenciado Manu-

¹⁹¹ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 91 a 92-v.

¹⁹² ACDL, Lages, matriz, 1º, fls. 1.

¹⁹³ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *A Família Amaral Gurgel: revisão crítica e contribuições genealógicas*. In: *Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro*, São Paulo: IMESP, 1991, p. 662.

el Bezerra Cavalcanti e de sua mulher (casados em 1722 na cidade de São Paulo), a paulista D. Mecia de Arão Gurgel; era primo irmão do Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes. José Bezerra havia recebido provisão¹⁹⁴ do governador da Praça de Santos e comarcas de São Paulo e Paranaguá o Mestre de Campo Luís Antônio de Sá Queiroga, a 17 de agosto de 1749, da vila de Santos, de tabelião e mais anexos da vila de Taubaté, por tempo de seis meses. Sucessivamente recebeu novas provisões¹⁹⁵ para a mesma função, a 20 de fevereiro de 1750, a 2 de setembro de 1750, 25 de julho de 1756 e a 22 de janeiro de 1757. É provável que apenas após essa data ele tenha se deslocado para o Sul.

Deve ter sido o primeiro Amaral Gurgel a pisar em Lages. A 2 de novembro de 1765, de Viamão, foi nomeado¹⁹⁶, pelo Governador do Rio Grande, capitão de uma companhia de aventureiros. A 20 de janeiro de 1767, de Viamão, recebeu, do Governador da capitania do Rio Grande, provimento de capitão de aventureiros da cavalaria. No mesmo mês e ano, a 29 recebeu registro¹⁹⁷ de uma quitação de prestação de contas de armamentos, acessórios e arreios recebidos para a companhia.

Foi registrada no 1º Ofício do Cartório de Notas de Lages uma cópia de uma carta de sesmaria¹⁹⁸ que foi passada a José Bezerra Cavalcanti do Amaral Gurgel a 14 de março de 1768, da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, por D. Antônio Rollim de Moura, Conde de Azambuja e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil. José Bezerra veio qualificado como capitão de aventureiros de cavalo, existente nas fronteiras de São Caetano de Barrancas. Em sua petição o suplicante alegara que ele descobrira uns campos, havia cerca de 3 anos, entre o rio das Três Cruzes e outro chamado do Inferno, que passam pelas Lages e Vacaria e porque os povoara com animais vacum e cavalos havia 2 anos. Foi-lhe passada sesmaria de légua e meia de testada do cume do Morro Agudo, onde por natureza estava uma pedra plana na face superior, com a figura circular, correndo o rumo do Nordeste para o Sudeste, e os fundos o que Sua Magestade está servido conceder para o rio chamado do Inferno, com suas enseadas e logradouros, que requerendo ao governador do continente do Rio Grande, lhe deferiu.

.....

¹⁹⁴ DAESP, nº de ordem 362, Lº 8 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 39.

¹⁹⁵ DAESP, nº de ordem 362, Lº 8 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 54; Lº 14, fls. 108, 124-v e 138 (respectivamente).

¹⁹⁶ AAHRGS, v. 11, p. 164.

¹⁹⁷ AAHRGS, v. 11, p. 170-171.

¹⁹⁸ Já era falecido quando recebeu essa sesmaria.

José Francisco de Moraes Navarro

José Francisco de Moraes Navarro nasceu em Taubaté, onde foi batizado¹⁹⁹ na sua igreja matriz a 29 de junho de 1741, filho de Manuel Pedroso de Moraes (SL, V, 443) e de sua mulher Rosa Maria de Jesus (SL, VII, 458), naturais de Taubaté e moradores em Caçapava, então bairro de Taubaté. Ele e sua mulher, D. Maria de S. Boaventura, promoveram banhos²⁰⁰ no ano de 1775. Nesse processo de banhos José Francisco declarou ser assistente e morador na freguesia de Lages e que ele, suplicante, vindo a esta cidade de São Paulo com o seu negócio de gado vacum, fez contrato de casamento com D. Maria, alegando não haver impedimento algum entre eles e que não tivera mais residência que sua naturalidade e de presente na freguesia de Lages, onde era morador. Faleceu²⁰¹, tendo feito testamento, a 22 de novembro de 1782 em Lages, onde vivia de sua fazenda de criar animais vacuns e cavalares. Era sobrinho do Tenente Bento Soares da Mota e, por afinidade, sobrinho do Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes, dos primeiros povoadores de Lages. Aparece na relação de inventariados de Lages no ano de 1783 (MJC), mas seu processo não foi localizado. D. Maria de São Boaventura do Amaral e Silva²⁰² nasceu na cidade de São Paulo, onde foi batizada²⁰³ a 20 de julho de 1749. Sabia assinar, podendo-se afirmar que foi das primeiras mulheres lageanas a fazê-lo, de próprio punho. Ela veio a falecer²⁰⁴ a 4 de janeiro de 1817 em Lages. Ela se casou segunda vez com o Alferes José Raposo Pires (vide este nome) e terceira e última vez, com João Damasceno de Córdova (vide este nome).

José Francisco de Moraes Navarro foi senhor de terras em Lages. Em uma escritura²⁰⁵ de venda feita em Lages a 7 de outubro de 1789, João Damasceno de Córdova e sua mulher D. Maria de S. Boaventura vendiam a *Fazenda de Santa Rita* ao Sargento Mor da vila de Lages, Joaquim José Monteiro, na paragem intitulada a *Fazenda Bonsucesso e Buçoroca*, cujos campos faziam divisa pela parte do Leste com o Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes, servindo de divisa um ribeirão grande chamado *o Lageado* que nasce da serra a rumo do Norte e faz barra no rio *Lavatudo*, a rumo do Sudeste e da parte do Sul serve de divisa o mesmo rio *Lavatudo* e para a parte do dito comprador faz divisa com um ribeirão intitulado *Santana* que faz sua barra no rio *Caveiras* de divisa até sua foz; os compradores obtiveram esses

¹⁹⁹ Seu batizado foi lançado às fls. 29 do processo nº 5-41-1119 (ACMSP), fls. 26 a 44.

²⁰⁰ ACMSP, processo de nº 5-41-1119, fls. 26 a 44.

²⁰¹ ACDL., Lages, matriz, 1º, fls. 15-v.

²⁰² ECC-IGB, p. 663.

²⁰³ ACMSP, Livros de batizados da Sé, 4º, códice 2-2-33, fls. 187.

²⁰⁴ ACDL, Lages, matriz, 2º, fls. 37.

²⁰⁵ 1º Ofício de Notas de Lages, livro nº 3, fls. 53-v a 55.

campos por compra que fez a 16 de novembro de 1779, José Francisco de Moraes Navarro, ao Tenente Bento Soares da Mota.

.....

José Martins Ferraz

José Martins Ferraz casou-se²⁰⁶ a 31 de outubro de 1781 na matriz de Lages com Francisca Pedroso de Barros. Os noivos eram naturais da vila de Santana de Parnaíba. Ele nasceu cerca de 1756, filho de Antônio Ferraz de Barros e de sua mulher Teresa Leme. Ela era filha de Antônio de Oliveira Bernardes e de sua mulher Ana Peres Moreira (gente do Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto). José Martins adquiriu terras do Guarda Mor Manuel Cardoso de Abreu (vide este nome).

.....

Manuel Cardoso de Abreu

O Guarda Mor Manuel Cardoso de Abreu²⁰⁷ era natural da vila de Porto Feliz, onde nasceu por volta de 1740. No inventário de seu pai, o português Domingos da Rocha e Abreu, processado em 1784 em Itu, foi relacionado como solteiro e ausente.

De acordo a carta patente²⁰⁸ de capitão reformado no regimento de cavalaria auxiliar de ligeiros, a 5 de setembro de 1795, da cidade de São Paulo, sendo governador Bernardo José de Lorena, verifica-se, resumidamente, sua fé de ofício que segue. Serviu com praça de soldado na companhia de cavalaria auxiliar da vila de Itu por espaço de 4 anos, no decurso dos quais, além de ser ocupado nas repetidas diligências de guardar presos e canoas, que os conduziam à nova colônia de Iguatemi. Foi nomeado para marchar, como marchou, para a Ilha de Santa Catarina no ano de 1774, quando para ela foi expedido, por esta capital, um socorro de tropa viva e auxiliar. Da mesma sorte, no ano de 1776 foi mandado para o dito Iguatemi comandando uma frota de cinco canoas carregadas de víveres, com nove presos degredados e pagamento de quatro meses de soldo à tropa de sua guarnição; cujo pagamento o fez pela sua própria mão, de que deu conta, como de tudo o mais de que foi encarregado, na Junta da Real Fazenda com inteira satisfação. No ano de 1777, baixando de Minas Gerais um corpo de 6.000 homens para socorrer o Exército da Campanha do Rio Grande de São Pedro do Sul, e fazendo o seu trânsito por esta capitania foi ele expedido pelo respectivo governo com o título de Feitor Comissário para aprontar cavalgaduras e pagar os víveres necessários ao fornecimento de tão numeroso corpo de tropa, o que assim executou desde a vila de Parnaíba até a das Lages, com duzen-

²⁰⁶ ACDL, Lages, Casamentos, 1º, fls. 21.

²⁰⁷ SL, III, 517. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, VI, 291.

²⁰⁸ DAESP, nº de ordem 369, Lº nº 26 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 112 a 113.

tas e mais léguas de distância, com muita atividade e zelo do Real Serviço. Finalmente, havia mais de 6 anos que vinha servindo efetivamente o lugar de oficial maior da Secretaria do Governo com grande satisfação e igual prontidão nos seus deveres, como também ocupado o posto de alferes no Regimento de Ligeiros Auxiliares da Serra de Cima, da cidade de São Paulo. Por esses relevantes serviços foi julgado digno do posto de capitão reformado no dito regimento, do qual era coronel Joaquim Manuel da Silva e Castro. Não venceria soldo algum.

Recebeu, a 11 de novembro de 1774, da cidade de São Paulo, do Morgado de Mateus, o governador da capitania de São Paulo, a provisão²⁰⁹ do emprego de guarda mor das terras minerais da nova vila de Itapetininga, vencendo ordenado se houvesse rendimento. No ano seguinte foi designado comandante de uma expedição a Iguatemi. O Governador da Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, a 15 de abril de 1777, escreveu²¹⁰ o “Plano para a remessa de tropas para o Sul”, em socorro aos portugueses na guerra contra os castelhanos, nomeando-o, certamente pela sua prática, Feitor Comissário (encarregado do provimento da tropa) de um exército de 6.000 homens.

De acordo com Carvalho Franco²¹¹, viu-se envolvido, no ano de 1779, em uma devassa de contrabando de diamantes, livrando-se do processo apenas em 1785. No ano de 1792 foi nomeado oficial maior da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo, tendo desempenhado este posto até o ano de 1804, quando faleceu.

Foi autor de um trabalho²¹² oferecido ao Governador da Capitania de São Paulo, Martinho de Mello Castro, no ano de 1783, discursando sobre a navegação e o comércio de São Paulo para Mato Grosso. Esta obra deu o título de “*Divertimento Admirável*” com o subtítulo: “*Para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso, extraído pela curiosidade incansável de um sertanista paulistense, que os calculou sucessivos nuns poucos de anos*”. Neste trabalho, referindo-se sobre a vila de Lages, escreveu que, nessa vila, extremo da capitania, seus habitantes viviam de criar animais cavalares e vacuns para venderem aos que iam a São Paulo para este negócio.

O historiador Affonso de Escregnolle Taunay o acusou²¹³ de plagiário da obra de Frei Gaspar da Madre de Deus: “*Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo*”. Segundo Taunay, Abreu copiou os originais, acrescentou-lhes prefácio e posfácio e os dedicou todo, como se a obra fora sua,

²⁰⁹ DAESP, nº de ordem 367, Lº nº 19 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 132.

²¹⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, IV, 321.

²¹¹ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1954.

²¹² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, VI, 253-290.

²¹³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, XXXII, 8; XXXVI, 7.

ao Ministro do Estado, o Visconde de Balsemão. Taunay ainda o acusa de saquear os originais de Pedro Taques: “*Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*”.

A 30 de abril de 1781, na vila de Lages, João Gonçalves de Almeida, capataz da Fazenda do Guarda Mor Manuel Cardoso de Abreu, fez entrega²¹⁴ da mesma a José Martins Ferraz (vide este nome).

.....

Manuel Marques Arzão

Manuel Marques Arzão era natural de Taubaté e faleceu²¹⁵ em idade decrepita a 18 de abril de 1784 em Lages, muito pobre. Em 1751 já se achava casado com Joana Garcia de Jesus²¹⁶, também natural de Taubaté, falecida²¹⁷ a 16 de novembro de 1774 em Lages com a idade de mais ou menos 60 anos, sem ter feito testamento por ser pobre; ela era assistente na *Pedra Branca*. Joana Garcia era irmã inteira de D. Catarina Soares de Jesus Fragoso, 1ª mulher do Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes e meia-irmã do Tenente Bento Soares da Mota. Era filha do Capitão Álvaro Soares Fragoso, nascido cerca de 1680 na freguesia de Santo Amaro, vila de São Paulo e morador desde criança na vila de Taubaté, onde, certamente, se casou, por volta de 1716, com Catarina (Garcia) de Unhatte (SL, VII, 458), falecida a 19 de março de 1751 em Taubaté, seguido de inventário aberto a 19 de novembro de 1751 na vila de Taubaté. Manuel Marques Arzão era senhor de uns campos que possuía na costa da serra no lugar denominado o *Faxinal* que partiam ao Sul com Manuel da Silva Ribeiro, servindo de divisa um arroio que faz barra no rio das Pelotas chamado *a Porteira*, para o Norte partia com o Tenente Antônio Marques Arzão, servindo de divisa um córrego que nascia da Serra do Mar que fazia barra no rio das Pelotas e para Leste com a tapera que fora do Padre José Carlos da Silva, servindo de divisa restingas e faxinais. Destes campos fez escritura²¹⁸ de venda, a 25 de abril de 1775 na vila de Lages, pelo tabelião Marcelino Pereira do Lago, a Mateus José de Sousa, por preço e quantia de 572\$800.

.....

Manuel Rodrigues de Ataíde

Manuel Rodrigues de Ataíde²¹⁹ nasceu na vila de Santana de Parnaíba, onde foi batizado²²⁰ a 15 de abril de 1741, filho do Capitão Mor Guilherme Antônio de

²¹⁴ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 140-v.

²¹⁵ ACDL, Lages, matriz, 1º, fls. 18.

²¹⁶ Revista da ASBRAP nº 2, p. 248.

²¹⁷ ACDL, Lages, matriz, 1º, fls. 5-v.

²¹⁸ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 12-v a 13.

²¹⁹ Ver Revista da ASBRAP nº 2, p. 191.

Ataíde e de sua mulher Maria Benta Rodrigues, esta prima irmã da mulher do Capitão Mor Antônio Corrêa Pinto e, pela avó materna, Maria Marques de Carvalho se aparentava com os primitivos Marques de Arzão, povoadores de Lages. Acompanhou seus patrícios de Santana de Parnaíba para Lages, constituindo-se em um dos seus primeiros moradores. Era juiz ordinário²²¹ de Lages no ano de 1781. Foi novamente juiz ordinário²²² nos anos de 1786 e 1787. Casou-se²²³ a 5 de fevereiro de 1776 em Lages com Maria do Rosário, com quem já devia viver maritalmente. Faleceu²²⁴ a 27 de abril de 1796 em Lages, com sacramentos. Manuel Rodrigues de Ataíde recebeu carta patente²²⁵ de capitão da Companhia da Ordenança da vila das Lages, da qual era capitão mor regente Bento do Amaral Gurgel Annes, a 9 de janeiro de 1786. E, a 17 de outubro de 1793, da cidade de São Paulo, pelo governador Bernardo José de Lorena, patente²²⁶ de sargento mor das ordenanças da vila das Lages, sem vencer soldo algum, proposto que fora pelos oficiais da câmara dela, sendo capitão mor regente Bento do Amaral Gurgel Annes. Sua mulher Maria do Rosário nasceu cerca de 1754 na então freguesia de Santo Antônio dos Anjos, vila da Laguna; atual cidade de Laguna, SC, paróquia de Santo Antônio dos Anjos, diocese de Tubarão. Era viúva de Manuel Gonçalves Fogaça. Manuel Rodrigues de Ataíde e sua mulher Maria do Rosário fizeram escritura²²⁷ de venda da meação do sítio das *Bandeirinhas*, na paragem denominada *a Ilha* que foram do defunto Capitão José Bezerra Cavalcanti do Amaral Gurgel, ao Padre Inácio Álvares Machado (foi seu procurador Joaquim José Monteiro), a 31 de julho de 1781 na vila de Lages, sendo tabelião Antônio de Araújo França. Essas terras faziam suas divisas pelo rio de Lavatudo abaixo por uma parte e pela outra por um arroio chamado o ribeirão dos Porcos, o qual faz barra no mesmo rio Lavatudo, com curral e casas de vivenda, tudo por preço e quantia de 20\$000.

Ele e sua mulher Maria do Rosário venderam a 18 de junho de 1783 em Lages, no cartório do tabelião Manuel Rodrigues de Oliveira (1º Ofício de Notas de Lages, livro nº 2, fls. 106-v a 108) uns campos, casas e mais benfeitorias, que se constituíam na fazenda denominada *A Ilha*, a Jacinto de Araújo Nóbrega, procurador do Guarda mor João de Almeida Leite e do Cap. Francisco Manuel Fiúza. Esta fa-

²²⁰ ACDJ, Livros de Santana de Parnaíba, matriz, fls. 139 e 139-v.

²²¹ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 87 e 88.

²²² DAESP, nº de ordem 257.

²²³ ACDJ, Livros de Lages, matriz, 1º, fls. 12.

²²⁴ ACDJ, Livros de Lages, matriz, 1º, fls. 35-v.

²²⁵ DAESP, nº de ordem 368, Lº 22, fls. 117-v.

²²⁶ DAESP, nº de ordem 369, Lº 25, fls. 152 e 153.

²²⁷ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 87 a 88.

zenda foi vendida²²⁸ posteriormente, a 17 de setembro de 1786, na vila de Lages ao Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes.

O mesmo casal fez venda de uns campos, casas e mais benfeitorias na paragem chamada a Ilha, com criação de animais, contendo 200 éguas, por escritura²²⁹ passada a 18 de junho de 1783 na vila de Lages, sendo tabelião Antônio de Araújo França. O comprador foi Jacinto de Araújo Nóbrega e o preço ajustado foi de 624\$000, quantia essa que os vendedores estavam a dever ao Capitão Francisco Manuel Fiúza. Metade dos campos e das casas o casal já haviam vendido ao Padre Inácio Álvares Machado. Esses campos faziam divisa por uma parte com Francisco José de Sá por um lajeado abaixo e acima, advertindo-se porém que abaixo até fazer barra em um arroio que nasce do capão dos porcos chamado *que fecha o potreiro grande* que fica atrás do morro da casa da dita fazenda e pelo arroio acima até entestar na paragem onde o defunto Capitão José Bezerra Cavalcanti do Amaral Gurgel conservou o seu marco e por outro lado por um lageado que serve de divisa com os campos do Capitão Bento do Amaral quer vai fazer barra no rio de Lavatudo, ficando pertencendo a ele comprador o rincão denominado *da tapera* e o rincão que partia com a divisa do capitão que vai até fazer testada no marco do defunto Bezerra e para o fundo fazia divisa com o Reverendo Padre Inácio em um capão que tinha uma lagoa e da dita lagoa corre rumo direito a dar no arroio dos porcos para a parte do Sul e da outra parte para a do Norte desce direto a procurar o pântano grande e darem um lajeado que nasce do Morro Grande.

Pelos recenseamentos de Lages, verifica-se nos anos de 1789 e 1792 que era senhor de apenas 1 escravo; em 1796, de 2. No ano de 1798, a viúva D. Maria do Rosário era senhora de 2 escravos e plantava mantimentos para o sustento de sua casa, a saber: 50 alqueires de milho, 16 de feijão e 8 de trigo.

.....

Mateus José de Sousa

Mateus José de Souza²³⁰ nasceu cerca de 1734 na cidade de Angra, Ilha Terceira, Açores, Portugal, filho de José de Sousa Medeiros e de sua mulher Inês Maria da Conceição, naturais da Ilha Terceira. Foi vereador da câmara da vila de Lages. Há uma relação nominal de inventários no MJC, onde aparece um Mateus José de Souza inventariado no ano de 1803; contudo não se encontra o processo. Teria falecido na sua fazenda Senhora do Socorro, na Costa da Serra. Casou-se²³¹ a 1º de fevereiro de 1786 em Lages, viúvo de Maria Josefa de Carvalho, com D. Clara

²²⁸ 1º Ofício de Notas de Lages, livro 2º de Notas, fls. 158 a 159.

²²⁹ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 106-v a 108.

²³⁰ Revista da ASBRAP nº 2, p. 186.

²³¹ ACDL, Lº de casamentos de Lages, matriz, 1º, fls. 30-v.

Maria de Ataíde nasceu na vila de Lages, onde foi batizada²³² a 17 de abril de 1774 em Lages, filha do Sargento Mor Manuel Rodrigues de Ataíde e de sua mulher Maria do Rosário. D. Clara faleceu a 13 de setembro de 1810 em Lages (matriz, 2º, fls. 26), com cerca de 35 anos de idade. Por sua morte foi inventariada no ano de 1810 (no MJC consta seu nome na relação, porém seu inventário lá não se encontra).

Mateus José de Sousa, em escritura²³³ passada a 23 de abril de 1784, na vila de Lages, no escritório do tabelião Antônio de Araújo França, vem como comprador de uns campos de criar animais vacuns na Costa da Serra, sendo vendedores o alferes Pedro da Silva Ribeiro e sua mulher Ana Maria de Saldanha; a fazenda era denominada Faxinal, da qual já haviam sido senhores e possuidores o tenente Antônio Marques de Arzão e João Damasceno de Córdova e fazia divisa com um córrego que fazia barra com o rio Pelotas. Dessa fazenda fez acordo²³⁴ amigável com Manuel de Barros de Jesus, a 10 de maio de 1791, em Lages, no escritório do tabelião Antônio de Araújo França; alteravam as divisas para um córrego que fica a um lado do intitulado Rodeio do Meio ficando este de então para sempre pertencendo a Mateus José de Souza e do tal córrego correndo acima a procurar as cabeceiras do Capão Grande que ficava por divisa a saber para a parte de baixo a Mateus José e da ponta do Capão Grande vinha um ribeirão da Serra do Mar o qual serviria a ambos de divisa.

Em outra escritura²³⁵ vendiam, Mateus José de Souza e sua mulher, uns campos denominados de Capão Alto, recebidos como morador e povoador que fora de Lages, dados pelo capitão mor que então era Antônio Corrêa Pinto; era comprador João José de Matos e a escritura se fez no sítio do capitão Manuel Rodrigues de Ataíde, seu sogro, denominado Bandeirinhas. Esses campos faziam suas divisas por uma parte com campos de D. Maria Antônia por um ribeirão que tinha sua vertente da banda da mulada correndo por ele abaixo que tinha suas taipas de pedras a lhe fazer divisa por um potreiro de Bento Manuel e por outra parte subindo por um córrego acima até o mato e da mesma parte serve o mato de divisa atravessando os boqueirões até chegar a outro ribeirão que nasce do mato chamado *veiqueiro* correndo por ele abaixo até uma barraca do que cortando por um albardão vai procurar um córrego que corre para o rio Caveiras e por ele acima até quase juntar-se com as cabeceiras da testada que para a parte do rio Caveiras parte com os campos da Mulada pertencentes a Bento Martins cuja venda lhe faziam por preço e quantia de 110\$000.

.....

²³² ACDL, Lº de batizados de Lages, matriz, 1º, fls. 15.

²³³ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 125 a 125-v.

²³⁴ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 88 e 88-v.

²³⁵ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 36 a 37.

Miguel Pedroso Leite

O Sargento Mor Miguel Pedroso Leite (SL, III, 140) era natural de São Paulo, filho de Antônio Pedroso de Oliveira e de sua mulher Maria Paes Domingues. Casou-se²³⁶ a 5 de agosto de 1763 na matriz de Rio Pardo, em sua igreja matriz, com D. Inocência Maria Pereira Pinto²³⁷, batizada a 6 de janeiro de 1750 no Rio Grande, na sua matriz de São Pedro, filha do Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto, natural da vila da Feira, bispado do Porto e de sua mulher D. Francisca Veloso da Fontoura, natural da comarca de Ouro Preto, bispado de Mariana. Miguel faleceu²³⁸ a 27 de maio de 1811 em Porto Alegre com 85 anos de idade e sua mulher Inocência a 8 de novembro de 1804 no Rio Pardo. Deste seu casamento deixaram pelo menos quatro filhos que se ligaram a Lages: o Capitão Manuel Cavalheiro Leitão, D. Genoveva Raquel da Fontoura (segunda mulher do Capitão Mor Bento do Amaral Gurgel Annes), D. Bárbara Francisca da Fontoura (mulher do Sargento Mor João Annes do Amaral Gurgel) e D. Maria das Dores do Amor Divino²³⁹ (mulher de Joaquim José da Silva).

Miguel Pedroso Leite recebeu carta patente²⁴⁰ do posto de sargento mor das ordenanças da vila (então) nova de Castro (hoje pertencente ao Estado do Paraná), a 24 de julho de 1789, do governador da capitania de São Paulo, Bernardo José de Lorena. Pelos recenseamentos de Lages, Miguel (com a idade de 60 anos) aparece em 1794 com sua mulher D. Inocência Maria (46 anos) e seis filhos, a saber Manuel Cavalheiro Leitão (25 anos), D. Bárbara (16), Genoveva (14), Maria das Dores (8), Escolástica (7) e Maria Policena (4), possuindo 4 escravos. No ano de 1798, com 3 escravos, tinham uma fazenda de criar, marcando anualmente gado (30), bestas (25), cavalar (80), dos quais vendia nesta vila 16 potros e 16 bestas; colhia 25 alqueires de milho e 16 de feijão, para o gasto de sua casa.

²³⁶ BOPP, Itamar, *Família Pereira Barreto*. São Paulo: Pannartz, 1983, p. 118.

GUIMARÃES, João Pinto da Fonseca. e FELIZARDO, Jorge Godofredo. *Genealogia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 30.

²³⁷ Irmã do Marechal João de Deus Menna Barreto, presidente da Província do Rio Grande do Sul e Visconde de São Gabriel.

²³⁸ GUIMARÃES, João Pinto da Fonseca e FELIZARDO, Jorge Godofredo. *Genealogia Rio-grandense*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. I, p. 31.

²³⁹ D. Maria das Dores do Amor Divino nasceu e foi batizada na Sé de São Paulo. Casou a 30 de novembro de 1799 em Lages (matriz, L° 2°, fls. 60-v) com Joaquim José da Silva, também nascido e batizado na Sé de São Paulo, filho de Miguel Rodrigues da Silva (SL, V, 108) e de sua mulher D. Inês Rodrigues de Borba.

²⁴⁰ DAESP, n° de ordem 369, L° n° 25 de Patentes, Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 54.

O historiador Pedro Taques narrou²⁴¹ que, em outubro de 1762, por ordem do Governador da Capitania do Rio de Janeiro o conde de Bobadela, o Governador da Praça de Santos, Coronel Alexandre Luís de Sousa e Menezes formou 4 companhias de 50 homens cada uma, todos paulistas, para guarnecer a fronteira do Rio Pardo na comarca do Rio Grande de São Pedro do Sul. Eram os desdobramentos na América da guerra entre Portugal e Espanha. Esse pequeno exército, sem tempo de adequada preparação militar, viajou por mar de Santos a Santa Catarina, deslocando-se desse ponto até seu destino final por terra. Com a experiência militar que adquiriu na campanha contra os índios Caiapós no sertão de Goiás da qual foi comandante o Capitão Mor João de Godoy Pinto e Silveira, Miguel Pedroso foi um dos escolhidos para ser capitão de uma das companhias. Mostrou-se o mais intrépido, abrindo picada pela mata até atingirem a saída no lugar da fortaleza inimiga, deixando a estrada pronta para a retirada. Essa fortaleza estava muito bem guarnecida com grossa soldadesca e artilharia pesada. Os portugueses tomaram de assalto a fortaleza inimiga de madrugada, adentrando por ela, fazendo muitos prisioneiros e se assenhorando de toda a artilharia. Foi oportuna e decisiva a ação do Capitão Miguel Pedroso na tomada, sendo dos primeiros a nela entrar. Nessa empreitada auxiliaram o Capitão Francisco Pinto Bandeira e seu filho Rafael Pinto Bandeira, depois coronel e herói na guerra contra os castelhanos. Estes dois catarinenses comandaram as companhias de cavalos não apenas com o intuito de fazer carga contra os inimigos, mas para conduzir para o Rio Pardo os gados vacuns, bestas cavалares e muares, estimados em 21.000 vacas e 16.000 cavalos.

Miguel Pedroso Leite, por escritura²⁴² passada a 8 de novembro de 1791, na vila de Lages, sendo tabelião Antônio de Araújo França, adquiriu do Sargento Mor Joaquim José Monteiro e de sua mulher D. Bárbara Garcia de Barros a fazenda *Buçoroca* e *Santana*. O casal vendia os campos anexos às fazendas, bem como os animais que dentro se encontrassem e assim mais uma morada de casas situadas nesta vila, de taipa cobertas de telhas de que de um lado partiam com o Capitão Manuel Rodrigues de Ataíde e da outra como Tenente Pedro da Silva Ribeiro e uma chácara situada na paragem denominadas *as cancelas* com suas casas de vivenda cobertas de palha e com todas as mais benfeitorias pertencentes e terras lavradas e campos de seus logradouros. Os campos de Buçoroca e Santana por 560\$000 e as casas da vila por 500\$000. Havia uma única cláusula, a de que conseguirem eles vendedores do capitão general da Capitania a licença para saírem do continente das Lages. O Sargento Mor Miguel e sua mulher D. Inocência, através do seu procurador, o filho Manuel Cavalheiro Leitão, a 7 de janeiro de 1803, na vila de Lages, em casas de morada de Cavalheiro, onde foi o tabelião Manuel Ferreira Pisco, fizeram escritura de venda da fazenda *Buçoroca* ao Capitão João Annes do Amaral Gurgel, genro dos

²⁴¹ NPHG, I, pp. 162 a 166; II, p. 164 e 194.

²⁴² 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 91 a 92-v.

vendedores; os vendedores apresentaram duas escrituras, a primeira²⁴³ passada por Domingos José Pereira Guimarães e a segunda²⁴⁴ passada por João Damasceno de Córdova, dos campos intitulados Santa Rita, que foram do Tenente Bento Soares da Mota, em contrato feito pelo mesmo Bento Soares a José Francisco de Moraes Navarro, passado a 16 de novembro de 1779. Novamente, a 14 de novembro de 1803, refez-se a escritura de venda.

No recenseamento de Lages em 1803, o Sargento Mor Miguel estava ausente no Sul, com sua família.

.....

Sebastião Pinto dos Reis

Sebastião Pinto dos Reis²⁴⁵ era senhor de uns campos, com benfeitorias, situados na outra banda do rio Caveiras que vendeu por escritura a Paulo Caetano de Azevedo, a 19 de maio de 1782 na vila de Lages, sendo tabelião Antônio de Araújo França. Divisavam-se com um morro onde se achava um marco judicial de uma medição feita a requerimento de Antônio de Sousa Pereira, de cujo morro nascem dois ribeirões, um em que corre para a porteira velha que foi do Padre José Carlos da Silva onde se acha outro marco lavrado em um pinheiro, seguindo suas vertentes ao rio Caveiras pelo qual faz sua divisa com campos de que é possuidor o Capitão Manuel de Araújo Gomes. O preço acordado foi de 150\$000.

.....

Notas:

Nombramento, do espanhol *nombramiento* que significa *nomeação*. Em geral era uma carta patente simplificada e conferida a oficiais de graduação menor, não requerendo confirmação posterior.

.....

²⁴³ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 2, fls. 70.

²⁴⁴ 1º Ofício de Lages, Lº de notas nº 3, fls. 53-v.

²⁴⁵ Conhece-se uma filha de Sebastião Pinto dos Reis (que era casado com Ana de Almeida), de nome Felícia Pinto de Almeida, natural da vila de Sorocaba, a qual se casou a 4 de julho de 1770 na vila de Lages (matriz, 1º, fls. 4) com Antônio da Maia, natural da vila de Curitiba, filho de Pedro da Maia Castelhana e de sua mulher Josefa de Mello, já defunta. Antônio da Maia assistira na vila de Curitiba e em Santo Antônio da Guarda Velha de Vi-amão.

Arquivos Pesquisados:

1º Ofício de Lages: Livros de notas nº 1 (1772-1775), nº 2 (1775-1786), nº 3 (1787-1791), nº 5 (1799-1803), nº 6 (1803-1810), nº 8 (1814-1820), nº 9 (1820-1822).

Arquivo Nacional (do Rio de Janeiro): Cartas dos Governadores, código 77, volume 11.

DAESP: Livros de Sesmarias, Patentes e Provisões. Tombamento de Bens Rústicos de 1817. Autos Cíveis. Inventários e Testamentos do 1º Ofício. Maços de População.

ACMSP: Processos Crimes de Lages (sem catalogação). Processos de Dispensas Matrimoniais. Registros Paroquiais dos livros de batizados, casamentos e de óbitos da Sé de São Paulo e de Araçariguama.

ACDJ: Registros Paroquiais dos livros de batizados, casamentos e de óbitos de Santana de Parnaíba.

MJC: Processos de inventários.

ACDL: Registros Paroquiais de Lages, dos livros de batizados, casamentos e de óbitos.

.....

Abreviaturas usadas neste artigo, além das mencionadas ao final deste volume:

AAHRGS: Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

ASS-HG: OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorescer das Sesmarias Serranas - História e Genealogia*. Porto Alegre: Edições Est, 1996.

ACDJ: Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiá, SP.

ACDL: Arquivo da Cúria Diocesana de Lages, SC.

ACDS: Arquivo da Cúria Diocesana de Santos, SP.

ACMSP: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, SP.

DAESP: Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo, SP.

MJC: Museu do Judiciário Catarinense, no Tribunal de Justiça Catarinense, em Florianópolis, SC.